

SIMONE DONEGÁ MARQUES

PARTIR OU FICAR:
um estudo do dilema cabo-verdiano em *Chuva Braba*, de Manuel Lopes

ASSIS
2018

SIMONE DONEGÁ MARQUES

PARTIR OU FICAR:
um estudo do dilema cabo-verdiano em *Chuva Braba*, de Manuel Lopes

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras de Assis – UNESP –
Universidade Estadual Paulista para
obtenção do título de Mestre em Letras
(Área de Conhecimento: Literatura e
Vida Social)

Orientador: Rubens Pereira dos Santos
Bolsista: Capes

ASSIS
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

M357p	Marques, Simone Donegá Partir ou ficar: um estudo do dilema cabo-verdiano em <i>Chuva Braba</i>, de Manuel Lopes / Simone Donegá Marques. Assis, 2018. 159 f. : il. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis Orientador: Dr. Rubens Pereira dos Santos 1. Lopes, Manuel, 1907-2005. 2. Literatura Cabo-verdiana. 3. Diáspora africana. 4. Chuva Braba. I. Título. CDD 869.899
-------	---

SIMONE DONEGÁ MARQUES

**PARTIR OU FICAR: um estudo do dilema cabo-verdiano em
Chuva Braba, de Manuel Lopes**

Dissertação apresentada à Universidade
Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de
Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do
título de Mestrado Acadêmico em LETRAS
(Área de Conhecimento: LITERATURA E VIDA
SOCIAL)

Data da Aprovação: 01/02/2018

COMISSÃO EXAMINADORA


Presidente: Prof. Dr. Rubens Pereira dos Santos - UNESP/ASSIS


Membros: Profa. Dra. Fabiana Miraz de Freitas Grecco - UNESP/ARARAQUARA


Prof. Dr. Altamir Botoso - UEMS/Campo Grande-MS

Aos meus queridos pais, pelo apoio,
carinho, incentivo e compreensão de
todas as horas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela grandiosa oportunidade dada a mim de ter iniciado este caminho enriquecedor em meus estudos e por ter me fortalecido ao longo desta jornada, de modo a não desistir diante das dificuldades e a concluir esta etapa da melhor forma possível.

Neste trajeto acadêmico, aprendi muito e conheci pessoas maravilhosas que, com sua tenacidade e exemplo, inspiraram-me a sempre evoluir enquanto ser humano e profissional. Foram tantas pessoas com as quais tive a honra de conviver durante toda esta pesquisa que se porventura me esquecer de alguém, peço desculpas antecipadamente.

Agradeço a meu orientador, Prof. Dr. Rubens Pereira dos Santos, a quem dedico minha amizade e admiração, por ter me acolhido de forma serena e encorajadora e por sempre ouvir incansavelmente minhas ideias de modo respeitoso e paciente, oferecendo uma orientação precisa e incentivadora. Foi através desse posicionamento humano, sincero e acolhedor que eu pude descobrir o caminho das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, o qual despertou meu interesse e fascínio imediato. Sem este fundamental apoio, minha trajetória enquanto estudante teria sido difícil e, com certeza, não alcançaria êxito.

Agradeço à CAPES, pela obtenção de uma bolsa de estudos, que proporcionou a oportunidade de realizar e concluir minha pós-graduação.

Aos funcionários da Biblioteca “Acácio José Santa Rosa”, da Seção da Pós-Graduação e do Departamento de Literatura da Unesp/Assis pela constante atenção e pelo comprometimento que dedicam ao atender os alunos e pesquisadores e pela acolhida sempre solícita nos momentos mais difíceis.

Aos funcionários do Escritório de Pesquisa, a quem muitas vezes recorri e fui atendida de forma sempre prestativa. Em especial a Márcio Carvalho, por sua incansável ajuda e por sua prontidão.

Agradeço aos professores Dr. Francisco Cláudio Alves Marques e Dra. Fabiana Miraz de Freitas Grecco, pelo acolhimento carinhoso, pela leitura cuidadosa de minha dissertação e pelas valiosas contribuições feitas no momento de meu Exame de Qualificação.

Aos professores do Programa da Pós-Graduação em Letras da Unesp/Assis por terem proporcionado novos conhecimentos e aprendizagens, de modo a enriquecer minha experiência pessoal e acadêmica. Em especial, aos professores Dr. Márcio Roberto Pereira,

Dra. Rosane Gazolla Alves Feitosa, Dra. Silvia Maria Azevedo, Dr. Francisco Cláudio Alves Marques, Dr. Alvaro Santos Simões Junior, Dra. Gabriela Kvacek Betella, Dra. Maira Angelica Pandolfi e Dr. Rubens Pereira dos Santos, aos quais dedico minha admiração, por todo aprendizado humano e acadêmico, pela ajuda generosa e pelo apoio decisivo em meus estudos.

A todos os meus colegas e amigos que sempre me motivaram nesta longa caminhada e que, nos momentos de felicidade e de angústia, permitiram a mim dividir com eles minhas preocupações e alegrias. Com todos eles, aprendi e evolui muito, dentro e fora do âmbito acadêmico.

Aos colegas e amigos do grupo de estudo de Literatura Africana, pelas conversas, encontros e simpósios e por todo apoio e incentivo presentes desde o início. Em especial, a Bruna Carolina de Almeida Pinto, Daniela de Oliveira Lima, Rafael de Souza Alves, Ana Maria Lange Gomes, Clauber Ribeiro Cruz e Fabiana Miraz de Freitas Grecco, pelo companheirismo, ajuda e amizade. Este grupo de estudo assumiu um papel decisivo em minha pesquisa, formando, juntamente com meu orientador, Prof. Dr. Rubens Pereira dos Santos, uma espécie de “família”, acolhendo-me com muito carinho e respeito, tornando possível, desse modo, a descoberta, o conhecimento, o aprimoramento e o encantamento com as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa.

A toda a minha família que, mesmo nos momentos de ausência motivada pelo intenso estudo e pesquisa realizados ao longo de toda a minha pós-graduação, se mostrou compreensiva e incentivadora.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, despertaram o que há de melhor em mim como ser humano, motivando-me a querer sempre evoluir cada vez mais e persistir no árduo, mas fascinante caminho da vida.

Nunca parti deste cais
e tenho o mundo na mão!
Para mim nunca é demais
responder sim
cinquenta vezes a cada não.

Por cada barco que me negou
cinquenta partem por mim
e o mar é plano e o céu azul sempre
que vou!

Mundo pequeno para quem ficou...

(*Cais*, Manuel Lopes)

MARQUES, Simone Donegá. **Partir ou ficar: um estudo do dilema cabo-verdiano em *Chuva Braba*, de Manuel Lopes**. 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2018.

RESUMO

Manuel Lopes (1907-2005), um dos fundadores da revista *Claridade*, periódico fruto do movimento intelectual de mesmo nome que objetivou valorizar a identidade cabo-verdiana, escreveu *Chuva Braba*, romance publicado em 1956 e que traduz o sentimento bipartido do homem cabo-verdiano, qual seja, o apego telúrico à sua terra marcada pela estiagem e a necessidade de buscar melhores condições de vida fora do arquipélago. Pretende-se, neste trabalho, analisar a presença dos ideais do movimento Claridade (valorização da terra natal, bem como da língua e da cultura cabo-verdiana) na obra em questão, considerando-se o contexto histórico e social do arquipélago quando da escrita do romance. Uma vez que Lopes considerava-se um observador atento da realidade circundante, busca-se examinar como o dilema partir-ficar cabo-verdiano, representado pela personagem principal Mané Quim, é abordado sob a ótica da geração de Claridade. Este fazer literário, portador de um novo padrão estético e ideológico, direciona-se ao contexto das ilhas não se omitindo acerca de seus problemas econômicos, sociais e políticos, mas assumindo uma postura profundamente telúrica sobre elas, com o objetivo de restaurar a esperança de seu povo e de firmar uma nova identidade nacional.

Palavras-Chave: *Chuva Braba*. Revista *Claridade*. Literatura Cabo-verdiana. Dilema cabo-verdiano. Manuel Lopes.

MARQUES, Simone Donegá. **To leave or to stay: a study of the Capeverdian dilemma in *Chuva Braba*, by Manuel Lopes**. 2018. 159 p. Dissertation (Master in Letters). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2018.

ABSTRACT

Manuel Lopes (1907-2005), one of the founders of the *Claridade* magazine, a periodical fruit of the intellectual movement of the same name that aimed to enhance the Capeverdian identity, wrote *Chuva Braba*, a novel published in 1956 and which expresses the bipartite sentiment of Capeverdian man, that is, the telluric attachment to his land marked by the drought and the necessity to seek better living conditions outside the archipelago. It is intended, in this work, to analyze the presence of the ideals of the *Claridade* movement (valorization of the native land, as well as the Capeverdian language and culture) in the work in question, considering the archipelago's historical and social context when writing the novel. Since Lopes considered himself as an attentive observer of the surrounding reality, it seeks to examine how the Capeverdian leave-stay dilemma, represented by the main character Mané Quim, is treated from the point of view of the generation of *Claridade*. This literary achievement, bearer of a new esthetic and ideological pattern, is directed to the context of the islands, not omitting about the economic, social and political problems, but assuming a position profoundly telluric about them, with the aim of restoring hope of its people and to establish a new national identity.

Keywords: *Chuva Braba*. *Claridade* magazine. Capeverdian Literature. Capeverdian dilemma. Manuel Lopes.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
Manuel Lopes – breves dados biográficos e bibliográficos.....	12
CAPÍTULO 1	23
CABO VERDE	23
1. Aspectos geográficos	23
2. Descoberta e povoamento	24
3. Sistema escravocrata – surgimento, características e declínio.....	28
4. Formação sócio-cultural	34
5. Processo de independência política	38
CAPÍTULO 2	46
REVISTA <i>CLARIDADE</i>	46
1. Contexto das literaturas africanas de língua portuguesa.....	46
2. Contexto literário cabo-verdiano	49
2.1. Educação em Cabo Verde	49
2.2. Origem e desenvolvimento da imprensa em Cabo Verde	53
3. Literatura pré-claridosa.....	57
4. Principais inspirações do movimento e da revista <i>Claridade</i>	67
5. Movimento e revista <i>Claridade</i> – o despertar de uma nova consciência.....	75
CAPÍTULO 3	102
<i>CHUVA BRABA</i>	102
1. Apresentação da obra.....	102
2. Análise diegética de <i>Chuva Braba</i>	103
2.1. Narrador.....	103

2.2. A construção do espaço da narrativa e suas implicações no querer bipartido cabo-verdiano representado na obra.....	104
2.3. Análise das personagens da narrativa: telurismo <i>versus</i> evasão.....	113
2.3.1. Personagens femininas de <i>Chuva Braba</i> : símbolo de resistência e apego telúrico	128
2.4. Tempo da ação diegética.....	130
2.5. Existência de duas tensões dilemáticas na narrativa de <i>Chuva Braba</i>	132
2.6. Presença marcante dos ideais claridosos na obra.....	135
3. <i>Chuva Braba</i> : representação de uma nova consciência cabo-verdiana.....	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
ANEXOS	151

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Manuel Lopes – breves dados biográficos e bibliográficos

Manuel Antônio de Sousa Lopes nasceu no dia 23 de dezembro de 1907, em Cabo Verde, na ilha de São Nicolau, mais especificamente na localidade de Campinho, que se situa próximo à vila de Ribeira Brava, falecendo a 25 de janeiro de 2005 em Lisboa. Em entrevista concedida a José Carlos Venâncio, contida no livro **Literatura e Poder na África Lusófona**¹, o escritor afirmou que deixou “cordão umbilical na ilha de São Nicolau”, num local que revisitou em 1970, mas que foi, com poucos dias de idade, para São Vicente e que era “oficialmente mindelense” (VENÂNCIO, 1992, p. 68).

Passou toda a sua infância em Mindelo, pequena cidade situada próxima ao Porto Grande, na ilha de São Vicente. Em entrevista a Michel Laban (1992, p. 80), presente na obra *Cabo Verde – Encontro com escritores*, Lopes contou que durante grande parte do tempo que durou a Primeira Guerra Mundial ele permaneceu no interior da ilha, num lugar conhecido como Mato Inglês, vivência esta que para o autor exerceu grande influência em seu gosto pela vida do campo.

Por motivos familiares aos treze anos teve de deixar Cabo Verde para residir em Coimbra. Esse afastamento precoce da terra natal marcou a memória e a personalidade do escritor, refletindo-se no seu sentimento de nostalgia, presente sobretudo na sua poesia.

Em Coimbra o jovem Manuel Lopes estudou no Colégio S. Pedro e, mais tarde, na Escola Comercial. No entanto, ele costumava faltar na maioria das aulas para poder permanecer na Biblioteca Pública, local onde teve seu primeiro contato com as obras de William Shakespeare, Victor Hugo, Alexandre Dumas, Júlio Verne e Eugénio de Castro, entre outros.

Regressou a Cabo Verde no final de 1923, mais especificamente, para a cidade do Mindelo, com o propósito de trabalhar numa empresa inglesa de telecomunicações, a Western Telegraph, porém ingressou na companhia inglesa de cabos submarinos *Cable & Wireless*. Segundo Lopes, esse período foi marcado por muitas leituras – ficção, ensaio e poesia – sendo a literatura francesa a sua preferida.

¹Disponível em: <http://www.casadasafricas.org.br/wp/wp-content/.../Literatura-e-poder-na-Africa-lusofona.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2017.

Em 1930 transferiu-se da *Cable & Wireless* e foi para a companhia *Italcable*. Com o advento da Segunda Guerra Mundial em 1939, os cabos submarinos italianos foram cortados pelos navios ingleses, causando o encerramento das atividades da *Italcable*. Neste ano de 1939, mais precisamente no dia 28 de janeiro, Lopes casou-se com Eugénia Castro Duarte e se mudou para sua pequena casa em Ribeira das Patas, na ilha de Santo Antão, a fim de cuidar de suas propriedades. Ali permaneceu até 1942, data em que houve uma grave estiagem nas ilhas.

Voltando para a ilha de São Vicente, reingressou na companhia *Cable & Wireless*, onde, a convite de seu gerente, foi transferido para os escritórios desta empresa localizados na ilha de Faial, nos Açores, onde permaneceu até o ano de 1955. Depois foi novamente transferido para a cidade portuguesa de Carcavelos, onde se aposentou no ano de 1967. Faleceu em Lisboa no dia 25 de Janeiro de 2005.

Importante frisar que já no primeiro retorno de Lopes à ilha de São Vicente, no ano de 1923, rápida foi sua reinserção no meio social e cultural da cidade do Mindelo. Naquele momento conheceu vários escritores e intelectuais da época - entre eles o poeta Jorge Barbosa (1902-1971), João Lopes e Jaime de Figueiredo (1905-1974) - os quais, inclusive, viriam a ser futuros colaboradores e co-fundadores da revista *Claridade*. Naquela época, o Porto Grande do Mindelo trazia as novidades literárias e culturais vindas do exterior, principalmente as inovações vindas do Modernismo Brasileiro, que teve um papel fundamental para o Movimento Claridade e para a publicação subsequente do periódico de mesmo nome, no qual Lopes não somente foi co-fundador mas também participou ativamente. Passados poucos anos desde sua chegada ao arquipélago, Lopes começou a contribuir com suas produções literárias em vários jornais tanto de Cabo Verde quanto de Portugal.

No ano de 1927 passou a escrever em verso e em prosa para o *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, no qual venceu a sua competição anual. Em 1931 foi colaborador no jornal *Notícias de Cabo Verde*, onde foi publicado em julho deste mesmo ano o seu texto “A Mocidade Cabo-verdiana”. Dois anos depois publicou neste periódico o texto “Paúl” – já publicado em 1932 - onde faz uma descrição de um vale de mesmo nome, situado na ilha de Santo Antão.

Em 1934 Lopes escreveu uma coletânea de poesias intitulada *Momentos*, que foi enviada a Lisboa a pedido do editor. No entanto, depois de terem sido marcadas várias datas para a sua publicação, o original foi extraviado, reaparecendo somente no ano de 1970, na cidade de Praia, em Cabo Verde. Algumas destas poesias que fariam parte de *Momentos*

foram inseridas em seu livro *Poemas de quem ficou*, publicado em 1949 e que marcou a estréia literária de Lopes.

Ainda no ano de 1935, Lopes passou a colaborar no jornal *Diário de Lisboa*, no qual foram publicados os poemas “Libertação” e “Ego”.

O ano de 1936 foi marcante não somente para Cabo Verde como também para Lopes por conta do surgimento da revista *Claridade*. Fundada por Lopes juntamente com seus grandes colaboradores Baltasar Lopes (1907-1989) e Jorge Barbosa - os dois primeiros números do periódico foram dirigidos por Lopes – a revista seguiu o lema do movimento Claridade, qual seja, “fincar os pés na terra”, voltando-se para a realidade das ilhas e para a especificidade cultural de seu povo.

Além de, inicialmente, dirigir *Claridade*, Manuel Lopes colaborou ativamente na revista. Entre várias contribuições literárias de Lopes para a revista, algumas podem ser destacadas.

No primeiro número da *Claridade* Lopes colaborou com a coluna “Tomada de Vista” (que também foi escrita para o terceiro número do periódico, porém sob o título “Tomadas de Vista”), abordando várias questões sociais e culturais de Cabo Verde. Além deste ensaio de Lopes, também foi publicado um poema do autor, intitulado “Écran”, cuja temática é centrada no dilema partir-ficar do homem cabo-verdiano.

No segundo número da revista, também publicado em 1936, Lopes colaborou com seu conto “Um Galo que cantou na Baía”, considerado o primeiro conto da literatura moderna cabo-verdiana e que teve continuação no nono número do periódico. “Um Galo que cantou na Baía” teve sua publicação feita de forma fracionada, ocupando as páginas 2 e 3 da *Claridade*, tendo, posteriormente, continuação na página 9, no mesmo exemplar do periódico. Além do diálogo com a temática da literatura regionalista brasileira e fazer a inserção da língua cabo-verdiana e de expressões populares cabo-verdianas, o conto também adota como tema o nascimento da morna².

O terceiro exemplar da *Claridade*, publicado em 1937, contou do mesmo modo com a colaboração de Lopes, com “Poema de quem ficou”, o qual trata do tema referente ao dilema partir-ficar e a escolha feita pelo homem cabo-verdiano em permanecer em sua terra mesmo diante de todas as intempéries causadas pela estiagem.

²Música típica de Cabo Verde que inclui em seu processo criativo a poesia e manifesta o sonho, a saudade e a melancolia do homem cabo-verdiano.

Da mesma maneira houve a colaboração do autor cabo-verdiano no quarto exemplar da *Claridade*, publicado em 1947, com o conto “O Jamaica Zarpou”, publicado em primeira mão neste número da revista e que foi inserido depois no livro *O galo cantou na Baía*, publicado em 1959, juntamente com outros seis contos do autor (“O galo que cantou na Baía”, “O Jamaica zarpou”, “As férias do Eduardinho”, “No terreiro do bruxo Baxenxe”, “O ‘sim’ da Rosa Caluda” e “Ao desamparinho”). A temática voltada para o dilema partir-ficar se faz presente neste conto de Lopes, no qual Maninho, a personagem principal, se encontra dividido entre ficar na ilha onde mora desde a sua infância e viajar com seu pai a bordo do barco *Jamaica*.

A vertente poética de Lopes volta a se fazer presente com o poema “Consummatum”, no qual o eu-lírico expressa a angústia de alguém que, vivendo na escuridão, aguarda com melancolia a chegada da manhã a fim de aliviar sua aflição. Dessa forma, “o poema refaz de forma poética a sensação de fracasso vivenciada por Maninho, no conto ‘O Jamaica zarpou’, a partir de uma necessidade de franca expansão dos sentimentos do eu-lírico” (PEREIRA, 2011, p. 190).

O sétimo número da *Claridade*, publicado em 1949, traz em sua capa uma nova colaboração do autor, o poema “Vozes”. Neste poema o eu-lírico se apresenta como o homem solitário e dividido entre o estado de “vagabundo dos portos” que não foi levado pelo navio e o estado de “homem de entre-mar-e-céu”, que a “voz dos portos” chama com “um lenço a acenar”. Além deste poema, foi publicado o conto “As férias do Eduardinho”.

A vertente ensaística de Lopes é revelada tanto em textos sobre a história econômica e social do arquipélago, como “Tomada de Vista” (publicados na revista *Claridade*), quanto em textos que tratam da necessidade de se investir em educação como forma de promover o desenvolvimento do arquipélago, como “Os Meios Pequenos e a Cultura” (apresentado primeiramente em uma palestra ministrada pelo autor em 1950, na cidade de Horta, em Portugal) e “Reflexões sobre a Literatura Cabo-Verdiana ou a Literatura nos meios Pequenos” (comunicação realizada por ele nos Colóquios Cabo-Verdianos, em 1959). Nestes ensaios nota-se a preocupação do poeta, escritor e intelectual Manuel Lopes em buscar o aprofundamento na investigação da alma cabo-verdiana, principalmente no que se refere às angústias decorrentes de temas que permeiam o cotidiano do povo cabo-verdiano, tais como a problemática das secas (que gera a necessidade e o desejo de emigrar para terras desconhecidas e prósperas), bem como o dilema partir-ficar (o fato do homem cabo-verdiano ficar dividido entre ter de partir e querer ficar e ter de ficar e querer partir).

Ainda no campo do ensaio, como lembra Maria Cristina Pacheco (1990, p. 10), houve a publicação de um estudo de Lopes intitulado “Considerações sobre as personagens de ficção e seus modelos”, publicado em 1973 no *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, no qual o autor utiliza suas personagens de ficção para explicitar a sua atividade de romancista e suas obras de ficção.

Lopes sempre colaborou com periódicos e revistas tanto de Cabo Verde quanto de Portugal. Convém destacar que em 1948 o autor colaborou com o diário português *Telégrafo*, no qual foram publicados dois artigos que versavam sobre a literatura cabo-verdiana, quais sejam: “Um Romance Cabo-verdiano” e “Características da Moderna Literatura Cabo-verdiana”.

Após mais uma mudança, em virtude de motivos profissionais para a ilha do Faial, nos Açores, fixando-se na cidade de Horta, Lopes viveu um momento de adaptação ao novo local e ali experimentou uma crise em sua atividade literária. Desse modo, nesse período, Lopes procurou distração no jogo de xadrez e na pintura. Esta última atividade o levou a realizar algumas exposições na ilha do Faial, no ano de 1949.

Passado esse lapso de tempo na sua produção literária, Lopes voltou a se dedicar à escrita de duas de suas mais conhecidas e importantes obras de ficção - *Chuva Braba* (que inicialmente recebeu o título de *Terra viva*) e de *Os Flagelados do Vento Leste* (inicialmente intitulado como *Estiagem*), conforme contou em entrevista a Michel Laban:

Quando me senti recuperar, deixei a pintura, travei um pouco o xadrez, e lancei-me à reconquista do tempo perdido. Levara comigo alguns capítulos do romance *Terra viva* (mais tarde *Chuva Braba*), apontamentos destinados a alguns contos e bem assim uma que outra anotação que serviram, posteriormente, para a leitura do romance *Estiagem* (que tomou o título de *Os flagelados do vento leste*). Publiquei os *Poemas de quem ficou* e *Os meios pequenos e a cultura*, na cidade da Horta (LABAN, 1992, p. 85-86).

Dessa forma, a primeira versão de *Chuva Braba* foi escrita em 1954 e dois anos depois a obra foi publicada em Lisboa, em edição do Instituto de Cultura e Fomento de Cabo Verde. Nesse mesmo ano, 1956, *Chuva Braba* recebeu o Prêmio “Fernão Mendes Pinto”. Além dessa importante premiação, a obra, que teve uma segunda edição pela Ulisseia no ano de 1964, foi traduzida para o russo, ucraniano e para o inglês nos anos de 1972, 1977 e 1996, respectivamente. A obra recebeu mais tarde uma adaptação radiofônica transmitida pela antiga Emissora Nacional.

Ainda no domínio da ficção, merece destaque o livro de contos *O Galo Cantou na Baía*, publicado em 1959, em sua segunda versão (sua primeira versão, de 1936, intitula-se

Um Galo Cantou na Baía e em 1984 viria a ser publicada sua terceira versão, intitulada *Galo Cantou na Baía*). Este livro de contos, que ganhou o mesmo prêmio anteriormente concedido a *Chuva Braba* (Prêmio “Fernão Mendes Pinto”), teve três de seus contos publicados na revista *Claridade* – “Um galo que cantou na Baía”, “O Jamaica Zarpou” e “As férias do Eduardinho” – nos números 2, 4 e 7 do periódico, respectivamente.

Em 1960 foi publicado pela Editora Ulisseia, em Lisboa, *Os Flagelados do Vento Leste*, que posteriormente recebeu o Prêmio “Meio Milênio do Achamento das Ilhas de Cabo Verde”. Este romance de Lopes recebeu duas edições brasileiras (uma no ano de 1979, pela Editora Ática de São Paulo, prefaciada por Luís Romano e outra em 1982, publicada pelo Círculo do Livro), duas reedições portuguesas além de uma tradução para o ucraniano, em 1977, e outra para o francês, no ano de 1996.

Os Flagelados do Vento Leste tem por tema a luta do povo cabo-verdiano contra uma natureza hostil, produtora de uma situação de seca, miséria e fome que invariavelmente leva à morte. Fruto de uma vivência particular de Lopes, quando permaneceu na ilha de Santo Antão, nos anos de 1941 e 1942, presenciando, neste último ano, uma grave estiagem em Ribeira das Patas, esta obra retrata uma realidade histórica e também reflete a esperança e coragem do homem ilhéu frente às calamidades naturais e suas consequências catastróficas para toda uma população, conforme o autor afirma, “o drama dos *Flagelados*, por exemplo, é uma ameaça constante, a espada de Dâmocles permanentemente suspensa sobre os rurais, uma realidade histórica, uma fatalidade geográfica. É preciso estar-se preparado para enfrentar os malefícios do tal “exército invisível” (LABAN, 1992, p. 92).

Considerada por muitos críticos literários como uma obra neorrealista, o romance retrata o drama do arquipélago de Cabo Verde caracterizando-se por uma “escrita despojada e rigorosa, pelo domínio da articulação narrativa, pela coerência interna, qualidades que, a par de uma temática de exceção, singularizam o romance em qualquer latitude e decerto para lá de contemporaneidade”³ (BAPTISTA, 2007, p. 18). Convém lembrar que *Os Flagelados do Vento Leste* foi adaptado para o cinema, porém esta versão cinematográfica não fez parte do circuito comercial.

³Disponível em: <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/EB001.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2016.

Apesar de muitos críticos literários considerarem a obra de Lopes como neorrealista, o autor evitava estes rótulos:

Evito rótulos. Faço aquilo que julgo dever fazer e não aquilo que se julga dever ser feito (...) Os meus escassos trabalhos de ficção, ainda incompletos, embora haja quem suponha eu ter feito ponto final, reflectem o meio ambiente e resultam da vivência e da observação atenta do meio e do homem nele integrado – daí a importância que dou à paisagem física envolvente. É a denúncia da realidade que vivi nas ilhas. Será talvez um neo-realismo *sui generis* se se quiser comparar o neo-realismo cabo-verdiano com o português (imbuído de ideologias) ou com o brasileiro (LABAN, 1992, p. 92).

Rejeitava igualmente a classificação que a crítica literária atribuíra a suas obras como “literatura comprometida”, afirmando ser apenas uma testemunha comovida da realidade cabo-verdiana, escrevendo de forma descompromissada (LABAN, 1992, p. 95).

Definia-se como um observador da realidade circundante, como uma testemunha emocionada de um povo com uma cultura específica e de um meio peculiar em que estava inserido. Dessa forma, conceituava suas obras de ficção como testemunhos sociológicos:

Recebo lições do real através da vivência e da observação. As minhas narrativas são testemunhos sociológicos, que o são sem a intenção de o ser, são apenas transparentes na sua simplicidade e objectividade. Não tomo partido das minhas personagens. São como são; é um modo de mostrar a vida como ela é, deixando ao leitor o encargo do discernimento sociológico. As personagens de ficção são, ou devem ser, livres na escolha da “sua” filosofia. Na realidade, são testemunhos vivos da sua época e do seu meio, e podem servir à História (LABAN, 1992, p. 93).

Quanto ao processo de escrita, Lopes afirmava não ter sequer uma estrutura previamente formada, mas que este processo aos poucos se formava e amadurecia, recorrendo ao desenho de suas personagens a fim de traçar o seu aspecto fisionómico e consequentemente seu carácter:

O “plano geral” é um desafio, uma proposta, um vislumbre. As personagens pouco e pouco amadurecem. Nascem das ideias? Antecipam-se? Saem do seu anonimato, rompem as grades da masmorra e perseguem o autor, como um remorso; assediam-no até o vencerem (...) É um mundo novo que se forma e que força o autor a intervir não no comportamento das personagens mas no ambiente em que se movem fornecendo os elementos adequados à sua movimentação. Mas há os pormenores. Por exemplo, como medida de auxílio fisionómico – o carácter deriva daí – chego a desenhar o tipo somático das figuras que integram a narrativa (LABAN, 1992, p. 94).

Além de ensaísta e ficcionista, a vertente poética do autor se destacou não somente com os poemas publicados em periódicos portugueses e na revista *Claridade*, mas com obras como *Horas Vagas* (poesia, 1934), *Crioulo e Outros Poemas* (poesia, 1964) e *Falucho*

Ancorado (antologia poética, 1997). Esta última obra coincidiu com o nonagésimo aniversário do autor e recebeu o prefácio de Alberto Carvalho (1945-).

Para Lopes, ser poeta implicava em continuar a sonhar, apesar de muitas vezes ter seus sonhos frustrados e também pressupunha ter responsabilidade social, não fugindo às questões sociais próprias do meio em que o poeta estava inserido:

A grande virtude do Poeta é transcender o homem sem deixar de o ser. Superando-se, está acima das questões pontuais. É portanto um ser desaguiilhado. De qualquer modo, não pode fugir ao destino, sendo este o aspecto mais dramático da sua luta. O sentir-se saudosos do que sonhou e não se realizou faz parte do drama. O Poeta sente-se muitas vezes frustrado, e sonha por isso sobre sonhos sonhados. O seu testemunho é a liberdade, e o seu coração não está isento duma certa revolta (LABAN, 1992, p. 77).

Após a publicação de *Os Flagelados do Vento Leste*, surgiu em 1966 um convite da organização do VI Congresso Internacional de Estudos Luso-Brasileiros para que o autor estivesse presente na Universidade de Harvard, em Boston, e na Universidade de Colúmbia, em Nova York. Nestas oportunidades ele apresentou sua comunicação intitulada “Breve Introdução à Literatura Regional Cabo-verdiana”.

Lopes voltou para Cabo Verde em 1970, permanecendo ali por quatro meses. Nesse período, definido pelo autor como “ronda de saudade”, ele percorreu, pela primeira vez, todo o arquipélago (LABAN, 1992, p. 97).

No ano de 1986 Lopes regressou a Cabo Verde para participar do 1º Simpósio sobre Cultura e Literatura Cabo-verdianas, evento que foi realizado juntamente com a comemoração do cinquentenário do surgimento da revista *Claridade*.

O autor recebeu em 1987 o Prêmio Claridade pelo Ministério da Informação, Cultura e Desportos de Cabo Verde. Sete anos depois, em 1994, foi agraciado com a mais importante condecoração de Cabo Verde, a Comenda do Dragoeiro.

No campo da poesia, sua última obra foi publicada no ano de 1997, a antologia poética *Falucho Ancorado*, tendo sido precedida pelo livro de versos *Crioulo e outros Poemas*. Já a sua última e marcante obra de ficção foi publicada em 1960 – *Os Flagelados do Vento Leste*. No entanto, ele não considerava que este lapso de tempo (até o ano de 1984, data da entrevista concedida a Michel Laban) significava total encerramento de suas atividades literárias, mas apenas um período de pausa. Lopes tinha a intenção de voltar a escrever, “com esperança – a velha e gostosa esperança cabo-verdiana” (LABAN, 1992, p. 98).

Elga Cristina Vilela Viana Pereira da Costa⁴ recorda que, em entrevista concedida a ela, em 28 de março de 2002, o escritor já demonstrando um natural abatimento por conta de seus 95 anos, confessou que havia cessado com suas atividades literárias:

Não tenho escrito, ou feito, absolutamente nada! Estou, de há uns tempos a esta parte, numa apatia total! Numa preguiça imensa que me impede, até, de responder às cartas que os amigos me enviam!... Lamento desiludir, mas estou assim... (COSTA, 2002, p. 243)

Como a sua produção – ficção, poesia e ensaio – tem como fio condutor a realidade vivenciada pelo povo cabo-verdiano, percebe-se que está vinculada a um sentimento social intenso, marcado pelo comprometimento do autor com os problemas sociais de sua terra natal. Com efeito, o elemento social desempenha papel crucial em suas obras, indo ao encontro do que Antonio Candido (1918-2017) afirma em seu ensaio “Crítica e Sociologia”, partindo do princípio de que se deve considerar o contexto na interpretação de um texto não somente como um dado acessório à estrutura textual, mas como elemento integrante desta estrutura.

Como Lopes foi um escritor que não fugiu aos problemas de sua terra, suas produções carregam em si a esperança característica de um povo que, apesar de sofrer as intempéries de uma realidade insular e colonial, não deixa de ter esperanças no futuro, tal como o próprio autor dizia:

De qualquer modo continuo a esperar mais do futuro do que me preocupar com o passado. A única qualidade válida que conservo é, precisamente, a de confiar no futuro; tenho uma importante reserva de esperança. Quero dizer que me inscrevo entre os corredores de fundo que não se importam em ser os últimos ou os primeiros a chegarem à meta. O que importa é não ficar pelo caminho embora dando prova medíocre de corredor de fundo (LABAN, 1992, p. 75).

⁴**Chuva Braba: o testemunho claridoso de Manuel Lopes**, tese defendida em novembro de 2002 pela Universidade de Glasgow, Reino Unido. Disponível em: <http://theses.gla.ac.uk/6574/>. Acesso em: 05 jun. 2017.

Observa-se, então, que a ligação entre o homem e a sua terra é a linha mestra das produções de Lopes. O estado de constante divisão em que o homem ilhéu se encontra é a principal temática de suas obras, principalmente do romance *Chuva Braba*, objeto desta pesquisa. Esta temática gira em torno do vínculo telúrico marcado pela constante dualidade entre partir e ficar: rodeado por circunstâncias propícias ao seu deslocamento para outras terras - um solo pobre e infértil, a presença constante e tentadora de um mar abundante e estiagens quase que permanentes produtoras de fome e miséria – o homem cabo-verdiano se vê dividido entre a vontade e necessidade de partir para o desconhecido e seu desejo de ficar junto à terra amada.

Por se inserir em uma literatura de base social, Manuel Lopes apresenta em *Chuva Braba* não somente as agruras da seca enfrentadas pelo povo ilhéu como também o dilema cabo-verdiano consistente na constante dúvida entre partir para terras que ofereçam melhores condições de vida ou permanecer na terra amada. O dilema partir-ficar é algo presente na literatura cabo-verdiana e constitui a temática da obra *Chuva Braba*, uma vez que ao retratar o drama do herói (Mané Quim) adquirindo uma consciência cada vez maior de si próprio e de sua terra ao longo do romance, através de uma relação conflituosa e, ao mesmo tempo, de identificação entre o homem e seu espaço, o querer bipartido do povo cabo-verdiano é representado com grande pungência pelo autor.

Logo, a decisão final da personagem principal no desfecho da obra vai ao encontro do lema claridoso “fincar os pés na terra”. Além da valorização da terra natal presente em *Chuva Braba*, outros ideais claridosos se encontram na obra, tais como a valorização da língua cabo-verdiana, dos valores e costumes do arquipélago e da cultura cabo-verdiana. Assim como o dilema partir-ficar, o uso de expressões na língua cabo-verdiana bem como a referência a mitos e a tradições de Cabo Verde permeiam toda a obra, suscitando a observação de como ocorre a presença e exaltação não somente dos ideais claridosos como também da cabo-verdianidade em *Chuva Braba*. Dessa maneira, este estudo pretende analisar a obra de Manuel Lopes e sua relação com a cabo-verdianidade, com os ideais claridosos e com o dilema partir-ficar.

O primeiro capítulo deste trabalho versa sobre Cabo Verde, traçando-se um breve painel dos aspectos históricos, geográficos, culturais, sociais e políticos do arquipélago. Com o propósito de aprofundamento nas questões voltadas para a história de Cabo Verde - contemplando desde o período vivido pelo autor até a atualidade – e para o estudo do processo colonial no arquipélago, utilizou-se como referenciais teóricos textos de Leila Leite

Hernandez e de Jorge Querido. Para a compreensão do processo colonial em outras nações este estudo teve por base contribuições de Alfredo Bosi.

No segundo capítulo são analisados o surgimento e os ideais do movimento e da revista *Claridade*, considerando-se o seu importante e decisivo papel para a literatura cabo-verdiana. Procurou-se traçar um breve panorama tanto do contexto literário das literaturas africanas de língua portuguesa como do contexto literário de Cabo Verde no momento da origem do grupo claridoso. Este capítulo também contém uma breve análise do sistema educacional quando do advento do movimento claridoso, bem como da origem e desenvolvimento da imprensa cabo-verdiana, além de um breve painel da literatura existente em Cabo Verde antes da *Claridade*. Buscou-se também analisar quais foram as principais identificações literárias dos escritores e intelectuais claridosos.

A análise da obra *Chuva Braba* sob a ótica dos ideais claridosos (valorização da terra natal, bem como da língua, da cultura e da literatura cabo-verdianas) se faz presente no terceiro capítulo. Buscou-se analisar a construção da narrativa, considerando-se seu contexto histórico e social por meio de textos que contemplam esta perspectiva, tais como as contribuições de Manuel Ferreira, Manuel Veiga, Simone Caputo Gomes, Gabriel Mariano e Alfredo Margarido, além da revista *Claridade: revista de arte e letras* como respaldo fundamental para este estudo.

Neste capítulo também é feita uma análise específica da presença dos conceitos de insularidade geo-histórica, cultural e vivencial (telurismo, evasão, religiosidade e querer bipartido) em *Chuva Braba*, tendo como embasamento teórico a obra *Vertentes da Insularidade na Novelística de Manuel Lopes*, de Maria Luísa Baptista. Para o fim de norteamento dos estudos literários foram essenciais as contribuições de Georg Lukács, Gérard Genette, Walter Benjamin e Antonio Candido. Pelo fato de *Chuva Braba* se inserir em uma literatura de base social, procurou-se investigar a literatura em suas relações com o meio social, recorrendo-se a textos de Antonio Candido e de Benjamin Abdala Junior, entre outros autores.

CAPÍTULO 1

CABO VERDE

1. Aspectos geográficos

A República de Cabo Verde, situada na costa da África Ocidental, é um país insular composto por um grupo de dez ilhas e algumas ilhotas situadas a 455 Km da Costa Africana, mais especificamente no Atlântico Norte, localizando-se entre o Trópico de Câncer e a Linha do Equador. Segundo Jorge Querido (2011, p. 25), o arquipélago, que tem o formato parecido ao de uma ferradura, possui área total de aproximadamente pouco mais de quatro mil quilômetros quadrados e uma população de, aproximadamente, quinhentos mil habitantes.

As ilhas são divididas em dois grupos - ilhas do Barlavento (do francês que significa “onde sopra o vento”), localizadas ao norte do arquipélago e que são compostas pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista, bem como pelos ilhéus Branco e Raso e ilhas do Sotavento (do francês que significa “o lado oposto onde sopra o vento”), localizadas ao sul do arquipélago, formadas pelas ilhas de Brava, Fogo, São Tiago e Maio, além dos ilhéus Secos.

As maiores ilhas destes dois grupos são Santiago, no sudeste, onde se situa Praia, a capital do país e Santo Antão, no extremo noroeste. Convém observar que Praia é também o principal aglomerado populacional do arquipélago, seguida por Mindelo, na ilha de São Vicente.

Quanto ao estudo paleoclimatológico do arquipélago, alguns estudiosos, como Chevalier (1935, tomo XV *apud* QUERIDO, 2011, p. 28), afirmam que as ilhas apresentavam um clima quente e úmido, devido às erosões provocadas pela ação das águas na era quaternária que deram origem à formação de vales profundos. No entanto, no período inicial do povoamento das ilhas, mais especificamente na segunda metade do século XV, o clima árido com suas raras chuvas já se fazia presente:

O que se tem, porém, como certo e inegável é que, na segunda metade do século XV, quando decorriam as primeiras experiências de povoamento, o arquipélago já tinha, basicamente, as características climáticas que hoje apresenta, sendo de registrar o seu cunho marcadamente saheliano, com escassos e irregulares períodos de chuvas, agravado frequentemente por secas muito severas que, a partir de certa altura, por razões que adiante se verá, passaram a assumir proporções de verdadeira calamidade.

As ilhas de Cabo Verde foram, pois, desde os primórdios do seu povoamento, muito agrestes, com reduzida cobertura vegetal e castigadas, com frequência, por estiagens que, quase sempre, provocaram fomes devastadoras (QUERIDO, 2011, p. 28).

A aridez do clima se dá pelo fato de o arquipélago estar situado numa área denominada Equador Meteorológico, onde existem duas movimentações verticais entre as nuvens. Elas são conhecidas como Frente Intertropical, que atua sobre os continentes, e Zona de Convergência Intertropical, que atua sobre os oceanos. Com a presença do alisado marítimo que pode provocar chuva em zonas de altitude e do alisado continental, também conhecido como harmatão, que se caracteriza por ser quente e seco, há uma grande e constante oscilação climática no arquipélago, no qual a escassez das chuvas faz com que seja predominante o clima seco. Logo, com as longas estiagens, a agricultura fica totalmente prejudicada, dando ensejo a situações de grande penúria do povo cabo-verdiano, onde a fome, a miséria e, muitas vezes, a morte se instalam.

2. Descoberta e povoamento

A descoberta de Cabo Verde se deu no século XV, mais precisamente em 1460, quando o navegador genovês Antonio de Noli (1415-1497) chegou às ilhas desabitadas, seguido, dois anos mais tarde, por Diogo Afonso, escudeiro do infante D. Fernando, quando então a ocupação humana das ilhas efetivamente teve início. Em 1462 este último recebeu de D. Afonso V (1432-1481), por doação feita de modo irrevogável e perpétuo, as ilhas de Santiago, Fogo, Sal, Boa Vista e Maio (HERNANDEZ, 2002, p. 21).

Conforme afirma Manuel Ferreira (1917-1992), com a chegada dos portugueses se iniciou o povoamento das ilhas:

Com efeito, só após a chegada dos portugueses se deu o conhecimento moderno do Arquipélago e se procedeu ao seu povoamento na base de colonos metropolitanos, de início sobretudo do Algarve e da Madeira; depois teriam ido do norte do País e um certo número de estrangeiros; e logo se lhes haviam de juntar escravos da Guiné, do Senegal, de Benin, de Gorea, sudaneses e talvez bantos (FERREIRA, 1973, p. 41).

É importante frisar que a localização de Cabo Verde sempre foi privilegiada, uma vez que constituía um local de passagem obrigatório de navios vindos da Europa rumo ao Brasil e ao Oriente. O arquipélago teve, porém, sua importância reduzida após a abertura do Canal de Suez que se tornou o caminho mais rápido e mais econômico para o Oriente. Em virtude da localização estratégica do arquipélago e, mais especificamente, da ilha de Santiago, pela sua proximidade com a costa africana, a Coroa portuguesa tomou a decisão de dividir esta ilha em duas capitânias em 1462: a capitania do norte, com sede em Alcatrazes, foi entregue a Diogo Afonso e a capitania do sul, com sede em Ribeira Grande, coube a Antonio de Noli (QUERIDO, 2011, p. 48).

Passado algum tempo após as ilhas terem sido doadas a D. Fernando houve a sua entrega a donatários que, juntamente com a posse da terra, receberam várias prerrogativas administrativas, judiciais e tributárias (amplo exercício de jurisdição cível e criminal, privilégio de conceder direito de posse e de uso de terras, recebimento do dízimo resultante das produções agrícolas, entre outros), a fim de facilitar a ida de pessoas que quisessem habitá-las, o que não ocorreu na prática. Apesar de Santiago e Fogo terem sido as ilhas onde inicialmente ocorreu o povoamento de Cabo Verde, foi pequeno o número de europeus que começaram a habitá-las:

Sabe-se que, a princípio, é muito reduzido o número de europeus, como portugueses, castelhanos, genoveses, entre outros. Mesmo transcorrido meio século, isto é, por volta de 1510, os relatos apontam a existência de uma população pequena em Santiago e menor ainda no Fogo, que começa a ser habitada só no final do século XV. Por sua vez, as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, Sal, Boa Vista, Maio e Brava continuam desabitadas (HERNANDEZ, 2002, p. 23).

Com o propósito de incentivar o povoamento das ilhas, especialmente da ilha de Santiago, pode-se tomar como exemplo, entre tantos outros estímulos concedidos pela Coroa Portuguesa, a outorga da “Carta de Privilégios aos Moradores de Santiago”, em 1466. Dentre vários benefícios concedidos por este documento, havia o “privilégio de tratar e resgatar escravos nas costas da Guiné como um todo” (HERNANDEZ, 2002, p. 24). Dessa forma, o povoamento da ilha de Santiago foi possível graças a um conjunto de privilégios outorgados aos moradores da ilha:

Foram, pois, sem dúvida, as vantagens concedidas aos habitantes da Ilha de Santiago pela Carta Régia de 1466 que tornaram possível o seu povoamento, já que Cabo Verde, sem essa prerrogativa jurídica que lhe permitia não só fazer a intermediação comercial entre a África e a Europa, em regime de exclusivo, como ainda beneficiar de importantes e excepcionais isenções fiscais, muito dificilmente seria capaz de atrair quem, livremente, quisesse fazer dessas ilhas sua morada (QUERIDO, 2011, p. 47).

Importa registrar que Santiago, no período compreendido entre os anos de 1462 e 1647, passou a ser um entreposto de escravos. Isso ocorreu porque os homens brancos, tanto nobres quanto plebeus, alguns deles tendo sido banidos de suas terras natais por motivos políticos, religiosos ou criminais, a fim de conseguirem se instalar e cultivar as terras que receberam da Coroa Portuguesa, exigiram total autonomia para obterem negros originários da costa e dos rios da Guiné. Dessa forma, o comércio de escravos passou a ser a atividade econômica fundamental da ilha de Santiago, que se tornou o centro político-administrativo do arquipélago.

Além das vantagens outorgadas pela Carta Régia de 1466, a fim de aumentar o povoamento de Santiago e o seu fluxo comercial, a ilha passou a ser constituída como uma zona franca. Também se determinou que todos os mercadores que faziam o transporte de escravos e de outras mercadorias da costa africana à Europa bem como às Américas aportassem em Santiago para que pagassem os tributos e dízimos à Fazenda Real.

Através da concessão de todos esses benefícios aos donatários, além de se fomentar o crescimento populacional de Santiago, foi fixada a base fundamental para o sistema de dominação das ilhas, estabelecendo-se o primeiro sistema de posse de terra. Além disso, é instituída uma organização social fundamentada em uma sociedade escravocrata, sendo que esses privilégios “criam as primeiras condições legais para a instituição do tráfico negreiro, principal fonte de receita do arquipélago, e ainda propiciam mão-de-obra escrava para a ilha” (HERNANDEZ, 2002, p. 25).

Desse modo, o poder econômico esteve por um tempo detido nas mãos de um pequeno grupo de senhores - que tinham a posse de grandes propriedades de terra, bem como o controle de ramos da navegação, da indústria artesanal e do comércio – em detrimento de uma população composta em sua maioria por escravos que trabalhavam na produção de gêneros voltados ao abastecimento de navios e de bens usados na compra de negros nas costas da Guiné.

Entretanto, o crescimento populacional e financeiro advindo do comércio de escravos para as Índias Ocidentais e posteriormente para a América, especialmente na capitania da Vila de Ribeira Grande, quando, em 1468, a Coroa portuguesa confiou a Fernão Gomes o direito de fazer o escambo e de resgatar escravos, bem como o dever de descobrir um total de quinhentas léguas ao final do prazo de seu arrendamento. Vários conflitos existiram a partir de então, uma vez que os moradores de Santiago desrespeitaram esse acordo, o que fez com que a Coroa limitasse os privilégios dos moradores por meio de uma Carta de 1472, pela qual “mantém-se a área para o trato e resgate de escravos, desde que os navios pertençam somente aos moradores da ilha, aos quais é permitida a aquisição de escravos apenas para seus próprios serviços” (HERNANDEZ, 2002, p. 26). Em face da importância econômica da localização da ilha de Santiago como entreposto de escravos, a Coroa procurou exercer um grande controle sobre os moradores, limitando, desse modo, a sua autonomia político-administrativa. Isso tudo levou a um declínio econômico da ilha de Santiago, especialmente da capitania de Ribeira Grande, agravada por uma sucessão de dificuldades envolvendo desde assaltos de navios piratas e de navios inimigos até a “devassidão moral em que se encontravam mergulhados os representantes do reino, envolvendo governadores, bispos,

frades, magistrados, ouvidores, eclesiásticos, nobreza da ilha, mercadores” (QUERIDO, 2011, p. 51).

Importa registrar que a forma de povoamento, as atividades comerciais e agrícolas desenvolvidas e conseqüentemente o desenvolvimento econômico nas demais ilhas ocorreram em diferentes graus.

Enquanto em algumas ilhas o povoamento se iniciou no século XV, outras tiveram um efetivo incremento populacional somente no século XVIII, tendo uma população miscigenada, constituída por brancos europeus vindos de Portugal, França, Inglaterra e Itália e ex-escravos. Apesar do clima adverso das ilhas, caracterizado por chuvas irregulares, as atividades agrícolas do arquipélago basicamente se equivalem, destacando-se uma agricultura de subsistência e o cultivo de produtos como purgueira⁵, milho e banana. Já a produção de algodão, de café, de sal e de tinta de urzela⁶ era destinada à exportação. Como atividade agropecuária, destacou-se, na maioria das ilhas, a criação de gado.

Convém lembrar ainda que a ilha de São Vicente, com o posicionamento geográfico estratégico de seu porto - o Porto Grande do Mindelo - teve as suas atividades voltadas para o comércio e para a navegação, as quais ganharam vulto, propiciando por consequência um maior crescimento populacional.

Apesar das diferentes formas de povoamento, de atividades desenvolvidas e de níveis de desenvolvimento econômico existentes nas ilhas de Cabo Verde, observa-se que o papel desempenhado pelas ilhas foi o de servir aos interesses da Metrópole portuguesa, através da circulação de mercadorias, passando pelo controle da produção até a acumulação de capital comercial.

Por diversas formas percebe-se a exploração da Coroa sobre a colônia. Primeiramente torna-se nítido que as principais atividades econômicas das ilhas eram voltadas para a agricultura ou agropecuária, objetivando a exportação desses produtos, sendo que a comercialização destes era controlada de modo direto por Portugal ou por comerciantes que obtiveram esse direito por meio de compra de concessões (HERNANDEZ, 2002, p. 33).

⁵Planta oleaginosa e de uso medicinal cultivável em áreas tropicais e subtropicais.

⁶Planta produtora de corantes usados na indústria têxtil cultivável nas ilhas de Açores, Madeira, Canárias e de Cabo Verde.

Em segundo lugar, de acordo com Hernandez, a questão fiscal sempre se fez presente, sendo que por meio do “exclusivo colonial”, que se efetivou após 1580, caracterizando-se pelo monopólio comercial em benefício de Portugal e em detrimento das colônias:

Completa essa política de preocupação fiscal, sempre presente, mesmo que nem sempre possível de se tornar efetiva, pela ineficácia dos métodos de tributação e cobrança. A ela se integra o exclusivo colonial, que se define e é exercido de fato, após 1580, com o monopólio do comércio, com base no qual é instituída uma série de mecanismos para efetuar a transferência da parte majoritária da renda obtida nas colônias para a economia portuguesa. A pequena parte que fica nas colônias, gerada pelas exportações, é consumida pelas importações (HERNANDEZ, 2002, p. 33).

Em terceiro lugar, nota-se a obtenção de vantagem pecuniária para a Coroa em detrimento da colônia no sistema de concessão de terras, segundo o qual a injusta distribuição das terras se fazia notar tanto pela extensão das propriedades quanto pela qualidade destas (as terras de regadio, mais férteis, não eram distribuídas aos colonos, mas sim as terras de sequeiro, menos férteis) (HERNANDEZ, 2002, p. 33).

Por último, o sistema de mão de obra nas ilhas, tanto naquelas onde a escravidão se fez presente quanto naquelas onde houve a servidão, foi marcado pela violência e pela imposição de condições de vida desumanas, gerando mais miséria para a população.

3. Sistema escravocrata – surgimento, características e declínio

Para que se possa compreender o sistema escravocrata em Cabo Verde, é necessário ter uma breve noção sobre como ocorreu a distribuição da terra no arquipélago.

Como a ilha de Santiago foi dividida em duas capitanias e como a Coroa era responsável pelo financiamento das expedições, o rei tinha a propriedade jurídica das terras, cabendo aos donatários arcar com todas as despesas para o transporte e fixação dos povoadores, além das despesas referentes à exploração das terras. Por outro lado, os donatários possuem “o poder de administrar justiça e de conceder a posse de terras a colonos, além de lhes dar incentivos facilitadores para sua permanência nas ilhas, mediante algumas condições explicitadas nos documentos de doação” (HERNANDEZ, 2002, p. 35).

Os donatários constituíam o grupo que detinha o poder econômico e político, exercendo o controle sobre as atividades agrícolas, agropecuárias e comerciais, bem como sobre o comércio de escravos, e seus interesses iam ao encontro dos interesses dos proprietários dos morgadios⁷ e capelas⁸.

Compreendendo a produção de açúcar mascavo, cana-de-açúcar, aguardente, milho e arroz, além de atividades agropecuárias, os morgadios possuíam como trabalhadores os escravos, que, portanto, desempenhavam um papel de grande importância para a economia do arquipélago. Assim, o morgadio exerceu o papel de centro de acumulação de riqueza rural, já que através de sua organização se estabeleceu um grande comércio de escravos no período compreendido entre os anos de 1461 e 1497, promovendo o crescimento da demanda no setor agropecuário.

Como consequência desse processo de desenvolvimento econômico desencadeado pelo sistema de trabalho e de produção dos morgadios, houve um rápido crescimento econômico da ilha de Santiago, repercutindo diretamente no aumento das vilas portuárias de Ribeira Grande e de Praia. Através dos portos se realizava o escoamento de produtos para exportação rumo à Europa e à costa africana, bem como o abastecimento dos navios com a venda de água potável, carne salgada, mantimentos, frutas, entre outros gêneros, além do comércio de escravos, fator que impulsionava a vida econômica e político-administrativa de Portugal.

Conforme ressalta Hernandez (2002, p. 40), entre os anos de 1462 a 1547, a ilha de Santiago teve entre suas atividades econômicas mais rentáveis a exportação de mão de obra escrava. Porém, com o passar do tempo, os moradores da ilha foram perdendo gradativamente os seus privilégios quanto ao comércio de escravos após algumas leis terem sido expedidas a favor dos contratadores, ou seja, os detentores da licença para tal atividade. Além dos moradores de Santiago, também a Coroa teve prejuízos crescentes, já que não dispunha de mecanismos eficazes para que pudesse fazer cumprir as cláusulas régias.

⁷Conjunto de bens ligado indissoluvelmente a determinada família e que é inalienável e indivisível. Sua transferência se faz em linha masculina por meio exclusivamente do primogênito.

⁸Conjunto de bens destinados a uma obra pia e que é indissoluvelmente vinculado a determinada família cumpridora dos deveres religiosos específicos à fundação criada.

Somam-se a isto tudo outros fatores que contribuíram para o declínio econômico tanto da Vila de Ribeira Grande como da Coroa portuguesa: a concorrência entre os traficantes - que comercializavam ilegalmente, contrabandeavam e traficavam com um número de escravos superior à lotação dos navios – e o aumento de ataques de navios ingleses, holandeses e franceses que saqueavam e inclusive exterminavam a tripulação dos navios vindos de Sevilha com destino a Guiné, Santiago e Fogo.

A falta de recursos financeiros fez então com que os Conselhos da Fazenda e Ultramarino autorizassem a criação de várias Companhias de Comércio que monopolizavam as atividades econômicas. Dentro desse contexto, as companhias fizeram com que seus estatutos fossem interpretados de acordo com os seus interesses, de modo que os comerciantes e a população local ficassem dependentes dessas empresas. Além disso, os navios passaram a aportar na Guiné, o que fez com que não passassem mais pela alfândega de Ribeira. Desse modo, houve uma maior decadência de Ribeira Grande e do arquipélago como um todo:

O período em que as Companhias vigoram, por mais de um século, é marcado pela decadência das vilas e dos morgadios e pela fuga crescente de capitais, registrando-se uma considerável saída de homens brancos das ilhas o que acarreta um número cada vez mais significativo de proprietários ausentes (HERNANDEZ, 2002, p. 42).

Como se não bastasse todo esse cenário, ainda é necessário frisar que Cabo Verde experimentou um período de declínio econômico, pois suas exportações passaram a ter forte concorrência de outros países que ofereciam produtos melhores e em maior quantidade que os seus. Foi o que aconteceu com produtos como o açúcar, a aguardente, o algodão e a panaria, que passaram a atender apenas ao consumo interno. Também os períodos de estiagem geraram queda na produção de milho, feijão e café, bem como arruinaram o setor agropecuário, desencadeando por sua vez graves períodos de fome e mortalidade de grande parte da população, inclusive de muitos escravos.

Como medida que objetivava cessar o comércio de escravos, a Inglaterra expediu um decreto de 10 de dezembro de 1836 que declarava a “inteira e completa abolição do tráfico de escravatura nos domínios portugueses” e proibiu a importação e exportação de mão de obra escrava (HERNANDEZ, 2002, p. 46).

No entanto, convém lembrar que em Cabo Verde o comércio de escravos vigorou por muito tempo:

Ao contrário do que se pode considerar num primeiro momento, há um importante volume de tráfico de 1815 a 1856, portanto, até seis anos após sua proibição. Por sua vez, a mão-de-obra se mantém, mesmo porque com inúmeras dificuldades o tráfico clandestino na costa africana, sobretudo na Guiné, dura até 1860 (HERNANDEZ, 2002, p. 46).

Devido às várias limitações impostas pela Inglaterra a Portugal referentes ao tráfico negreiro, o comércio de escravos cada vez mais sofreu a pressão inglesa visando sua extinção. A par desta situação, em meados do século XIX a América deixou de adquirir mão de obra escrava, assim como em países como Brasil e Cuba esta atividade se tornou ilegal.

Diversos fatores contribuíram para o declínio do sistema escravocrata. De acordo com Hernandez, dentro do contexto de decadência econômica no qual se encontravam tanto a ilha de Santiago como Portugal, primeiramente houve uma crescente dificuldade para a manutenção das despesas do trabalho escravo, pois estas eram muito maiores do que o seu produto. Isso fez com que a opressão exercida sobre o número já reduzido de escravos se tornasse maior:

É certo que nos seus últimos anos a organização e o controle da mão-de-obra já não se fazem para aumentar a produtividade, mas para sustentar a organização do trabalho, o que requer supervisão e disciplina marcadas por alto grau de opressão. Nesse sentido, manter o escravo implica aumentar a coação direta e contínua, acirrando os antagonismos entre senhores e escravos (HERNANDEZ, 2002, p. 48).

Em segundo lugar e como consequência da maior opressão dos senhores contra os escravos, houve um descontentamento cada vez maior por parte dos escravos e dos rendeiros⁹, que, insatisfeitos dos desmandos dos morgados, organizaram vários protestos, destacando-se, a título de exemplo, os levantes de 1822 e de 1835. O primeiro foi comandado por rendeiros na ilha de Santiago com o intuito de protestarem contra o modo abusivo e violento de cobrança das rendas. Já o segundo levante, também na ilha de Santiago, foi feito por escravos que pretendiam assassinar os proprietários brancos, roubar suas casas e tomar posse da ilha. Porém, não conseguindo alcançar seus propósitos, receberam os chefes do movimento a condenação ao fuzilamento. Em um processo crescente de descontentamento com a ordem estabelecida, outras rebeliões aconteceram, como, por exemplo, o levante de rendeiros no ano de 1841 e o levante de escravos na ilha do Sal, em 1846 (HERNANDEZ, 2002, p. 49-50).

⁹Pessoas que realizavam um acordo verbal com o proprietário da terra que cultivariam e que se comprometiam a realizar o pagamento de uma renda fixa em moedas ou em gêneros. Este acordo verbal vigorava entre as partes com a duração de um a três anos e por sua própria natureza expunha o trabalhador rural a várias vulnerabilidades.

Em terceiro e último lugar, o fracionamento dos morgadios em meados do século XVIII contribuiu para a decadência do sistema escravocrata. As razões para este fracionamento ter ocorrido foram várias, indo desde as más condições dos solos decorrentes das estiagens até direitos de herança e de propriedade. Neste último caso, as consequências da situação de miséria determinaram a venda das pequenas frações de terra, o que proporcionou o aumento das propriedades para aqueles que as compravam (HERNANDEZ, 2002, p. 52).

Com a diminuição crescente do comércio de escravos, as atividades comerciais ficaram prejudicadas, uma vez que a economia sofreu uma estagnação inicial. O mesmo ocorreu com as atividades agropecuárias que perderam gradativamente a sua força de trabalho fundamental.

Com o decreto de 28 de abril de 1875, que proclamou a abolição definitiva no ano seguinte, o processo de abolição da escravatura teve êxito, sendo importante observar que após a abolição definitiva, houve um período de dois anos de tutela dos ex-escravos, com a obrigação destes serem contratados preferencialmente por seus antigos senhores. A única exceção foi referente à ilha de São Vicente, que teve a abolição proclamada antes, por portaria régia, no ano de 1857 (HERNANDEZ, 2002, p. 48).

Importa ressaltar que mesmo após a escravatura ter sido abolida por meio deste decreto, ela continuou ainda existindo até o final do século XIX, sendo que “não só o tráfico negreiro ‘clandestino’ continuou, como ainda e sobretudo a situação dos descendentes de escravos não se alterou, tendo até, em certos casos e sob certos aspectos, piorado” (QUERIDO, 2011, p. 78). Assim, o comércio clandestino de escravos era praticado sob os olhos e com o apoio das potências europeias e tornou-se mais forte a opressão sobre os escravos. Para que se possa ter uma ideia das penas infligidas sobre estes, houve a publicação de um conjunto de 60 artigos sob a denominação de “Código Negro” que previa sanções cruéis contra os escravos:

Para o negro violento, que bata no patrão, a pena era a morte; para o ladrão, a pena era a morte; para o fugitivo recapturado antes de um mês, a pena era o corte das duas orelhas e um ferro em brasa com a forma de flor-de-lis num dos ombros; para o fugitivo reincidente, a pena era uma perna cortada e mais uma flor-de-lis no ombro; para o escravo fujão considerado incorrigível, a pena era a morte (SCHOELDER, 1948, p. 3 *apud* QUERIDO, 2011, p. 78).

Em Cabo Verde, apesar da abolição da escravatura, houve disposições legais que impunham a obrigação aos “indígenas” do arquipélago a fornecerem sua mão de obra para as autoridades coloniais, como, por exemplo, o “Regulamento para os Contratos de Serviços e

Colonos nas Províncias da África Portuguesa”, de 1878 e, já no século XX, o “Regulamento do Trabalho Indígena para execução do Decreto com força de Lei de 27 de Maio de 1911”:

É evidente que, naqueles tempos, qualquer “indígena” (fosse ele de Cabo Verde ou de qualquer das outras colónias) “condenado” como “vadio”, na falta de “*estabelecimentos do Estado especializados*” (que nunca existiram), de “fortalezas” e de “obras públicas” (que também sempre escassearam), não tinha outro remédio senão “*contratar os seus serviços com pessoas particulares*”, quase sempre com destino às roças de São Tomé ou Angola (QUERIDO, 2011, p. 80).

Apesar das autoridades coloniais portuguesas terem fundamentado o envio de grande contingente de pessoas famintas para trabalharem como “contratados” nas roças de São Tomé e de Angola nas crises de fome derivadas das longas estiagens que ocorreram no arquipélago, sabe-se que a verdadeira intenção era fornecer mão de obra barata e escrava para os roceiros europeus desses locais. A ida para o trabalho nas roças de São Tomé e de Angola foi uma experiência profundamente amarga para aqueles que já vivendo em estado de extrema miséria nas ilhas, receberam um tratamento degradante e violento nessas roças.

Com a abolição da escravatura, a partir da segunda metade do século XIX o arrendamento e a parceria firmaram-se como formas de mão de obra rural. Em linhas gerais, o arrendamento baseava-se num acordo verbal entre proprietário e rendeiro, com duração aproximadamente de um a três anos, mediante o qual o rendeiro firmava compromisso de cultivar a terra e pagar ao seu proprietário uma renda fixa em gêneros ou em moeda. Já que o acordo era verbal, o rendeiro ficava exposto às eventuais mudanças impostas pelo proprietário, sendo que tinha que assumir diversos encargos a fim de assegurar a sua subsistência e a de sua família. Além disso, muitas vezes sofria sanções, tais como o aumento excessivo da renda e expulsão das terras (HERNANDEZ, 2002, p. 56-57).

Já a parceria consistia no pagamento de uma licença de sementeira nos primeiros quinze dias do mês de junho, sendo autorizado a dar início ao trabalho na terra a ser cultivada somente após apresentar ao encarregado o recibo daquele pagamento. Além dos deveres que lhe cabiam e que, em sua maioria, sempre se caracterizavam por gerar certa desvantagem para o parceiro, existiam várias restrições impostas a ele, como, por exemplo, o solo de má qualidade que lhe era dado, tendo pouca água disponível, bem como o cultivo apenas de gêneros de baixo valor comercial, sendo que o parceiro tinha que arcar com todas as despesas agrícolas, o que aumentava ainda mais a sua já carente situação econômica (HERNANDEZ, 2002, p. 57-58).

Apesar de no século XX ter havido uma progressiva diminuição das prestações compulsórias e a remuneração por meio de salário ter sido mais frequente, esses trabalhadores

rurais viveram em condições de grande pobreza, geradas por uma agricultura ainda arcaica e uma economia estagnada. As constantes estiagens agravaram ainda mais a situação do povo cabo-verdiano, o que fez com que fossem instituídos Programas de Emergência, a partir de 1976, através dos quais foram criados empregos voltados para a captação, conservação e distribuição de água, a fim de restaurar os solos e reflorestar algumas áreas.

4. Formação sócio-cultural

As classes sociais se constituem historicamente, conforme os grupos sociais compartilham suas formas comuns de vivência, sendo que, ao fazerem isso, conferem-lhes significado e, conseqüentemente, sentido. Dessa forma, ao identificarem interesses comuns os agrupamentos sociais constituem-se como sujeitos coletivos, sendo, ao mesmo tempo, produtos sociais e sujeitos ativos em seus espaços (HERNANDEZ, 2002, p. 89).

Segundo Hernandez (2002, p. 90), como a economia de Cabo Verde sempre esteve atrelada ao mercado mundial por intermédio de Portugal, pode-se considerar que até a independência do arquipélago, ocorrida em 1975, existiram duas situações.

Primeiramente, a formação da sociedade cabo-verdiana ocorreu pela ação de grupos sociais que exerciam o controle sobre o comércio de escravos negros e detinham a posse da terra. Neste primeiro período, os morgados detinham a riqueza e o poder, sendo que a classe dominante também era composta por outros grupos sociais vinculados às atividades administrativas, militares e religiosas, surgidas como consequência do próprio sistema colonial. Também compunham esta classe dominante elementos do clero que atendiam aos interesses da Coroa portuguesa, punindo com excomunhão aqueles que desrespeitassem o monopólio de navegação e de comércio ultramarino.

Há de se considerar também que as bulas papais de 1455 e de 1481 protegiam os portugueses dessa punição, não os proibindo de adquirirem escravos, sob a alegação de que isso era feito como forma de contribuir com a Igreja para evitar o aumento do número de infiéis. A Igreja foi um importante aliado da Coroa, uma vez que colaborou decisivamente na exploração do território, estabelecendo uma relação de submissão entre portugueses e colonos. Dessa forma, além de ter participação direta no processo de colonização, difundindo os valores católicos, contribuiu para a efetivação do comércio de escravos (HERNANDEZ, 2002, p. 91).

Dessa forma, a Igreja fortaleceu a ação opressora do processo colonizador, o qual é um “projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do *colo*: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais” (BOSI, 1992, p. 15).

Em um segundo momento, após a abolição da escravatura, a estrutura social apresentou algumas mudanças em sua composição. Os proprietários fundiários ainda se mantiveram na liderança da classe dominante, mas o grupo formado por comerciantes se destacou de forma crescente. Juntamente com os comerciantes, estavam no mesmo nível social os integrantes do clero e os funcionários civis e militares. Há que se destacar, segundo observa Hernandez (2002, p. 94), que houve uma reestruturação social cabo-verdiana, fruto do surgimento da classe média, composta por artesãos, salineiros, pequenos comerciantes e proprietários de um a três hectares de terra. Também compunham esta classe média os trabalhadores não manuais, agentes de nível intermediário do serviço público e do comércio, os empregados de escritório, os profissionais liberais e os estudantes. Sendo um grupo heterogêneo, com distinções referentes à sua formação econômica, social e cultural, possuía tanto características conservadoras como renovadoras quanto à situação política vigente. Assim, os grupos que aspiravam a uma mudança social eram os estudantes e os profissionais liberais, conscientes da necessidade de lutar contra o sistema colonial.

Por último, deve-se mencionar a existência das classes populares - que correspondiam entre 90% a 95% da população do arquipélago - formadas por rendeiros, parceiros, pequenos proprietários com terras de até um hectare, trabalhadores assalariados rurais, trabalhadores com salários mais modestos pertencentes ao serviço público, pescadores, marinheiros e trabalhadores portuários, tecelões, empregados domésticos, pedreiros, oleiros, carpinteiros, entre outros. Esta classe tinha como denominador comum o fato de fazerem parte do mesmo mundo rural, baseado na opressão e submissão caracterizadoras do sistema colonial (HERNANDEZ, 2002, p. 95).

Merece uma breve, porém atenta observação, a questão da mestiçagem como elemento componente da formação da sociedade cabo-verdiana. A convivência forçada existente entre os europeus e os escravos trazidos da África nos primórdios da descoberta e povoamento do arquipélago teve como consequência a miscigenação de povos dotados de identidades próprias, possuindo diferentes culturas, tradições, línguas e costumes. Dessa forma, surgiu uma identidade mestiça peculiar - que não se autointitula como europeia tampouco como africana, mas cabo-verdiana – marcada pela sua forma própria de ser, de pensar e de se expressar (cabo-verdianidade) através de seus próprios costumes e tradições. Entretanto, a convivência entre esses dois povos tão diferentes entre si foi marcada por dificuldades de toda ordem, como se observará mais adiante.

As longas estiagens, com suas consequentes crises de fome e seu cenário de extrema penúria imposta ao povo ilhéu, provocaram não só a falência do sistema escravocrata como também o declínio econômico e social dos brancos, senhores de terras, responsáveis pelos morgadios e pelas capelas, uma vez que “as fomes obrigaram os morgados a libertarem os escravos por falta de meios de os alimentar, as terras perdiam o valor; muitos brancos degredados ou empobrecidos, reduzidos à miséria tiveram de consolar-se com a convivência dos pretos” (SEMEDO, 1998, p. 88).

Como consequência do empobrecimento dos brancos – que inclusive ocasionou o êxodo de muitos deles para outras terras, entre elas o Brasil – houve a possibilidade para os mulatos (filhos de pai e mãe mulatos) de obterem fontes melhores de renda, até então exclusivas dos brancos, como o comércio e a agricultura. Desse modo, houve a ascensão financeira e social cada vez maior dos mulatos, algo que não ocorreu com os mestiços (filhos de pai branco e mãe mulata ou preta). Conforme afirma Henrique Teixeira de Sousa (1919-2006) em seu texto “A estrutura social da Ilha do Fogo em 1940”, publicado no quinto número da revista *Clairidade*, a ascendência social e econômica dos mulatos foi expressiva, sendo que eles se tornaram grandes comerciantes e agricultores e tiveram condições de oferecer às suas posteriores gerações condições melhores de vida.

No entanto, esse processo de inversão da pirâmide social cabo-verdiana não ocorreu de forma tão serena, como alguns autores - entre eles Manuel Ferreira (1973, p. 314-315) e Gabriel Mariano (1991, p. 43) sustentam. Ferreira defende que, salvo alguns inexpressivos casos isolados, o preconceito racial não existiu em Cabo Verde, sendo que com a ascensão econômica e social do mulato, expressões como “gente branco”, “cheiro de gente branco”, “casa de gente branco” e “gente preto” possuem conotação social e não racial:

No Arquipélago as coisas sucedem-se na quietação do perfeito entendimento. Problemas raciais ligados ao casamento; perturbações no seio da promoção nos quadros administrativos; complexos ou preconceitos raciais evidentes na vida quotidiana; problemas de ascensão social ligados à pigmentação – tudo isto é de pouca ou nenhuma significação no minúsculo mundo cabo-verdiano (...) E “gente branco” será assim todo aquele que desfrutar de uma situação de prestígio mercê de factores de ordem vária (dinheiro, cultura, posição social), para além da cor da pele. Complementarmente, a expressão “gente preto” significará gente pobre, humilde, condenada a voos rasos (FERREIRA, 1973, p. 315).

Como se pode perceber, no entanto, o próprio conceito de “gente preto” traz em si forte traço discriminatório, associando-se ao termo “preto” uma característica tida como

inferior, segundo parâmetros sociais. Rubens Pereira dos Santos (2002, p. 232) observa que é inegável o caráter preconceituoso destas expressões populares:

Todavia não se pode afirmar, como Manuel Ferreira, que não tenha havido quaisquer tipos de preconceito em Cabo Verde. Exemplos de ditos populares, com uma certa dose de racismo, pode-se encontrar no dia-a-dia do cabo-verdiano do período colonial: quando um cidadão ilhéu era guindado a um cargo de importância na Administração, ele era considerado “gente branco”. Os padrões culturais do branco são os dominantes, é muita falácia dizer que não existiram problemas raciais nas ilhas. Pode não ter sido com a violência ocorrida em outras terras, mas apareceram de forma mascarada (SANTOS, 2002, p. 232).

Ainda quanto à questão da discriminação racial, Hernandez destaca que o preconceito rático existente desde o descobrimento do arquipélago se fez presente até o século XX, sendo que “estabelece-se uma noção de ordem hierárquica que persiste mesmo com o fim da escravidão e permanece presente sob o elemento contratual até pelo menos 1975” (HERNANDEZ, 2002, p. 68-69). Segundo a autora, mesmo após o declínio do sistema escravocrata, nota-se que ainda que as divisões sociais tenham acontecido em função das classes socioeconômicas, elas tinham por designação nomes como “gente branca” (pessoas com nível socioeconômico melhor e com acesso ao ensino formal), “gente preta” (pessoas mais carentes e sem acesso ao ensino formal) e “grupo dos mulatos” (mulatos que conseguiram obter ascensão social e econômica), o que evidencia a existência não só de uma divisão de grupos de pessoas baseada na classe social como também na sua cor.

Tal como Ferreira (1973, p. 314-315), Gabriel Mariano (1991, p. 43) também afirma que não houve conflitos na convivência entre brancos, mulatos e mestiços no arquipélago. Porém, não se pode “romantizar” esse processo de formação social cabo-verdiano a ponto de se imaginar que os fatos ocorreram de modo natural e pacífico. Conforme observa Querido (2011, p. 54), na verdade o cabo-verdiano é fruto da relação entre os escravos trazidos da África para o arquipélago e os europeus, caracterizada pela violência, pelo desprezo, pela discriminação e pelo sofrimento. Hernandez (2002, p. 97) corrobora a opinião de Querido alegando que não houve democracia racial e étnica no arquipélago, uma vez que a mestiçagem sempre teve como base a diferença gritante entre os homens brancos e as mulheres negras, sendo que as mesmas características autoritárias e violentas dos colonizadores portugueses no trato negreiro se aplicavam também às relações com as escravas negras.

De todo modo, com a colonização portuguesa, houve uma soma das tradições africanas com as tradições europeias, bem como as próprias tradições e costumes do homem ilhéu. Sendo assim, o povo cabo-verdiano possui características próprias: daí o fator da mestiçagem (mais de dois terços do total) ser o desencadeador do fato do povo ilhéu assumir sua identidade mestiça não como africano ou europeu, mas como cabo-verdiano.

Essa mistura étnica entre povos diferentes entre si, também denominada “crioulidade”, produziu um novo povo:

A “Babel” em que as mesmas (as ilhas) se transformaram após sua ocupação por pessoas de origem linguística, étnica, antropológica e social diversa gerou a Crioulidade, como harmonização síntese de culturas e tradições, produzindo uma nova sociedade – dir-se-ia uma nova civilização – eminente e essencialmente compósita, portadora de uma identidade própria, com a sua própria maneira de ser e de estar, mas, onde se encontram traços e características tipicamente africanos, ao lado de outros marcadamente europeus (ALMADA, 1998, p. 59).

Por causa da miscigenação de seu povo, Cabo Verde possui uma língua própria, a língua cabo-verdiana. E, além de uma língua própria, construiu uma identidade própria através de sua música, dança, culinária e manifestações literárias. Logo, a definição de cabo-verdianidade poderia ser esboçada pelo modo único de ser, de sentir, de pensar e de se expressar do povo cabo-verdiano com seus costumes e tradições. Foi através da cabo-verdianidade que o povo ilhéu construiu sua identidade cultural, social e política.

5. Processo de independência política

Faz-se necessário voltar ao tempo para que, ainda que brevemente, se possa compreender como ocorreu o processo de surgimento e desenvolvimento de uma consciência nacional do povo ilhéu que culminou na independência política de Cabo Verde.

No século XIX, com a tendência à centralização político-administrativa portuguesa cada vez maior expressa em diversas cartas constitucionais, Portugal procurou vincular totalmente as colônias a seu poder e subordinação, fazendo com que assuntos relativos a elas fossem tratados pelos ministérios da Metrópole e não permitindo uma real autonomia daquelas na administração de suas finanças. As decisões sobre concessão de fundos e cobranças de impostos cabiam à metrópole, bem como outras providências legislativas.

E esta situação permaneceu até o século XX, estendendo-se até após a Segunda Guerra Mundial. Com a chegada de Antônio de Oliveira Salazar (1889-1970) ao poder, com seu regime autoritário, repressivo e violento, a situação piorou muito em Cabo Verde. Mesmo

tendo havido uma grande pressão anticolonialista, com a promulgação de leis que aparentemente tinham por objetivo promover uma autonomia administrativa e orçamentária às colônias, não houve mudança significativa na situação de subordinação destas em relação à Metrópole, que fazia uso da força através da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE).

A realidade brutal do regime salazarista foi mascarada por Portugal durante muito tempo perante as outras nações:

Uma forte e dispendiosa máquina de propaganda e uma polícia organizada nos moldes nazi-fascistas permitiram ao poder salazarista esconder dos olhos do mundo, durante décadas, um regime que retirava a mais de uma dezena e meia de milhões de africanos todos os direitos políticos e humanos, que, hipocritamente, sob a capa de uma “sociedade multirracial” inexistente, praticava um verdadeiro “apartheid”, que deliberada e sistematicamente procurava destruir todos os valores culturais dos povos que dominava, que instituiu o trabalho forçado (considerado por Salazar como “uma forma legítima de trazer os africanos para a civilização”), que, enfim, reduzia seres humanos à condição de alimárias (QUERIDO, 2011, p. 140).

Convém lembrar, porém, que em Cabo Verde as manifestações de insatisfação popular em relação a sua realidade sócio-econômica e política se fizeram presentes desde as revoltas dos escravos, perpassando pelas rebeliões dos rendeiros e parceiros e chegando até os movimentos grevistas ocorridos já no século XX. Mas foi no começo do século XX que paulatinamente foram surgindo as primeiras ideias sobre mudanças sociais e políticas, tendo como ponto de origem as escolas dos pequenos centros urbanos. Posteriormente, na segunda metade deste mesmo século, houve as primeiras discussões sobre a luta de libertação nacional (HERNANDEZ, 2002, p. 113).

Outro fator que a princípio não seria capaz de criar condições propícias para a manifestação da consciência nacional, mas que não somente fez isso como também despertou a atenção dos cabo-verdianos para outras questões referentes à realidade estagnada de seu país foi a emigração cujo principal destino era os Estados Unidos (HERNANDEZ, 2002, p. 126-127). Ao entrarem em contato com uma realidade socioeconômica e cultural diferente e mais ampla, os cabo-verdianos conseguiram ter uma maior e real dimensão não só da desigualdade social como também dos precários níveis de escolaridade existentes no arquipélago. Assim, a convivência estabelecida entre os cabo-verdianos e as pessoas provenientes de outras províncias portuguesas cujas realidades socioeconômicas e culturais guardavam semelhanças com a problemática das ilhas despertou a percepção em todos de que era necessário lutar pela independência desses países.

É importante lembrar que no começo do século XX a ideia de republicanismo – que já foi objeto de reivindicação dos moradores de Santo Antão no ano de 1886 em uma revolta ao manifestarem o desejo de se fazer a substituição do regime monárquico pelo republicano - se espalhou tanto pela América como pela Europa, influenciando as aspirações da elite cabo-verdiana. Os ideais republicanos como, por exemplo, soberania popular, fim do absolutismo e incentivo à educação, criaram a expectativa de que se poderia fazer cessar a pobreza e caminhar para a construção do progresso.

No entanto para os monarquistas o republicanismo era logicamente temido pois incluía a participação política e a luta dos trabalhadores por meio de greves, apoiadas, inclusive, em Cabo Verde por Eugénio Tavares (1867-1930), poeta que valorizou a língua cabo-verdiana em suas obras, objetivando buscar a essência do homem cabo-verdiano. Desse modo, sindicatos foram fundados para defender os direitos dos trabalhadores assalariados perante os empregadores ou o Estado, sendo que “em 1917, com o apoio de Pedro Monteiro Cardoso e Eugénio Tavares são criados sindicatos agrícolas nas ilhas de São Nicolau e Maio, uma Associação Comercial de Barlavento, em São Vicente, e uma Associação de Socorros Mútuos dos Enfermeiros do Quadro de Saúde” (HERNANDEZ, 2002, p. 131). Faz-se necessário destacar também o papel da imprensa como instrumento veiculador de novas ideias. Jornais como “A Voz de Cabo Verde” e “Manduco” enquanto formadores de opinião tendo a modernização, por exemplo, como tema comum.

Os anseios da população cabo-verdiana por modificações em sua realidade socioeconômica e política continham já o germe do nacionalismo que, entre outras coisas, trazia em si o desejo de mudança na forma de governo, a fim de garantir valores essenciais para a vida em sociedade. Assim sendo, “tais ideias, que têm significado apenas para uma pequena minoria de ilustrados, em geral composta de elementos urbanos, acabam trazendo consigo anseios de independência, implicando ou não subversão da ordem, o que, aliás, cabe a muito poucas vozes” (HERNANDEZ, 2002, p. 132).

Porém, posteriormente percebe-se que pouca coisa mudou em relação ao arquipélago, que em 1926 ainda sofreu com a ditadura salazarista, caracterizada pela repressão e censura, desrespeitando direitos e não atendendo reivindicações da população, uma vez que “dez anos depois de instaurada, percebe-se que a República é conquista de Portugal, cujos reflexos são percebidos em Cabo Verde. Esse novo sistema de governo realimenta as feições do colonialismo e do próprio Estado português” (HERNANDEZ, 2002, p. 133).

Importante destacar que em 1930 foi aprovado o Ato Colonial, documento que previa o quadro institucional das colônias, incluído no Título VII da Constituição do Estado português em 1933, e que visava centralizar em Lisboa o poder de controle e de fiscalização das colônias portuguesas.

Não obstante todas as ações antidemocráticas e tolhedoras de direitos civis e políticos promovidas pelo poder salazarista, visando garantir o domínio português sobre as suas colônias, uma literatura voltada para temas do cotidiano cabo-verdiano foi paulatinamente sendo construída e muito bem alicerçada. Essa literatura voltada para problemas comuns ao povo de Cabo Verde, tais como “as secas, a diáspora, as deportações políticas de outras colônias portuguesas para Cabo Verde e a Primeira Manifestação contra a Fome e o Desemprego, em São Vicente” contribuiu para o fortalecimento da consciência nacional. Dessa forma, a literatura, juntamente com a imprensa e com os periódicos fundados nessa época – entre os quais se destacam o jornal *Manduco* e as revistas *Atlante* e *Claridade* - volta-se, portanto, para a realidade local, para o povo:

A literatura contém, agora, um projeto ideológico mediante o qual é deflagrada a polêmica em torno da consciência do país, isto é, do nacional. Para além de busca de uma expressão nacional, em vez do falso refinamento das elites, a literatura volta-se para o popular. Predomina, com clareza, o localismo sobre o cosmopolitismo e, em lugar da idealização do real, há uma busca para apreender a cotidianidade (HERNANDEZ, 2002, p. 136).

O processo de consciência nacional foi se intensificando cada vez mais, de modo que a classe média cabo-verdiana aos poucos conseguiu ter uma noção mais profunda sobre a situação de injustiça e de arbitrariedade que vigorava no país. Desse modo, foi tomando corpo o desejo de libertação e de independência frente ao governo totalitário salazarista, sendo a poesia militante e o romance de denúncia suas principais manifestações. Obras como *Chiquinho*, de Baltasar Lopes, *Famintos*, de Luís Romano, assim como *Os flagelados do vento leste* e *Chuva Braba*, de Manuel Lopes são alguns exemplos de romances voltados para os problemas do povo cabo-verdiano.

Concomitantemente a este processo de fortalecimento da consciência nacional cabo-verdiano, cujo ápice foi o Movimento Claridade (que teve suas ideias difundidas através da revista *Claridade*), surgiram no século XX vários movimentos independentistas africanos em países como Estados Unidos, Martinica, Haiti e Cuba. Os principais movimentos africanos que emergiram nesse período foram o Pan-Africanismo, criado pelos intelectuais E. Blyden (1832-1912), W. E. Du Bois (1868-1963), M. Garvey (1887-1940), Frantz Fanon (1925-1961) e K. N’Krumah (1909-1972); o Negrismo, originado em Cuba e que teve como seu principal

representante o escritor Nicolas Guillén (1902-1989); a Negritude, criada por estudantes africanos em Paris, na década de 1930, cuja meta era retomar e defender a cultura negra frente à dominação da cultura ocidental; e o “Movimento dos Novos Intelectuais”, criado em Angola, após a Segunda Guerra Mundial, por jovens intelectuais africanos, que teve como suporte a “Associação dos Naturais de Angola” (ANANGOLA) e cujo principal expoente foi Viriato da Cruz (1928-1973).

Entretanto, este processo de desenvolvimento da consciência africana aliado às consequentes independências dos países africanos desencadeou uma intensificação da censura sobre as produções literárias desses países, o que provocou o exílio de muitos autores em Portugal. Desse modo, no período compreendido entre 1953 e 1965, Lisboa passou a ser o centro de produção e de difusão das obras literárias africanas de língua portuguesa. Destaca-se aqui o papel decisivo da “Casa dos Estudantes do Império”, cujos principais membros eram Amílcar Cabral (1924-1973), Eduardo Mondlane (1920-1969), Agostinho Neto (1922-1979), onde foi feita a divulgação dos escritores africanos.

Já com uma economia fraca, Portugal, com seu regime salazarista, continuou insistindo em querer ainda permanecer no comando das suas províncias ultramarinas, empregando para tanto o seu característico emprego da violência. O enfraquecimento econômico veio acompanhado de um enfraquecimento político de Portugal, uma vez que após a Segunda Guerra Mundial foi aprovada pelas Nações Unidas uma Resolução que reconheceu aos povos colonizados o direito à autodeterminação e à independência. Esse fato provocou a revisão da Constituição portuguesa e a derrubada do Ato Colonial em 1951, o que deixou transparecer uma tentativa clara do governo salazarista em procurar justificar todas as ações arbitrárias praticadas contra os povos africanos e, assim, continuar no poder.

No entanto, o isolamento político de Portugal era cada vez mais evidente. Tendo por aliados apenas países como Israel e África do Sul, prosseguia em suas tentativas de manter o domínio em África. Dessa forma, Portugal, a despeito da posição contrária da conjuntura internacional quanto ao domínio colonial português, procurava meios de manter sua presença em África. Enquanto isso, já com o seu inegável e crescente isolamento político no plano internacional, os movimentos de libertação de Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique ganhavam terreno, tanto no plano interno dos seus territórios como internacionalmente. Com a postura intransigente de Portugal em encontrar uma solução pacífica para o problema colonial, a única saída foi a luta armada.

Porém, cabe observar que o processo de independência de Cabo Verde foi lento. Na década de 1950 do século passado, ainda sob as consequências da Segunda Guerra Mundial, Cabo Verde se encontrava sob a dominação colonial. Foi somente com a criação do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) - criado em 1956 e liderado por Amílcar Cabral - que se iniciou de forma organizada a luta anticolonial. Através de uma ação político-diplomática intensa e de uma luta armada que fora bem conduzida por Cabral, houve em 24 de setembro de 1973 a proclamação da independência da República da Guiné-Bissau, oito meses após o assassinato do líder do PAIGC, não reconhecida pelo governo português.

Com a derrubada da ditadura salazarista em Portugal em 25 de abril de 1974, abriu-se a possibilidade para a independência de todas as colônias, inclusive de Cabo Verde e Guiné-Bissau. Em Cabo Verde, não obstante as reduzidas dimensões de seu território (marcado pela insularidade e estiagem), a sua pequena população, a presença da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) - a temida polícia salazarista, com sua constante vigilância e repressão sobre a população do arquipélago - bem como as sequelas resultantes de muitos séculos de dominação colonial, o PAIGC conseguiu levar sua mensagem de libertação à população cabo-verdiana. No entanto, toda a ação política do partido de Cabral foi feita de forma clandestina no arquipélago até finais de abril de 1974.

Enquanto isso, os acontecimentos que tiveram por consequência a queda do regime fascista português repercutiram intensamente tanto em Cabo Verde como em Guiné-Bissau, que teve sua independência reconhecida por Portugal em 11 de setembro de 1975. Já a proclamação da independência de Cabo Verde ocorreu poucos meses antes, mais precisamente no dia 5 de julho de 1975. Deve-se ressaltar que a conquista da independência de Guiné-Bissau contribuiu muito para a independência das demais colônias portuguesas:

A independência da Guiné acabou por constituir um precedente que facilitou, e muito, o acesso de todas as restantes colônias portuguesas à independência. Na verdade, a forma como Cabral conduziu a luta na Guiné, não só no plano militar mas também e sobretudo no plano político-diplomático, como que destruiu, a nível da comunidade internacional, todas as veleidades que Portugal pudesse ainda alimentar quanto a uma eventual continuação da sua presença em África, retirando-lhe assim, por completo, qualquer margem de manobra nessa matéria (QUERIDO, 2011, p. 199-200).

Entretanto, as peculiaridades histórico-culturais cabo-verdianas imprimiram um rumo diferente ao processo de independência das ilhas. Primeiramente, os militantes do PAIGC reconheceram que havia a necessidade de se fazer a conscientização da luta política de uma forma que aproximasse as massas populares do movimento. Assim, o PAIGC

encontrou nas manifestações culturais específicas de algumas pequenas aldeias o meio de iniciar sua ação. Uma dessas ações foi realizada no povoado de Mato Baxo, na Achada Falcão. Utilizando instrumentos como tambores e cornetas, os militantes do PAIGC conseguiram conquistar a confiança dos habitantes do povoado e convencê-los de que juntos poderiam vencer a sua sensação de impotência frente às forças colonialistas. Resgatando a “tabanca”, gênero musical próprio de Cabo Verde, proibida desde 1940 pelo governo português, consegue-se não somente empregar as tradições culturais dessas aldeias como forma de resistência à opressão colonizadora como também fazer com que esses povoados enxerguem o PAIGC como representante de suas necessidades e anseios.

Posteriormente, ainda com o intuito de angariar apoio ao PAIGC e ampliar o seu movimento, a ação do partido se iniciou em Santa Catarina na ilha de Santiago, devido à sua tradição de ter sediado várias revoltas no passado. Objetivando tratar de alguns temas geradores de receios nos camponeses (fome, doenças, desemprego, deportação para São Tomé e prisões) o PAIGC decidiu fazer a escolha de cinco “nhôs”, ou seja, homens com idades entre 32 e 65 anos para exercerem um papel político no meio em que vivem, a fim de aproximar os camponeses e o partido. Ao fazer isso, os militantes do PAIGC lidaram com medos oriundos da repressão e intimidação típicos do poder salazarista e que provocavam a submissão e em consequência uma certa passividade da população cabo-verdiana. Porém, ao mesmo tempo, conseguiram criar um ambiente de “formação de laços de solidariedade e de articulação de identidades comuns, começando por suas próprias experiências de privação” (HERNANDEZ, 2002, p. 190). Logo, aos poucos, o movimento social foi ganhando cada vez mais espaço.

Como parte desse crescimento do movimento, destacou-se nas cidades cabo-verdianas a reivindicação de ruptura política com Portugal a fim de se erradicar com o analfabetismo e garantir direitos como a liberdade de expressão e proporcionar a justiça social e o desenvolvimento. Desse modo, a luta política deslocou-se da área rural para a área urbana, onde os estudantes dos liceus de Praia e de São Vicente sensibilizaram-se com as questões do movimento e se dispuseram a fazer a mobilização das massas.

Além dos estudantes dos liceus, a imprensa escrita e falada também cumpriu importante papel na luta política. Destacaram-se: a brochura *A verdade sobre as colônias africanas de Portugal*, publicada pelo PAIGC, em janeiro de 1960; *As palavras de ordem geral*, de Amílcar Cabral; diversas apostilas com discursos e mensagens de Amílcar Cabral; o noticiário transmitido pela rádio *Voz da Libertação* e; a propaganda política realizada pelas

rádios oficiais de Gana e de Senegal, que traziam notícias de Cabo Verde transmitidas na língua cabo-verdiana.

Conforme bem observa Hernandez (2002, p. 194-195), apesar de toda essa intensa propaganda político-ideológica, ainda se observou em Cabo Verde certo distanciamento entre a vanguarda do partido e a base de apoio do movimento de independência. De certo modo isso é compreensível uma vez que os dirigentes do partido dominavam a língua escrita e apresentavam um discurso teórico que tinha como fundamento conhecimentos políticos e ideológicos profundos, ao passo que a base do movimento era constituída por uma massa ágrafa de pessoas, com ambições modestas e que não compreendia as propostas ideológicas e políticas apresentadas pelos líderes do movimento.

Além desses obstáculos enfrentados pelo PAIGC na condução de sua ação clandestina em Cabo Verde, existiam outras dificuldades que compunham um cenário complexo. Porém, o PAIGC conseguiu cumprir seu decisivo papel nas ilhas:

Apesar das enormes limitações impostas por um meio que a própria pequenez (territorial e demográfica) tornara adverso, apesar da presença da PIDE/DGS que, através dos seus agentes, informadores e alguns servidores da administração colonial, exercia uma forte atividade de vigilância e de repressão, apesar das resistências psicológicas próprias de uma população que sofreu e ainda hoje sofre as sequelas resultantes de vários séculos de dominação colonial, apesar de tudo isso, as células implantadas e controladas por militantes ligados ao PAIGC conseguiram levar a mensagem de libertação a uma vasta camada da população do arquipélago (QUERIDO, 2011, p. 187-188).

Assim, apesar de todos os obstáculos enfrentados, o movimento liderado pelo PAIGC conseguiu - graças à condução sensata e inteligente de Amílcar Cabral e à disposição dos militantes do partido para a conscientização da população acerca da necessidade urgente de mobilização social e política em Cabo Verde – se manter forte, resistindo às várias contrariedades e alcançar a independência nacional.

CAPÍTULO 2

REVISTA *CLARIDADE*

1. Contexto das literaturas africanas de língua portuguesa

A revista *Claridade*, marco da literatura moderna cabo-verdiana, surge num momento de grande turbulência nacional e internacional. No âmbito nacional, a situação de grande penúria do povo cabo-verdiano, consequência de uma má administração secular do colonizador português e das prolongadas estiagens típicas do arquipélago, bem como o estado de extrema repressão causado pelo regime ditatorial de Antônio de Oliveira Salazar marcaram o cotidiano das ilhas. No plano internacional, acontecimentos significativos do século XX, tais como a Queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque, o Nazismo, o Fascismo e o Salazarismo, presentes na Europa, bem como a Guerra Civil Espanhola, caracterizaram um período composto por graves consequências econômicas, políticas e sociais, além de gerar grande sofrimento e insatisfação popular.

É necessário lembrar que no período posterior à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) despontaram vários movimentos independentistas africanos em países como Estados Unidos, Martinica, Haiti e Cuba. Acontecimentos históricos, como a independência dos Estados Unidos, assim como a Revolução Francesa, que deu origem à *Declaração dos Direitos Humanos*, fizeram surgir questionamentos sobre os limites da liberdade e da igualdade por parte das comunidades africanas em face de seu passado de povos colonizados. Nesse cenário, emergiu o Pan-Africanismo - movimento cultural e político, cujos principais nomes foram intelectuais como E. Blyden, W. E. Du Bois, M. Garvey, Frantz Fanon e K. N’Krumah e que visava à defesa dos direitos das populações dos continentes africanos, a fim de promover a independência e a integração desses países:

É esse o contexto no qual ocorre o pan-africanismo manifestado de diversas formas, tais como congressos, conferências, criação de organizações, atividades educativas, literárias e até comerciais, dando ensejo para a continuada gestação de idéias anticolonialistas. Elas estão presentes, por exemplo, nos quatro Congressos Pan-Africanos que se realizam em Paris (1919), Londres, Bruxelas e Paris (1921), Londres e Lisboa (1922) e Nova York (1927), eventos que conferem às atividades nacionalistas e à luta contra o colonialismo na África um caráter internacional, repercutindo sobretudo na África Ocidental. Os congressos reforçam a tímida consciência dos negros de todo o mundo sobre sua condição de vítimas da opressão e da tirania (HERNANDEZ, 2002, p. 141).

De acordo com José Marcel Lança Coimbra (2012, p. 129), nos Estados Unidos, autores como Longston Hughes (1902-1967), Countee Cullen (1903-1946) e Claude McKay (1889-1948) tiveram por escopo a valorização das origens africanas. A busca da cultura e identidade negra também foi o objetivo de escritores e intelectuais na Martinica, com a publicação da revista *Lucioles* (1927), e no Haiti, onde foram exaltadas a religião *vodu*, a língua *créole* e a música negra. Já em Cuba se originou o movimento do Negrismo, tendo como seu principal expoente o escritor negro Nicolas Guillén.

Também em Paris, na década de 1930, surgiu o movimento da Negritude entre os estudantes africanos, cujo objetivo era fazer a defesa da cultura negra perante a dominação da cultura ocidental. O intuito da Negritude foi a negação do processo de incorporação da cultura europeia, através da retomada e do enaltecimento dos valores e da cultura africana. Este movimento teve como principais nomes Leopold S. Senghor (1906-2001), Aimé Césaire (1913-2008), Léon Damas (1912-1978) e Alioune Diop (1910-1980).

Igualmente se faz necessário recordar a importância dos movimentos independentistas na África. Segundo Alfredo Margarido, em Angola, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, houve entre os jovens intelectuais angolanos um processo de questionamento da condição de seu povo e assim surgiu o “Movimento dos Novos Intelectuais”:

Utilizando como suporte a *Associação dos Naturais de Angola* (ANANGOLA), os jovens intelectuais criam primeiramente o Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, cujo *slogan-programa*, criado por Viriato da Cruz (1928-1973) denuncia a situação de alienação ou de aculturação a que foram submetidos os africanos: “vamos descobrir Angola!” Programa simples na aparência, mas impondo o reencontro com uma África amordaçada pelo colonialismo. A publicação da primeira antologia dos novos poetas de Angola, em 1950, permite a elaboração dum primeiro referencial mas só a publicação da revista *Mensagem* (1951-1952) fornecerá a plataforma definitiva a esse movimento (MARGARIDO, 1980, p. 116).

Já em Moçambique, de acordo com Margarido (1980, p. 116), existiu uma situação diferente de Angola, uma vez que, primeiramente, a antologia da poesia de Moçambique foi publicada em Lisboa e não na África. Em segundo lugar, o projeto literário e político dos jovens autores moçambicanos, segundo o autor, por meio da criação da revista *Msaho*, em 1952, refletiu não haver uma convicção firme sobre as raízes africanas da produção poética moçambicana. Com a censura, houve então uma vedação da discussão dos problemas culturais e políticos de Moçambique.

Margarido (1980, p. 117) afirma ainda que devido ao desenvolvimento da consciência africana, reforçada pelas revoltas e consequentes independências obtidas pelos países africanos, houve um acirramento da censura sobre as produções literárias desses países, fazendo com que muitos autores tivessem que se exilar em Portugal. Lisboa, então, no período compreendido entre 1953 e 1965, foi o centro de produção e de difusão das obras literárias africanas de língua portuguesa.

Francisco José Tenreiro (1921-1963) e Mário Pinto de Andrade (1928-1990) foram os responsáveis pela organização e edição do primeiro caderno de *Poesia negra de expressão portuguesa*, que surgiu em Lisboa no ano de 1953. Este caderno teve a ideologia da negritude como base elementar para sua formulação. Porém, a obra poética cabo-verdiana não foi incluída nesta antologia porque, segundo os seus organizadores, não estava sintonizada com os ideários da negritude, mas, de acordo com Francisco Tenreiro, citado por Margarido (1980, p. 117), a poesia cabo-verdiana tem o seu valor, porém trata-se de “uma poesia de características regionais bem vincadas”. Ou seja, para Tenreiro e Andrade a poesia produzida no arquipélago não refletia uma contestação política.

Deve-se destacar também a importância da “Casa dos Estudantes do Império” que teve como membros Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane, Agostinho Neto, entre tantos outros que, por meio desta instituição, divulgaram os escritores africanos, algo que não era possível realizar naquele momento na África.

Entretanto, em Cabo Verde, o movimento Claridade não se identificou com a oposição radical pregada por esses movimentos independentistas africanos. No tocante ao despertar de uma consciência da realidade do arquipélago, Ferreira recorda as palavras de Baltasar Lopes:

Uma tomada de consciência regional muito nítida se instala nos escritores de Cabo Verde, que decidem romper com os arquétipos europeus e orientar a sua atividade criadora para as motivações de raiz cabo-verdiana. Não é ainda uma posição anti-colonial. Não é ainda, nem nada que se pareça, algo que tenha a ver com a idéia de independência política ou nacional (FERREIRA, 1977, p. 37-38 *apud* COIMBRA, 2001, p. 31).

Logo, percebe-se que os intelectuais claridosos não ignoravam a situação política do arquipélago – mesmo porque esta é o fator desencadeador de todas as demais dificuldades existentes nas ilhas – mas tinham como foco o desejo de buscar e revelar a especificidade cultural de um país possuidor de graves problemas econômicos, sociais e políticos.

2. Contexto literário cabo-verdiano

Antes de se adentrar na análise do surgimento e desenvolvimento da literatura cabo-verdiana, faz-se necessário tecer breves considerações sobre o papel crucial da educação e da imprensa no fazer literário das ilhas.

2.1. Educação em Cabo Verde

Sempre foi notório o desinteresse por parte de Portugal em investir na área educacional nas ilhas, uma vez que, ao tempo da independência de Cabo Verde (proclamada em 5 de julho de 1975) ainda havia um número reduzido de escolas e um alto nível de analfabetismo.

Segundo Margarido (1983, p. XXXIX *apud* OSÓRIO, 1998, p. 109) “já em 1595 as autoridades portuguesas procuraram dar uma base mínima ao ensino no arquipélago, (...) exclusivamente consagrado à formação do clero, tão necessário no arquipélago, como no espaço colonial português”. Com a criação do Bispado de Cabo Verde (Diocese de Santiago) em 1532, primeiro Bispado Africano, e do Seminário de Santiago (1570), ambos em Ribeira Grande, percebe-se que a ação da educação catequética exercida pela Igreja Católica nas ilhas é algo notório. E, sendo assim, ainda que esta ação do clero tivesse como principal motivo os interesses econômicos e políticos da Metrópole, por meio da “ladinização”¹⁰ dos escravos, ela conseguiu fazer com que a instrução fosse difundida nas ilhas, na afirmação de Jorge Querido:

É que, apesar de a função principal do clero, nesse tempo, ser a de doutrinar e baptizar os não-cristãos e “ladinizar” os escravos, tornando-os assim de maior valor comercial, as aulas de catequese, na prática, chegaram a funcionar como verdadeiras escolas de aprendizagem das primeiras letras e de rudimentos da língua portuguesa (QUERIDO, 2011, p. 63).

¹⁰Expressão utilizada pelos historiadores para especificar o tratamento dado ao escravo. Interessava à metrópole ladinizar o escravo (ensiná-lo a falar e a escrever o Português), cuja tarefa era dos missionários portugueses, o que aumentava o valor destes escravos perante o valor do “boçal” - escravo analfabeto e que falava somente a sua língua (CARREIRA, 1983, p. 277 *apud* MONTEIRO, 2013, p. 20).

Porém, Querido (2011, p. 87) afirma que a disseminação da instrução nas ilhas hoje possui um caráter muito diferente de quando o ensino foi levado pelas primeiras instituições voltadas, em um primeiro momento, para a formação eclesiástica, de forma a atender à política assimilacionista portuguesa, tendo por objetivo promover a alienação e submissão dos “indígenas”. Por outro lado, a difusão da educação deu ensejo a uma “elite letrada” em Cabo Verde, totalmente alienada, não tendo contato com os problemas do arquipélago. Percebe-se então que o ensino era um poderoso instrumento utilizado pelo poder colonial a fim de atender seus objetivos.

José Conrado Carlos de Chelmichi afirma que “a primeira vez que o Governo da metrópole se lembrou desta província foi em 1740, mandando um mestre de Gramática outorgando-lhe, pelo Alvará de 12 de Janeiro do mesmo ano, cinquenta mil réis de ordenado anual” (1841, p. 194 *apud* FERREIRA, 1973, p. 246). No entanto, Hernandez (2002, p. 100) observa que a primeira escola primária oficial foi criada em Praia no ano de 1817, sendo que, após permanecer fechada por um tempo, foi reaberta em 1840. Já o ensino secundário foi instalado primeiramente na ilha de Brava, em 1848, sendo transferido em 1858 para a ilha de Santiago.

Além disso, em 1794 houve uma ordem para que, à custa da Fazenda Nacional, fossem transportados “rapazes para Lisboa, aonde se deviam instruir nas ciências, artes e ofícios” (CHELMICHI, 1841, p. 194 *apud* FERREIRA, 1973, p. 247). Mas, conforme ainda realça Chelmichi, esse plano não se efetivou, já que os rapazes ao desembarcarem em Lisboa ficaram abandonados, perambulando pelas ruas ou trabalhando como criados ou marinheiros.

No ano de 1834 foi criada, na ilha de Brava, a Escola Principal de Cabo Verde e cabe ressaltar que o período correspondente ao século XIX se caracterizou como o mais fecundo quanto à propagação do ensino em Cabo Verde.

Com base em entrevista de Gabriel Mariano (1928-2002) concedida ao *Diário Popular*, de 23 de maio de 1963, além de dados coletados no Boletim Oficial, Ferreira lembra que a partir de 1860 começou-se a estudar, em algumas escolas de Cabo Verde, o latim, o francês, o inglês, bem como Filosofia Racional e noções de Náutica. Além disso, Gabriel Mariano (1963 *apud* FERREIRA, 1973, p. 249) afirma que, após a reorganização do antigo Seminário-Liceu em 1892, dois cursos foram abrangidos: o preparatório e o eclesiástico, sendo que a fase complementar do curso preparatório possuía 16 cadeiras, divididas em seis

anos - Português, Francês, Inglês, Latim; Retórica; Literatura Clássica, Filosofia Racional, Direito; Economia Política; Música Local, Instrumental, etc.

Em 1869 foi fundado o Seminário de São Nicolau, “como parte de uma política mais ampla da Metrópole, formalizada em 30 de novembro de 1869, com a Reforma do Ensino de Ultramar” e em 1912 foi criado o Liceu D. Henrique em São Vicente, o qual foi fechado no ano de 1936 e reaberto em 1937 (HERNANDEZ, 2002, p. 100). Ainda se deve acrescentar que, de acordo com Querido (2011, p. 87), houve a criação do Liceu de S. Vicente no ano de 1917 e da Escola Técnica, também em S. Vicente, no ano de 1955.

Convém frisar que no período compreendido entre os anos de 1853 a 1892 foram criadas treze associações recreativas e culturais na cidade da Praia, localizada na ilha de Santiago, como, por exemplo, a Sociedade Gabinete de Literatura (1860) e a Associação Literária Grémio Cabo-Verdiano (1880), entre outros. A criação dessas associações culturais demonstra o despertar do interesse pelo conhecimento, sendo que se pode concluir pela “existência de um gosto não só pela instrução como pela cultura e até pela literatura que nessa época deve ter despertado em Cabo Verde e atingido um certo grau” (FERREIRA, 1973, p. 249).

A instalação de instituições de ensino, propiciando o desenvolvimento da educação formal em Cabo Verde, deu ensejo a importantes desdobramentos para a população das ilhas. Primeiramente, a educação formal ocasionou o deslocamento da população do campo para a cidade, fazendo com que fosse possível haver uma mobilidade vertical dos setores da sociedade. A possibilidade de ascensão econômica e de obter um melhor nível de vida fez da educação formal um verdadeiro projeto de vida. No entanto, o número de instituições de ensino era reduzido e estas reafirmavam a diferença abissal entre ricos e pobres:

(...) Nas concentrações urbanas como a Praia e o Mindelo tem-se a impressão de que se esboçou um “choque” (de resto sem consequências sociais de maior) entre os alunos oriundos das classes abastadas ou mais favorecidas, e os dos estratos sociais seguintes, designadamente filhos de pescadores, estivadores, lavadeiras, cozinheiras, empregadas domésticas, etc., que passaram a frequentar o ensino secundário que, até certa altura, lhes estava praticamente quase vedado. Parece que os primeiros (os filhos-família, mas sobretudo as mães destes) não vêem com bons olhos a busca da elevação do nível intelectual daqueles que eles reputam seus inferiores na escala social. O facto deriva, em nossa opinião, dos resquícios ainda subjacentes daquele tipo de discriminação social que perdura nas classes privilegiadas, e transmitida aos jovens através de uma educação arcaica, deformada, que deveria ter desaparecido, desaparecido já. Parece-nos que esta situação se exteriorizou mais (ou se exacerbou mesmo) com a explosão escolar após a instituição do ciclo preparatório em quase todas as ilhas e da

expansão do curso secundário geral, na Praia e no Mindelo. Grande parte das camadas sociais dos estratos mais elevados ainda não se consciencializou para compreender o fenómeno mundial da franca e salutar democratização do ensino, bem como a conseqüente extinção de privilégios de classe (CARREIRA, 1983, p. 60 *apud* HERNANDEZ, 2002, p. 101).

Em segundo lugar destaca-se o interesse dos mais jovens por uma formação universitária. Hernandez (2002, p. 101) ressalta que como o diploma universitário é algo que possibilita prestígio, grande parte dos jovens visam obtê-lo, o que provoca uma falta de formação própria para os cargos de nível intermediário e também uma oferta de trabalho inferior à demanda de jovens recém-saídos da universidade.

Outra questão que se coloca como desdobramento da educação formal é a que diz respeito ao surgimento de uma elite intelectual questionadora da situação do povo cabo-verdiano. Conforme observa Hernandez (2002, p. 101-102), o despertar de um pensamento crítico tem como causa também a emigração dos estudantes de Cabo Verde para Portugal, com o objetivo de terem acesso a uma educação formal ou a uma formação profissional. Isso faz com que esses jovens estudantes tenham uma percepção mais clara a respeito da necessidade de resistência frente ao colonialismo:

E é no acesso aos recursos intelectuais e na troca de experiências que esses estudantes percebem, com maior clareza, que naquele momento as particularidades histórico-culturais ficam muito aquém dos liames que os unem em torno do objetivo comum da luta pela independência de seus países. Aos poucos, a resistência se concebe e, de forma lenta, mas continuada, são gestadas as idéias anticoloniais (HERNANDEZ, 2002, p. 102).

Por último, é importante também ressaltar o vínculo estreito existente entre os jovens estudantes e a criação e desenvolvimento da imprensa em Cabo Verde. Margarido (1983, p. XXXVIII *apud* HERNANDEZ, 2002, p. 48) lembra que com os jornais publicados em Praia, entre os anos de 1877 e 1889, inicia-se uma tímida, porém crescente manifestação de reivindicações políticas, uma vez que já veiculavam ideias abolicionistas, sendo verdadeiros instrumentos da insatisfação popular, como, por exemplo, os periódicos *O Independente* (1878), *O Correio de Cabo Verde* (1879), *Echo de Cabo Verde* (1880), entre outros.

No entanto, cumpre assinalar que o percurso da imprensa e da atividade literária em Cabo Verde foi caracterizado por muitos percalços, incluindo desde a falta de recursos materiais até a dura repressão da Metrópole à atividade literária autóctone.

2.2. Origem e desenvolvimento da imprensa em Cabo Verde

A imprensa em Cabo Verde se configurou de modo paulatino e um pouco tardio. Apesar de todas as dificuldades para obtenção da tipografia e consequentemente da instalação da imprensa, fator comum às nações africanas que foram colônia de Portugal, em Cabo Verde a tipografia surgiu em 1842, enviada de Portugal para Cabo Verde, coincidindo com a publicação do primeiro número do *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde*.

Adílson Emanuel Vieira Varela Monteiro¹¹ frisa que, de acordo com Manuel Brito-Semedo (2006, p. 109-110 *apud* MONTEIRO, 2013, p. 23), a princípio este boletim estaria disponível à “Província de Cabo Verde e do Distrito da Guiné, até 1879, ficando, a partir dessa data, em virtude da desanexação daquela região do governo de Cabo Verde, exclusivamente ao serviço do Arquipélago, com o nome de *Boletim oficial do Governo da Província de Cabo Verde*”.

Mais tarde, passou a ter o título de *Boletim Oficial de Cabo Verde*. Importante lembrar que este boletim tinha por objeto as publicações oficiais do Governo, mas como não havia um periódico não oficial no arquipélago, “os primeiros poetas e prosadores cabo-verdianos começaram a exprimir-se através do Boletim Oficial – secção Interior, ‘Parte não Oficial’, incluía notícias diversas, anúncios particulares, crónicas, poesias e ficção, esta, em forma de folhetim” (BRITO-SEMEDO, 2006, p. 109-110 *apud* MONTEIRO, 2013, p. 23-24).

Cláudia Bernardete Veiga de Almeida¹² lembra que segundo Hélder Garmes (1999, p. 282 *apud* ALMEIDA, 2009, p. 21), o *Boletim Oficial de Cabo Verde*, em comparação aos boletins oficiais publicados nas demais colônias portuguesas, “foi talvez o que cumpriu um papel literário mais significativo, quer pela quantidade de matérias literárias publicadas, quer por ter sido o único veículo de escrita daquela comunidade até o final da década de 1870”. Ainda de acordo com Garmes (1999, p. 282 *apud* ALMEIDA, 2009, p. 21), o Boletim Oficial de Cabo Verde a partir de 1847 possuía uma seção literária que não devia nada a qualquer periódico produzido na metrópole.

¹¹ **A Claridade e a assunção da realidade cabo-verdiana: Os Flagelados do Vento Leste, do claridoso Manuel Lopes, entre a ficção e a realidade do arquipélago**, tese defendida em 2013 pela Universidade Autónoma de Lisboa. Disponível em: <http://repositorio.ual.pt/handle/11144/338>. Acesso em: 10 out. 2016.

¹² **O escravo: entre a identidade cabo-verdiana e a literatura européia**, tese defendida em 2009 pela Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-17082009-145351/pt-br.php>. Acesso em 10 out. 2016.

Importante observar que, de acordo com Monteiro (2013, p. 24), no ano de 1836, Portugal tomou a decisão de permitir como também tornar obrigatória a publicação de boletins oficiais nas colônias africanas. Essa ordem foi dada pelo político português Sá da Bandeira que determinou a criação de publicações que pudessem transmitir informações legais, comerciais e gerais à população residente nas colônias portuguesas. Assim como ocorreu em Cabo Verde, foram criados: o *Boletim do Governo Geral da Província de Angola*, em 1825; o *Boletim Oficial do Governo da Província de Moçambique* em 1856; o *Boletim Oficial do Governo da Província de São Tomé e Príncipe* em 1857; o *Boletim Oficial do Governo da Província da Guiné Portuguesa* em 1880.

Com a implantação da tipografia no arquipélago, bem como a formação tanto de um público leitor possuidor de um certo grau de instrução, como de uma elite letrada e culta, haviam as condições básicas ao surgimento da imprensa não oficial em Cabo Verde (BRITO-SEMEDO, 2006, p. 109-110 *apud* MONTEIRO, 2013, p. 24).

Conforme já mencionado (MARGARIDO, 1983, p. XXXVIII *apud* HERNANDEZ, 2002, p. 48), no período compreendido entre 1877 e 1889 algumas reivindicações políticas começaram a se manifestar. Além dos jornais já citados anteriormente - *Independente* (1878); *O Correio de Cabo Verde* (1879); *Echo de Cabo Verde* (1880) – o autor também acrescenta *A Imprensa: órgão do commercio, industria e agricultura das colonias portuguesas* (1880-1881); *A Justiça* (1881); *O Protesto* (1883); *O Povo Praiense* (1886); *O Praiense* (1889) e *A Praia* (1889), tendo sido todos os nove periódicos fundados em Praia. Houve ainda, segundo Brito-Semedo (2006, p. 164 *apud* MONTEIRO, 2013, p. 25) o jornal *Cidade da Praia*, cuja publicação, conforme o autor, possivelmente date do ano de 1880.

Interessante observar que o jornal *A Imprensa: órgão do commercio, industria e agricultura das colonias portuguesas* foi um semanário que continha notícias de Cabo Verde e de Portugal, além de um seção literária com contos, crônicas, poemas e artigos. Neste semanário foi publicado o poema antiescravagista *Vozes d'África*, de Castro Alves. Segundo Garmes, esta foi possivelmente a primeira reprodução do texto de um escritor brasileiro em Cabo Verde:

(...) Constata-se, pois, o quão *A Imprensa* interessa para a literatura em Cabo Verde, pois diversos dos textos ficcionais ali publicados já ambientavam suas tramas no próprio arquipélago. Temos aí certamente o primeiro grupo de escritores que, sem grande alarde, trataram de incluir a realidade caboverdiana em suas obras. A presença de Castro Alves também é significativa já que traz as referências nacionalista e antiescravagista (GARMES, 1999, p. 291 *apud* COIMBRA, 2001, p. 24).

Além destes periódicos surgidos em Praia, houve também os seguintes jornais fundados nas demais ilhas cabo-verdianas: *O Almanach Luso-Africano* (1895-1899), em São Nicolau; *Revista de Cabo Verde* (1899), em São Vicente; *A Alvorada* (1900-1914); *A Esperança*, *Suplemento Literário do Almanach Luso-Africano* (1901), em São Nicolau; *A Liberdade* (1902-1903); *Salve* (1902); *A Opinião* (1902-1903) e *O Espectro* (1904-1909), em São Vicente; e *Cabo Verde* (1907) (BRITO-SEMEDO, 2006, p. 164 *apud* MONTEIRO, 2013, p. 25). Contudo, estes títulos “podem ser considerados significativos, se se tiver em conta que esta fase é a da instalação e do nascimento do prelo, com muitas e longas interrupções e várias restrições à imprensa periódica pela Censura” (BRITO-SEMEDO, 2006, p. 164 *apud* MONTEIRO, 2013, p. 25).

Vale lembrar que no *Almanach Luso-Africano*, impresso em Paris e editado em São Nicolau pelo padre Antônio Manuel da Costa Teixeira, foram publicados textos literários e informativos sobre história, artes, ciências, religião, curiosidades, etc. É neste *Almanach* onde, pela primeira vez, são publicadas letras de músicas e narrativas na língua cabo-verdiana, com a respectiva versão em português. Neste periódico, que circulou tanto em Portugal e em suas colônias como também no Brasil, destacaram-se escritores como José Lopes da Silva (1872-1962), Eugénio de Paula Tavares, Antônio Januário Leite (1865-1930) e Gestrudes Ferreira Lima (?-1915) (ALMEIDA, 2009, p. 25).

A *Revista de Cabo Verde*, de periodicidade mensal e impressa em Portugal, surgiu em 1899, tendo como sede a ilha de São Vicente. Nela eram abordados assuntos variados e comentários sobre política, além de narrativas folhetinescas como “Amores d’uma creola”, da autoria de Antônio de Arteaga, de cunho romântico, bem como algumas poesias que ali também foram publicadas. Segundo Almeida (2009, p. 28), esta publicação destacou alguns nomes de escritores até então pouco conhecidos do público, como Guilherme Dantas (1848-1888) – escritor que compunha poemas tristes e melancólicos, mas que também produziu alguns poemas satíricos, reproduzidos postumamente na *Revista de Cabo Verde* - e Luís Medina de Vasconcelos (1855-1891), escritor que deixou várias produções inéditas.

Já entre os anos de 1910 e 1926, período correspondente à implantação da República e que se estende até a Ditadura militar em Portugal, surgiram dezessete periódicos (BRITO-SEMEDO, 2006, p. 109-110 *apud* MONTEIRO, 2013, p. 25). Segundo o autor, os periódicos que “deram eco às ideias republicanas e ampliaram as aspirações do povo das ilhas” foram: *O Recreio* (1911) e *A Fénix Renascida* (1911-1913), ambos publicados em São Nicolau; *A Voz de Cabo Verde* (1911-1919), *O Independente* (1912-1913) e *O Progresso* (1912-1913), em

Praia; *O Mindelense* (1913), em São Vicente; *A Tribuna* (1913-1914), na ilha de Brava; *O futuro de Cabo Verde* (1913-1916), em Praia; *A Defesa* (1913-1915), na ilha do Fogo; *O Popular* (1914-1915), em São Vicente; *O Caboverdiano* (1918-1919), em Praia; *Cabo Verde* (1920-1921), em São Vicente; *A Seiva* (1921), *A Acção* (1921-1922) e *A Verdade* (1922), em Praia; *O Manduco* (1923-1924), na ilha do Fogo; *Vasco da Gama* (1924), em Praia.

O período que compreende os anos de 1926 a 1933 foi marcado em Portugal tanto pela instauração da Ditadura Militar (1926-1933) como pelo surgimento do Estado Novo (1933-1974), provocando, consequentemente, uma grande limitação à liberdade de expressão, através da “Lei de João Belo”. Esta lei, segundo Monteiro (2013, p. 25), restringia “o acesso aos cargos de diretor de qualquer periódico nas colónias portuguesas”, afetando a permanência da imprensa nestas colônias. Dessa forma, além de haver o desaparecimento de todos os demais periódicos que haviam surgido até aquela época, somente três periódicos surgiram - *Hespérides* (1927), em Praia; *Notícias de Cabo Verde* (1931-1962) e *Alma Arsinária* (1932), em São Vicente.

Mesmo com a repressão exercida pelo regime ditatorial, surgiram seis periódicos na clandestinidade: *Alma* (1933), em São Vicente; *O Eco de Cabo Verde* (1933-1935), em Praia; *Defesa* (1933-1934), em São Nicolau; *Ressurgimento* (1933-1935), em Santo Antão; *Mocidade Caboverdeana* (1935), em Praia; e *Boletim dos Falcões de Cabo Verde* (1936).

Até o início do século XX, estes foram os periódicos que abordaram a vida literária em um país com vários problemas que abrangiam desde carências de recursos materiais para a produção e difusão da atividade da imprensa e da literatura até o reduzido número de leitores e a vigilância constante de um regime ditatorial. Entretanto, mesmo diante de uma atividade jornalística e literária incipiente, não se pode negar que todas essas publicações suscitarão o surgimento das produções dos primeiros escritores cabo-verdianos. Logo, o elo formado entre ensino-imprensa-literatura é indissociável e extremamente importante para que se possa compreender as especificidades da formação e desenvolvimento de uma literatura escrita em Cabo Verde.

Jurema José de Oliveira em seu texto “As Literaturas Africanas e o Jornalismo no Período Colonial”¹³ enfatiza que as publicações do período colonial foram instrumentos de difusão das obras dos primeiros escritores do arquipélago, configurando “um espaço profícuo de divulgação ficcional, poética, da cultura em geral e de resistência aos mandos e desmandos de um sistema colonialista que ignora o saber, as manifestações culturais, as formas de expressão dos povos subjugados” (OLIVEIRA, s.d., p. 8).

3. Literatura pré-claridosa

Convém lembrar que, após cinco séculos sob dominação colonial, Cabo Verde carregava a marca da dominação também em sua literatura e, por consequência, a literatura produzida no arquipélago ainda seguia os ditames europeus, mais precisamente os ditames portugueses, não possuindo, portanto, uma literatura autêntica, capaz de reproduzir as especificidades de seu povo. Em 1936, ano de publicação do primeiro número da revista *Claridade*, os escritores de Cabo Verde, na escassez de uma literatura genuinamente cabo-verdiana, ainda tinham o modelo lusitano como padrão a ser seguido. Dessa forma, segundo Ferreira, a literatura produzida nas ilhas não possuía uma característica própria, que a diferenciase das demais literaturas:

Em 1936 sendo evidente, como dissemos, a escassez de uma larga tradição autóctone de expressão portuguesa, os poetas nasciam em Cabo Verde e escreviam em Cabo Verde como se tivessem nascido ou escrito noutra parte qualquer. Toda a mundividência caracteristicamente regional se lhes escapava. E como poderia ter acontecido de outra maneira? O tipo de economia e as estruturas sociais do regime escravocrata só há dezenas de anos tinham possibilitado o acesso geral, digamos, à Cultura e dentro deste novo status social os primeiros escritores naturalmente foram levados a copiar os padrões do âmbito em que se moviam (FERREIRA, 1973, p. 238-239).

Importante salientar que, em nosso entendimento, apesar de Ferreira utilizar o termo “autóctone” ao se referir à atividade literária pré-claridosa desenvolvida no arquipélago, conforme se verifica no trecho acima, na verdade a literatura produzida em Cabo Verde não tratava sobre o nativo do arquipélago, mas ainda se voltava para os modelos lusitanos de literatura.

¹³Disponível em: <http://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/294-as-literaturas-africanas-e-o-jornalismo-no-per%C3%ADodo-colonial>. Acesso em: 12 jan. 2017.

A geração dos escritores nativistas, de 1856 a 1932, representada por Eugénio Tavares, Pedro Monteiro Cardoso e José Lopes, entre outros, teve como objetivo defender o nativo cabo-verdiano, a raiz africana do povo das ilhas e a sua terra natal, mas, ao mesmo tempo, desejava que Cabo Verde fosse reconhecido como região portuguesa, visando que os nativos do arquipélago adquirissem cidadania portuguesa. A defesa tanto da identidade cabo-verdiana como a reivindicação da cidadania portuguesa foram os objetivos centrais da geração de Eugénio Tavares, como frisa João Paulo Madeira¹⁴:

O *Nativismo* e a geração da elite cabo-verdiana que o representa defende os direitos dos *filhos da terra*, alegando a autonomia do arquipélago. Apelando à união dos ditos filhos da terra, o objectivo principal consiste na luta pela igualdade em relação aos da metrópole, de modo a serem reconhecidos e considerados como portugueses plenos, sem contudo abrirem mão da Matria (África) (MADEIRA, 2014, p. 155).

Benjamin Abdala Junior (1993, p. 124), em seu artigo “Utopia e dualidade no contato de culturas – o nascimento da literatura cabo-verdiana”¹⁵ afirma que pode se considerar haver uma divisão na literatura cabo-verdiana em dois períodos consistentes num período anterior e outro posterior à revista *Claridade*. De fato, já no século XIX houve as primeiras manifestações literárias. No entanto, ainda não se tratava de uma literatura propriamente cabo-verdiana.

A literatura produzida antes da *Claridade* caracterizou-se por não se voltar para a realidade do arquipélago, sendo assim sempre guiada pelos valores metropolitanos. O político e escritor Amílcar Cabral, fundador do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), em seu texto “Apontamentos sobre a poesia cabo-verdiana”¹⁶ afirma que por conta do que aprenderam nos livros, esses poetas acabavam imitando os autores que conheciam, produzindo uma poesia cuja temática ficava circunscrita apenas a sentimentalismos, exaltação patriótica e saudosismo exarcebado (1976, p. 114).

¹⁴Disponível em: www.unicv.edu.cv/images/stories/EdicoesUniCV/RevistaCT/revista_desafios2.pdf. Acesso em: 10 out. 2017.

¹⁵Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26005>. Acesso em: 29 ago. 2016.

¹⁶Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/download/1769/1580>. Acesso em: 06 fev. 2017.

De acordo com Coimbra, no campo da poesia, desde o fim do século XIX até o início do século XX, Cabo Verde permanecia muito ligado a Portugal, com produções que, consequentemente, não tinham nenhuma proximidade com a realidade local das ilhas:

Entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a poesia cabo-verdiana em língua portuguesa ainda se encontrava atrelada à metrópole – Portugal – e muitos poetas como José Lopes (1872-1962), Pedro Cardoso (1890-1942) e Januário Leite (1865-1930) cultivavam um classicismo que pouco ou nada tinha a ver com a realidade social e geográfica do arquipélago (COIMBRA, 2012, p. 118).

Ferreira (1973, p. 239) afirma que a poesia de José Lopes era fortemente influenciada pela cultura obtida nos bancos dos liceus, através dos quais obteve vastos conhecimentos, escrevendo em verso e em prosa em idiomas como francês, inglês e latim. O mesmo autor, em seu prefácio à revista *Claridade*, descreve José Lopes como um “homem acomodado: um homem de bem, respeitador do *establishment*. E, à medida que os anos iam avançando, mais sinceramente se assumia cidadão português, conciliando essa atitude com a sua condição de cidadão caboverdiano” (CLARIDADE, 1986, p. XXXIV).

Segundo Ferreira (1973, p. 233), contrariamente à temática da poesia de José Lopes que, com forte ligação à cultura clássica, caracterizava-se por ser histórica e patriótica, o recolhimento e a introspecção marcavam a poética de Januário Leite. Pedro Cardoso (1890-1942), por sua vez, de acordo com Ferreira (1973, p. 236-237), foi pioneiro na pesquisa do folclore cabo-verdiano, sendo que “por livros vários, plaquetes e jornais, um dos quais dirigiu, *Manduco*, deixaria a marca de um generoso esforço para a dignificação do dialecto crioulo”.

Apesar de escrever na língua cabo-verdiana, Pedro Cardoso, em 1934, segundo Ferreira em seu prefácio à revista *Claridade*, publicou *Sonetos e Redondilhas*, onde a temática era a bandeira portuguesa e a pátria lusitana, sendo que “nesse tempo, para Pedro Cardoso não era de modo nenhum a terra caboverdiana suficientemente qualitativa para se tornar assunção dos anseios criadores dos jovens caboverdianos. Os temas maiores estavam no centro da pátria, e essa Pátria era Portugal” (CLARIDADE, 1986, p. XXXIX).

A estes poetas que pertenciam ao cenário literário cabo-verdiano pré-claridoso deve ser acrescido o nome de Eugénio Tavares. Autor do livro *Mornas: cantigas crioulas*, publicado postumamente no ano de 1932, compunha versos na língua cabo-verdiana e por isso, segundo Ferreira (1973, p. 244), foi “um escritor de raiz dialectal”. Escritor autodidata, sua poética priorizou a manifestação e valorização da língua cabo-verdiana, a fim de buscar a

alma crioula em sua mais perfeita essência. Além de suas mornas, musicadas por ele e famosas até os dias atuais, Eugénio Tavares também foi um grande prosador:

Profundamente dado à vida, não raro em tensão e contestação, os apelos sociais e políticos da época caboverdiana que lhe coube viver são marcas intensas da sua poesia sem que, no entanto, o realismo social ou o realismo crítico caboverdiano lhe tenham despertado o seu estro. Os apelos que referimos são de carácter ideológico, inscrevem-se na poesia e na prosa política, no quadro do inconformismo e de certo modo do reformismo (CLARIDADE, 1986, p. XXXV).

Ferreira observa que a ambiguidade ora referente a sentir-se cidadão português, ora a sentir-se cidadão cabo-verdiano marcou a produção desses autores, principalmente o fazer literário de Pedro Cardoso e de Eugénio Tavares:

Parece certo que tanto Pedro Cardoso como Eugénio Tavares, na sua juventude, se sentiram atraídos pelos ideais da esperança libertadora. Mas deve ter sido um período curto, embora pela vida fora neles se manifestasse uma independência de espírito cujas raízes viriam dos tempos arrebatados da sua juventude. Mais tarde suportaram a incómoda ambiguidade: reivindicando e sentido a sua genuína condição de caboverdianos portadores de uma cultura específica e, ao mesmo tempo, aceitando a oficial paternidade portuguesa (CLARIDADE, 1986, p. XXXIV).

Todavia, Ferreira frisa que ambos os escritores destacavam-se pela natureza educacional, linguística e sociológica de suas manifestações públicas, sendo que era perceptível “o gosto, o dom, mas também uma necessidade de presença pública no âmbito da realidade do seu país, coisa que a poesia, em sua formação, não lhes permitia” (CLARIDADE, 1986, p. XXXV).

Ao lado de todos esses escritores, Pedro Corsino Azevedo (1905-1942) foi igualmente figura de destaque. Mesmo sem um livro publicado, foi um poeta que tinha um lado saudosista quando se referia à infância, mas que também buscou nas tradições populares cabo-verdianas a temática de sua poesia. A apropriação do folclore do arquipélago, bem como a modernidade estética inaugurada em seus poemas fez de Pedro Corsino um pioneiro na poesia de Cabo Verde (FERREIRA, 1973, p. 241).

Na opinião de Cabral, o afastamento do meio social, cultural e econômico era a principal característica dessa geração anterior ao movimento Claridade:

A Poesia Cabo-Verdiana, como qualquer outra, só poderá ser compreendida se considerada em relação ao ambiente material e humano vivido pelo Poeta. Assim, seria conveniente determinar quais as características do meio cabo-verdiano que estiveram na base das manifestações das duas poesias atrás referidas: a anterior à “Claridade” e a que começa com esta revista.

A primeira, representada por Eugénio Tavares, José Lopes, Pedro Cardoso, Januário Leite, etc., caracteriza-se por um desprendimento quase total do ambiente, sublimando-se numa expressão poética que, excepção feita a algumas obras de E. Tavares e P. Cardoso, nada tem de comum com a terra e o povo do Arquipélago. Enquanto a poesia de J. Leite, por exemplo, oferece, nos seus sonetos, a expressão da reacção puramente sentimental, do Poeta, perante fenómenos que só a ele interessam, a de José Lopes traduz, mais do que qualquer outra, o cunho de cultura clássica, desligado do meio, que caracteriza a formação ideológica dos Poetas anteriores à “Claridade” (CABRAL, 1976, p. 113-114).

Este afastamento completo do contexto cabo-verdiano pode ser observado no poema intitulado “Sem título”, de José Lopes, cuja temática romântica é fortemente acentuada:

... Pois não me esqueço, não!
 Levou o tempo a paz daquela vida
 Toda de flores e ilusões vestida?
 Passou a nossa infância?
 Sinto imensas saudades desses dias,
 As doces horas de infantis amores.
 Choro da nossa infância as belas flores
 De esplêndida fragrância.
 Se queres, vem! e amortalmemos juntos
 O cadáver de tantas ilusões...
 Felizes os que podem neste mundo
 Embalsamar na dor os corações.
 (*Hesperitanas*, 1933)

Cabral lembra que devido à formação desses poetas ter sido no Seminário de São Nicolau, onde a cultura clássica era imperante, a realidade do povo cabo-verdiano foi negligenciada:

Aliás, é precisamente nessa formação, adquirida principalmente no Seminário de S. Nicolau, como o faz notar Osório de Oliveira, ou por um louvável esforço pessoal, que reside a razão de ser das características da Poesia anterior à “Claridade”. Possuidores de uma cultura clássica, que em alguns atinge um grau verdadeiramente elevado, os Poetas da geração em referência esquecem a terra e o povo (...) O povo, em geral, vive alheio à cultura e às manifestações artísticas. O Seminário, em S. Nicolau, por poucos pode ser frequentado. Ministra-se nele uma cultura clássica, à qual se ligam fortemente os que tiveram a felicidade de recebê-la. Tão forte é o elo, que os seminaristas (ou os autoditactas) de talento, encontrando abertas as portas duma vida onde podem desfrutar de posições de relevo, ignoram ou esquecem as realidades que os cercam. Opera-se neles a supremacia de tudo

quanto é meramente filosófico, religioso ou moral, sobre o económico (CABRAL, 1976, p. 114-115).

Desse modo nota-se que, antes de 1936, data de surgimento da revista *Claridade*, com exceção de Pedro Corsino Azevedo, Pedro Cardoso e Eugénio Tavares, nenhum outro escritor cabo-verdiano havia inserido a temática da realidade do arquipélago em suas obras.

Porém, houve uma exceção que deve ser citada aqui: a publicação em 1935, um ano antes do surgimento da revista *Claridade*, de *Arquipélago*, de Jorge Barbosa. Segundo Ferreira, seu carácter renovador é evidente pois “esta poesia de motivação social que, sendo a voz de um ente individual, exprime o sentimento colectivo de um povo, é um acontecimento de implicação revolucionária no Arquipélago” (FERREIRA, 1973, p. 281). Para Cabral em *Arquipélago* “a voz do Poeta, agora, é a voz da própria terra, do próprio povo, da própria realidade cabo-verdiana”, sendo que para ele “Arquipélago” representa o modo de pensar, de sentir e de agir dos novos poetas da *Claridade*, sendo “homens-comuns que caminham de mãos dadas com o povo, e de pés fincados na terra” (CABRAL, 1976, p. 115).

De modo diverso da poesia pré-claridosa, claramente alheia ao contexto do arquipélago, como se pôde observar no poema “Sem Título”, de José Lopes, anteriormente citado, a poesia claridosa tem por temática a realidade das ilhas. A presença convidativa do mar que rodeia o homem cabo-verdiano em meio a uma realidade de fome e de miséria se encontra presente em “Poema do Mar”, de Jorge Barbosa:

O drama do Mar,
o desassossego do Mar,
sempre
sempre
dentro de nós!

O Mar!
cercando
prendendo as nossas Ilhas,
desgastando as rochas das nossas Ilhas!
Deixando o esmalte do seu salitre nas faces dos pescadores,
roncando nas areias das nossas praias,
batendo a sua voz de encontro aos montes,
baloçando os barquinhos de pau que vão por estas costas...

O Mar!

pondo rezas nos lábios,
deixando nos olhos dos que ficaram
a nostalgia resignada de países distantes
que chegam até nós nas estampas das ilustrações
nas fitas de cinema
e nesse ar de outros climas que trazem os passageiros
quando desembarcam para ver a pobreza da terra!

O Mar!

a esperança na carta de longe
que talvez não chegue mais!...

O Mar!

saudades dos velhos marinheiros contando histórias de tempos
[passados,
histórias da baleia que uma vez virou a canoa...
de bebedeiras, de rixas, de mulheres,
nos portos estrangeiros...

O Mar!

dentro de nós todos,
no canto da Morna,
no corpo das raparigas morenas,
nas coxas ágeis das pretas,
no desejo da viagem que fica em sonhos de muita gente!
Este convite de toda a hora
que o Mar nos faz para a evasão!
Este desespero de querer partir
e ter que ficar!

(*Arquipélago*, 1941)

Brito-Semedo em seu artigo intitulado “O modelo brasileiro e a literatura moderna cabo-verdiana. Estudo comparado”¹⁷ destaca o papel que *Arquipélago* teve como instrumento antecipatório dos ideais da revista *Claridade*:

Figura precursora das mais prestigiadas da moderna poesia cabo-verdiana, Jorge Barbosa (1902-1971) é, historicamente, o anunciador da grande “viragem para os problemas da terra”, com a publicação em 1935 do livro de poemas *Arquipélago*, ideário assumido pelo movimento literário aparecido em 1936. Enquanto o primeiro numero da *Claridade*, já pronto há muito no original, era preparado para impressão na Tipografia do Mindelo – donde só viria a sair em março de 1936 – as Edições *Claridade* lançaram a público o livro de estreia de Jorge Barbosa. É assim que se explica que *Arquipélago* tenha funcionado como prelúdio do aparecimento daquela revista literária e Jorge Barbosa o precursor do movimento. Jorge Barbosa, para além de sempre ter vivido em Cabo Verde, residiu durante vários anos na ilha do Sal, como quadro dos serviços aduaneiros. Esta circunstância fê-lo comparar-se aos Encarcerados, o que se reflecte na sua poesia, com o desespero de “querer partir e ter de ficar”. É assim que Barbosa “foge” para o Brasil nas suas fantasias poetizadas (BRITO-SEMEDO, 2001, p. 260).

Conforme Ferreira afirma, citado por Brito-Semedo neste mesmo artigo referido acima, no período anterior ao surgimento da revista *Claridade*, a literatura cabo-verdiana era quase totalmente subsidiária à literatura de Portugal. A realidade social do arquipélago bem como o modo específico de vivência de seu povo não se faziam presentes na temática destes escritores, que consideravam o arquipélago como “parte integrante de Portugal; (...) sentindo que a sua pátria (ou a mátria) residia nas ilhas “hesperitanas” ou “arsinárias”, admitiam embora como pátria o Portugal europeu, o que significa a condição de ser bipátrido, literária e lingüisticamente vinculados aos padrões lisboetas” (FERREIRA, 1989, p. 151 *apud* BRITO-SEMEDO, 2001, p. 256).

¹⁷Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/africa/article/view/74846>. Acesso em: 21 nov. 2017.

Ferreira em seu prefácio à revista *Claridade* traça alguns elementos contextuais que segundo ele contribuíram para o surgimento da literatura claridosa. O autor denomina como elementos “exógenos” os seguintes: a presença de alguns escritores portugueses em Cabo Verde, entre o final dos anos 20 e início dos anos 30; o modernismo introspectivo da revista portuguesa *Presença*; a literatura brasileira de cunho regionalista, principalmente a pertencente à segunda fase do Modernismo. Já os elementos denominados pelo autor como “endógenos” são: a tradição literária e cultural cabo-verdianas, com expressão específica em três autores já citados anteriormente – José Lopes, Pedro Cardoso e Eugénio Tavares; a publicação em 1929, na cidade da Praia, do livro de poemas *Diário*, de Antônio Pedro (1909-1961); o discurso ainda oculto desenvolvido entre os futuros fundadores da *Claridade* (CLARIDADE, 1986, p. XX).

Dentre os elementos intitulados pelo autor como “exógenos”, deve-se destacar a atividade literária de três escritores portugueses que residiram nas ilhas, quais sejam, Augusto Casimiro (1889-1967), Antônio Pedro e José Osório de Oliveira (1900-1964).

Augusto Casimiro desempenhou funções na política e foi poeta, romancista, crítico literário e ex-diretor da revista *Seara Nova*, sendo deportado para o arquipélago em função de suas ideias antifascistas. Nas ilhas, publicou um poema no periódico *O Eco de Cabo Verde* e um pequeno livro contendo três poemas de crônicas, poemas e comentários sobre as ilhas. Por sua vez, Antônio Pedro chegou às ilhas em 1928, com dezoito anos. No ano seguinte publicou o livro de poemas *Diário*, em Santiago, na cidade da Praia, cuja capa trazia um desenho modernista de “uma crioula gravada a ouro expressivamente corporizada numa cor esverdeada” (FERREIRA, 1973, p. LXXXV) feito por Jaime de Figueiredo. A respeito de *Diário* Ferreira afirma que:

Pensamos que o *Diário* de António Pedro, dado num aspecto gráfico original, sobretudo para Cabo Verde, e a feição artística dos seus poemas, construídos na base de um conteúdo paisagístico e de uma ambiência humana de carácter caboverdiano, é impossível tivesse passado despercebido aos literatos cabo-verdianos, desde Pedro Cardoso a Manuel Lopes. Embora quebrando uma tradição temática e com a novidade de encarar certos temas sociais e paisagísticos, exibindo uma imprevista novidade, de um lado; de outro, determinada distanciação e ligeireza afectiva, *Diário* de António Pedro deve ter provocado alguma curiosidade. (...) Analisado hoje, numa perspectiva diacrónica, o livrinho de António Pedro, apesar da sua ganga folclórica, e de alguns aspectos desgraciosos para a nossa mentalidade de hoje, chamou a si uma série de predicados literários e estéticos que fazem dele uma obra de transição entre o passado: o *naturalismo* ou o *caboverdianismo* e o presente: o *realismo* ou a *caboverdianidade* (CLARIDADE, 1986, p. XXII).

Vale lembrar que, segundo Coimbra (2012, p. 133), *Diário* traz em um de seus poemas o tema da morna, ritmo popular cabo-verdiano, que seria continuamente retomado pela literatura claridosa.

O terceiro escritor português cuja vivência não passou despercebida nas ilhas foi José Osório de Oliveira, que exerceu o cargo de diretor dos Correios na ilha de São Vicente e residiu nesta mesma ilha apenas no ano de 1927. Ele ajudou, em 1932, na publicação do livro *Mornas – cantigas crioulas*, de Eugénio Tavares. Foi muito amigo de Gilberto Freyre (1900-1987) e, sendo defensor do luso-tropicalismo gilbertiano¹⁸, fez a divulgação, em diversas passagens pelo Brasil, da literatura claridosa. No prefácio à revista *Claridade*, Ferreira recorda que foi por meio de José Osório que a poesia de Jorge Barbosa - e consequentemente toda a poesia cabo-verdiana - sofreu mudanças substanciais em sua temática, deixando a temática europeia e passando a se inspirar na realidade dramática do arquipélago:

Então aí declara que lhe coube a ele, J. O. de Oliveira, a tarefa de, através de conselhos seus, abrir, definitivamente, os horizontes literários de Jorge Barbosa, levando-o à opção de uma nova atitude poética, não enjeitando a convicção de que o seu gesto – a sua palavra – por desígnios vários teria ido influenciar outros poetas (CLARIDADE, 1986, p. XXIV).

Ferreira acrescenta ainda as palavras de José Osório ao lembrar seu encontro com Jorge Barbosa:

Lembro-me de que uma tarde, na praia da Mاتيota, em São Vicente, sentados ambos sobre os seixos rolados, o jovem aspirante aduaneiro Jorge Barbosa me revelava que era poeta lendo-me uma poesia intitulada “O banho de Diana”. Eu olhava em volta e via as montanhas nuas como ossos, aquela terra que morria de sede desde o dia em que surgiu nas entranhas do Globo, e, em face, o mar, como um apelo a gentes condenadas. E falei ao poeta, pouco mais ou menos assim: ‘Então você é filho de Cabo Verde; vive aqui, neste pedaço doloroso da Terra; nunca viu essa delícia do Mundo, que é o Mediterrâneo, nem sabe o que é a doçura duma fonte, e põe-se a cantar esse poema, tratado por tantos poetas e que só por sugestão literária pode sentir, quando tem aqui, a seu lado, uma paisagem e um povo cujo drama está a pedir uma voz que o interprete para se fazer escutar!’ (CLARIDADE, 1986, p. LXXXVII).

¹⁸ Linha de pensamento defendida pelo sociólogo pernambucano Gilberto Freyre que postula a capacidade de adaptação do homem português às terras tropicais, fruto de sua própria origem étnica híbrida. Por meio de sua obra *Casa-Grande & Senzala* o autor defende a miscigenação como elemento positivo para o progresso do Brasil e com seu *Manifesto Regionalista* sustenta a valorização das tradições da região Nordeste do Brasil.

Jorge Barbosa colaborou na revista *Presença* com alguns poemas e Jaime de Figueiredo fez algumas ilustrações para a revista portuguesa:

De resto, já em 1947, Félix Monteiro escrevia: “(...) julgo que à *Presença*, ao espírito renovador da *Presença*, muito devem, se não todos os componentes, pelo menos o fundador da *Claridade*, e alguns que o acompanharam”, concretizando um pouco na informação de que “Jorge Barbosa e Jaime de Figueiredo, os primeiros nomes de Cabo Verde que, muito antes da fundação do Grupo firmaram produções de carácter ‘modernista’, colaboraram na *Presença*, o primeiro com poesia e o segundo com desenhos, e a natureza dessa colaboração denuncia a integração desses dois artistas no clima literário e artístico presencista (CLARIDADE, 1986, p. XXVI).

A essa altura, não se pode deixar de admitir o impacto da revista coimbrã sobre o futuro grupo de escritores claridosos, que, inspirados pelo desejo de renovação literária da revista *Presença*, decidiram criar um movimento e uma revista para promover a valorização de uma literatura nacional desvinculada dos modelos lusitanos.

4. Principais inspirações do movimento e da revista *Claridade*

Muito antes de 1936, data de lançamento da revista *Claridade*, a metrópole portuguesa passava por uma crise política gravíssima que culminou na ditadura salazarista. Em meio a essa crise política que Portugal atravessava, um grupo de escritores formado por Almada Negreiros (1893-1970), Fernando Pessoa (1888-1935), Luís de Montalvor (1891-1947) e Mário de Sá-Carneiro (1890-1916), entre outros, lançou, em 1915, a revista *Orpheu*, dando início ao movimento Modernista português. Esse grupo pretendia introduzir no cenário literário lusitano as novidades vanguardistas vindas da Europa, tais como o Futurismo, a fim de romper com a arte mais tradicional.

Mas foi a segunda geração modernista portuguesa, surgida em 1927 e ligada à criação da revista *Presença*, que conseguiu efetivar as ideias inovadoras do primeiro grupo. Escritores e críticos literários como José Régio (1901-1969), Branquinho da Fonseca (1905-1974), Miguel Torga (1907-1995), entre outros, rejeitavam a atitude dos literatos portugueses que por muito tempo se deixaram dominar pelo academicismo e tinham como lema a luta por uma “literatura viva”, que pode ser compreendida como a manifestação de uma personalidade artística espontânea e original. Desse modo, o exemplo da revista portuguesa *Presença*, cujo primeiro número foi publicado em 1927 e o último em 1940, foi decisivo para o surgimento da revista *Claridade*. A publicação lusitana rompia com as formas antigas de uma literatura que já não correspondia mais aos anseios de um povo que buscava mudanças na estruturação de sua sociedade.

Esse contexto literário internacional exerceu importante estímulo sobre os escritores cabo-verdianos. Segundo Thiago Mio Salla, em seu artigo “A revista *Clareza* e o discurso freyreano: regionalismo e aproximação entre a elite letrada cabo-verdiana e a metrópole portuguesa nos anos 1930”¹⁹, mesmo tendo a revista *Presença* um caráter mais introspectivo e não voltado para as questões sociais de sua época, o desejo de renovação promovido por ela ia ao encontro dos anseios dos intelectuais e escritores claridosos, uma vez que objetivava a valorização de uma literatura nacional própria, não mais voltada para velhos padrões:

Por mais que o projeto presencista, focado em dramas de matiz intimista e transcendental, desconectados de preocupações políticas e nacionais, fosse alvo de duras críticas (sobretudo da parte dos neorrealistas, com os quais, em teoria, os claridosos deveriam ter mais afinidade ao assumirem a bandeira de fincar os pés na própria terra), ele teria aberto possibilidades para uma nova dizibilidade artística, em conformidade com as novas modalidades de gosto que se iam construindo na metrópole (SALLA, 2014, p. 4).

Desse modo, sob o impacto de *Presença*, os intelectuais claridosos vislumbraram a criação de um movimento cultural e literário capaz de contestar a realidade insular cabo-verdiana, segundo Ferreira:

E de mãos dadas com as ideias que nessa época se interseccionavam por esse mundo fora, chamando os intelectuais à participação directa do social, teria sido ela a responsável pela primeira posição concreta tomada pelos escritores cabo-verdianos frente à vida: espírito de independência crítica e de irreverência perante os valores estáticos e as formas ultrapassadas dos poetas que anteriormente haviam criado auréola, como José Lopes e Januário Leite (FERREIRA, 1973, p. 232-233).

O modernismo intimista de *Presença* é perceptível em alguns poemas de Jorge Barbosa, Oswaldo Alcântara - pseudônimo poético de Baltasar Lopes e Pedro Corsino Azevedo. Por outro lado, segundo Ferreira, a modernidade crioula da revista *Clareza* foi reconhecida pelos escritores de *Presença*, que provavelmente foi comparada à modernidade presencista:

¹⁹Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/download/69495/97318>. Acesso em: 09 jan. 2017.

A publicação do número três de *Claridade*, revista de artes e letras, que se publica em São Vicente, é a primeira manifestação de autêntico espírito moderno português fora da metrópole, e calcula-se o admirável esforço que representa, quando no Continente os esforços idênticos se vêem ainda a braços com dificuldades de toda a ordem. Deste número destacamos muito especialmente: o fragmento do romance de Baltasar Lopes que se nos afigura mais do que uma esperança de romancista. Destacamos, igualmente: *Apontamento*, por João Lopes, e *Tomada de Vista*, de Manuel Lopes, assim como os poemas de Jorge Barbosa, Manuel Lopes e Osvaldo Alcântara. Note-se ainda o carácter nitidamente cabo-verdiano desta publicação, em que um particularismo indiscutível, uma personalidade própria, sabe integrar-se no universal sem perder as suas características (*Presença*, n. 49, Coimbra, 1937 *apud* FERREIRA, 1973, p. 258).

No entanto, não foi somente com o modernismo introspectivo de *Presença* que os escritores e intelectuais claridosos se identificaram. Manuel Lopes, citado por Ferreira (1917-1992), no prefácio da revista *Claridade*, faz uma síntese das duas principais identificações dos escritores claridosos:

Com relação ao grupo que fundou a revista *Claridade*, os estímulos imediatos foram, se me permitem cercear algumas raízes, primeiro a reacção modernista da revista *Presença*, ‘cujo esforço renovador trouxe, há anos – segundo um crítico portuense –, uma baforada de ar do largo à *apagada e vil tristeza*’, e, a seguir, mais de perto e mais fortemente, o modernismo e o neo-realismo brasileiros, que foram a expressão definitiva da ‘nacionalização literária brasileira’. O primeiro, formal, estético, representando, ao mesmo tempo, o esforço de integração europeia e oferecendo o seu exemplo fecundo de rompimento com as fórmulas gastas e preconizando a liberdade de expressão; estes últimos de forte radicação nacional, identificados com o meio físico e social, evocando o homem brasileiro e os problemas sociais do Brasil, mas sempre humanos e universais nos seus propósitos revolucionários (CLARIDADE, 1986, p. XXX-XXXI).

No processo de busca e valorização da identidade cabo-verdiana, a literatura brasileira teve um papel de extrema importância. A busca dos escritores cabo-verdianos pelas raízes identitárias de seu povo procurava ter como parâmetro uma realidade que fosse similar à sua, com todos os seus problemas enquanto país colonizado, com uma população caracterizada pela miscigenação e com seus anseios de libertação do peso colonial. Osório de Oliveira, em seu texto “Palavras sobre Cabo Verde para serem lidas no Brasil”, publicado na *Claridade*, traduz essa necessidade de identificação dos escritores cabo-verdianos com uma literatura que representasse uma realidade comum à realidade insular:

Os caboverdeanos precisavam dum exemplo que a literatura de Portugal não lhes podia dar, mas que o Brasil lhes forneceu. As afinidades existentes entre Cabo Verde e os estados do Nordeste do Brasil predispunham os caboverdeanos para compreender, sentir e amar a nova literatura brasileira. Encontrando exemplos a seguir na poesia e nos romances modernos do Brasil, sentindo-se apoiados, na análise do seu caso, pelos novos ensaístas

brasileiros, os cabo-verdianos descobriram o seu caminho (CLARIDADE, n. 2, p. 4).

O mecanismo de formação social construído numa sociedade escravocrata e marcada pela miscigenação fez com que Brasil e Cabo Verde guardassem semelhanças entre si, conforme afirma Baltasar Lopes, citado por Jorge Miranda Alfama:

Para se compreender a influência brasileira nos claridosos, importa registrar os comentários literários e antropológicos de Baltasar Lopes – cuja vivência brasileira se resumia às das vias literária e cultural – que, a propósito, disse: “esta ficção e esta poesia revelavam-nos um ambiente, tipos, estilos, formas de comportamento, defeitos, virtudes, atitudes perante a vida, que se assemelhavam aos destas ilhas, principalmente naquilo que Cabo Verde tem de mais castiço e de menos contaminado. E pensávamos: esta identidade (...) deve corresponder a semelhanças profundas de estrutura social, evidentemente com as correções que outros factores, uns iniciais, outros supervenientes, exigem” (ALFAMA, 1998, p. 249).

Desse modo, segundo Simone Caputo Gomes, a literatura brasileira, com a profusão de ideias iniciais do Modernismo Brasileiro em sua 1ª fase, correspondia ao padrão cultural procurado pelos escritores do arquipélago como inspiração para uma criação literária autêntica, que valorizasse a regionalidade crioula:

O Modernismo brasileiro e a ruptura histórica que a Semana de Arte Moderna de 1922 desencadeou com relação ao paradigma estético-literário europeu constituíram o húmus que propiciou a busca da tradição regional (num primeiro momento) em consonância com os movimentos de autenticidade e de diferenciação face à cultura do colonizador. O destaque para os elementos indígena e negro – em especial – na formação da brasilidade encontraram eco nas culturas africanas de língua portuguesa para forjar a sua independência literária (GOMES, 2008, p. 117).

O Modernismo Brasileiro teve como marco inicial a Semana de Arte Moderna de 1922, evento realizado na cidade de São Paulo que teve como objetivo contestar as comemorações oficiais do centenário da independência política do Brasil e que contou com a participação de pintores - Di Cavalcanti (1897-1976), poetas – Manuel Bandeira (1886-1968) e escritores – Mário de Andrade (1893-1945), Oswald de Andrade (1890-1954) e Menotti del Picchia (1892-1988), dentre outros. Questões como a liberdade, o nacionalismo e o antitradicionalismo constituíram a base desse evento e impulsionaram o movimento modernista, cuja finalidade foi firmar a independência intelectual do país sem, no entanto, perder a sintonia com os movimentos vanguardistas europeus – Cubismo (1907), Futurismo (1909), Expressionismo (1911), Dadaísmo (1918) e Surrealismo (1924).

Entretanto, segundo Coimbra, a postura irreverente dos modernistas paulistas não conseguiu atingir diretamente os intelectuais cabo-verdianos, visto que esse tipo de

posicionamento não se fez presente na revista *Claridade*, tampouco na produção literária dos escritores claridosos:

Não encontramos nas páginas dos três primeiros números de *Claridade*, ou mesmo na produção dos escritores ligados à revista, nada semelhante à ruptura estética e ao experimentalismo efetuados por Mário e Oswald de Andrade, tanto na poesia quanto na narrativa. A releitura vanguardista dos mitos fundadores e a visão bem-humorada, irreverente, da questão da identidade nacional, efetuada por Mário em *Macunaíma* (1927), parece ter ficado desconhecida para os claridosos.

O momento vivido pela geração de 30 em Cabo Verde, onde faltavam antecessores e, sobretudo, obras empenhadas com a nacionalidade, exigiu um comprometimento mais sério dos claridosos, que excluía certamente a irreverência e o vanguardismo.

Faltavam também em Cabo Verde, alguns elementos em comum com o Brasil retratado nas obras dos dois modernistas paulistas: a figura do índio, elemento estruturador fundamental, com sua contribuição étnica e cultural, na criação de Mário de Andrade e na antropofagia de Oswald; a metrópole cosmopolita (francesa na cultura, italiana nas fábricas), caótica, a *paulicéia desvairada*; uma burguesia esclarecida, consciente de seu mecenato, disposta a patrocinar a adoção de novos modelos e estéticas (COIMBRA, 2012, p. 137-138).

Já, por outro lado, há uma real identificação dos escritores cabo-verdianos com a temática regionalista brasileira de ênfase social. O Brasil, neste período, além de ter sido marcado pela Revolução de 1930 e pela decadência da sociedade oligárquica tradicional, sofria com as consequências da crise mundial. A literatura regionalista surgia então como um instrumento de denúncia social, onde havia a representação dos conflitos do indivíduo com o meio natural e social em que estava inserido. As intermináveis estiagens e suas consequências catastróficas para o povo nordestino brasileiro, bem como as heranças terríveis de um processo de colonização escravista são representadas pelos ficcionistas da década de 1930, conforme afirma Gomes:

Também o romance regionalista nordestino de cunho social (Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado), a poesia telúrica e de comprometimento social de Jorge de Lima, a prosa poética e de invenção linguística de Guimarães Rosa contribuíram como referências para a assunção dos “monumentos” literários africanos autóctones (GOMES, 2008, p. 117).

Importante lembrar que a literatura brasileira regionalista de cunho social recebeu inspiração do movimento regionalista nordestino, surgido nos anos 20, no Recife (um dos centros intelectuais da época, ao lado de São Paulo e de Rio de Janeiro) e que teve como principais representantes o escritor paraibano José Lins do Rego (1901-1957) e o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. Este movimento - que ganhou impulso após o I Congresso

Brasileiro de Regionalismo, realizado em Recife, no ano de 1926 - preconizava a valorização das peculiaridades nordestinas e ganhou vulto no meio intelectual da época.

Neste congresso foi lido o *Manifesto regionalista*, escrito por Freyre. Robson dos Santos (2011, p. 403), em seu artigo intitulado “Cultura e tradição em Gilberto Freyre: esboço de interpretação do *Manifesto regionalista*”²⁰, afirma que este manifesto “(...) busca não apenas apontar os valores culturais mais “autênticos” da região Nordeste, mas também mobilizar as forças intelectuais da região na defesa da ‘tradição’”. A discussão trazida pelo *Manifesto regionalista* se opõe às ideias do movimento modernista de 1922, centrado na região Sudeste do país (São Paulo e Rio de Janeiro). Dessa forma, o *Manifesto regionalista* “(...) concentra-se no passado rural, o que sugere também uma oposição aos manifestos modernistas centrados no futuro, no porvir das cidades e metrópoles” (SANTOS, 2011, p. 407).

Sem dúvida, a literatura regionalista de 30 exerceu grande impacto sobre os intelectuais cabo-verdianos exatamente por conta da identificação destes com as ideias defendidas por Freyre, ou seja, a valorização das especificidades locais, de modo a assumir a própria realidade no seu âmbito cultural, social e antropológico.

No Brasil, o regionalismo teve o seu ápice na literatura, fruto do momento social em que o país se encontrava, segundo Monteiro (2013, p. 69), sendo que “com isto, o regionalismo ganhou uma importância substancial na literatura brasileira, levando, ao extremo, as relações das personagens com o meio natural e social”.

Segundo Salla (2014, p. 5), autores como Ribeiro Couto (1898-1963) e Jorge de Lima (1893-1953) na poesia, José Lins do Rego e Jorge Amado (1912-2001) na ficção, bem como Arthur Ramos (1903-1949) e Gilberto Freyre no ensaio foram os principais nomes que serviram de exemplo aos escritores cabo-verdianos.

²⁰Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/17613>. Acesso em: 13 mar. 2017.

Cabe também ressaltar a fundamental importância do poeta Manuel Bandeira - ainda que não tenha sido ele tão ligado ao movimento regionalista do Recife - uma vez que o tema de “Pasárgada” (“Vou-me-embora pra Pasárgada”), contida na obra poética “Itinerário de Pasárgada”, foi extremamente representativa para o ideário cabo-verdiano, tendo como seu principal entusiasta e divulgador o poeta Osvaldo Alcântara, heterônimo poético do escritor Baltasar Lopes.

O alcance do pasargadismo entre os poetas de Cabo Verde deu ensejo ao surgimento de algumas críticas, já que alguns estudiosos, tais como Onésimo Silveira (1935-) e Ovídio Martins (1928-1999), compreenderam que essa temática tinha uma conotação evasioneira, ou seja, que havia uma espécie de fuga das questões sociais pelos escritores cabo-verdianos. Conforme lembra Gomes, o lema “não quero saber do lirismo que não é libertação” é muito presente entre os escritores do arquipélago:

“Não quero saber do lirismo que não é libertação”, fecho do poema²¹ de Bandeira, é um mote retomado por vários escritores cabo-verdianos até a contemporaneidade e a evasão, muitas vezes marcada com acentuação negativa por leitores marxistas da obra de Osvaldo Alcântara, pode ser também encarada como uma forma de libertação de modelos impostos pelo colonizador (GOMES, 2008, p. 119).

Segundo o entendimento de Ferreira, o “Itinerário de Pasárgada” de Osvaldo Alcântara, obra poética homônima de Bandeira, não possui um caráter evasioneiro, mas é uma espécie de rejeição ao processo colonial destrutivo da identidade e dignidade do povo cabo-verdiano:

Para Manuel Ferreira, “esse evasionismo [...] não pode ser, de maneira nenhuma, tido como fuga”, como propuseram Onésimo Silveira e Ovídio Martins. A questão é mais complexa e o pasargadismo, para o grande sistematizador das literaturas africanas prof. Manuel Ferreira pode se explicar pelo “desejo manifestado da fuga à degradada situação colonial que encerrava o horizonte à juventude pensante e interrogadora. Era um protesto. Um desdém. Não é de mais dizer: era a fuga à erosão colonial, mas não era voltar as costas à caboverdianidade” (FERREIRA, 1989, p. 160 *apud* GOMES, 2008, p. 122).

O contato dos escritores cabo-verdianos com a literatura brasileira moderna ocorreu por meio de empréstimo, conforme se observa na transcrição do relato feito por Baltasar Lopes, citado por Ferreira:

²¹O poema ao qual a autora se refere é “Poética”, de Manuel Bandeira e se encontra na seção intitulada “Anexos”.

Há pouco mais de vinte anos eu e um grupo de reduzidos amigos começámos a pensar no nosso problema, isto é, no problema de Cabo Verde. Preocupava-nos sobretudo o processo de formação social destas ilhas, o estudo das raízes de Cabo Verde. Precisávamos de certas sistemáticas que só nos podiam vir, como auxílio metodológico e como investigação, de outras latitudes. Ora aconteceu que por aquelas alturas nos caíram nas mãos, fraternalmente juntas, em sistema de empréstimo, alguns livros que considerámos essenciais *pro doma nostra*. Na ficção, o José Lins do Rego d’*O Menino de Engenho* e do *Banguê*, o Jorge Amado do *Jubiabá* e *Mar Morto*; o Amândio Fontes d’*Os Corumbas*; o Marques Rebelo d’*O Caso da Mentira*, que conhecemos por Ribeiro Couto. Em poesia foi um “alumbramento” a *Evocação do Recife*, de Manuel Bandeira, que, salvo um ou outro pormenor, eu visualizava com as suas figuras dramáticas, na minha vila da Ribeira Brava (LOPES, 1956, p. 5-6 *apud* FERREIRA, 1973, p. 253).

O papel fundamental da literatura brasileira para os escritores das ilhas pode ser exemplificada pela dedicação que Jorge Barbosa faz a Ribeiro Couto do seu antológico “Você, Brasil”²².

A identificação da literatura cabo-verdiana com a literatura brasileira, tendo como principal instrumento a revista *Claridade*, fez com que fosse conquistado um novo patamar na literatura do arquipélago perante as demais literaturas africanas de língua portuguesa. Segundo Margarido, *Claridade* constituiu um marco para a sistematização da criação literária ao poder ser considerada como precursora quando comparada às literaturas africanas de língua portuguesa:

Notemos contudo que isso só é possível na medida em que os autores de Cabo Verde se separam do modelo português para ir encontrar os seus modelos na literatura brasileira (para a poesia Manuel Bandeira, Jorge de Lima mas sobretudo Ribeiro Couto) para o romance Armando Fontes, José Lins do Rego, Herberto Sales, Jorge Amado). Esta situação explica a situação muito particular da literatura de Cabo Verde no quadro das literaturas africanas de expressão portuguesa, cuja fase moderna é largamente anterior a todas as outras (MARGARIDO, 1980, p. 114).

²²A versão do poema na íntegra se encontra na seção intitulada “Anexos”.

Importa, no entanto, registrar o entendimento de Ferreira, no prefácio da revista *Claridade*, onde ele prefere afirmar que há uma intertextualidade entre as literaturas brasileira e cabo-verdiana e não propriamente uma identificação total e direta, já que a literatura do arquipélago, com base nas referências literárias brasileiras inovadoras, percorreu seu próprio trajeto. Segundo Ferreira, apesar de assumirem o papel relevante da literatura brasileira no fazer literário cabo-verdiano, os três fundadores da *Claridade* – Baltasar Lopes, Manuel Lopes e Jorge Barbosa – sempre rejeitaram atribuir à palavra “influência” uma conotação de subserviência. É o que afirma, por exemplo, Jorge Barbosa, citado por Ferreira:

Tal influência resultou sobretudo do exemplo dos escritores brasileiros ao se debruçarem sobre a terra natal e sobre a gente irmã, onde foram encontrar os temas das suas obras. Deles aproveitamos, pois, a *descoberta* e a experiência, que nos contagiaram com o seu entusiasmo de coisa nova. Para mais, havia já parecenças entre o povo de Cabo Verde e grandes sectores do povo brasileiro. [...] O exemplo, repito-o, do ensaísta, do romancista e do poeta modernos brasileiros fez ecoar em nós, com a sua novidade, um ardor novo, e daí advieram novas ideias e a indicação de outros caminhos (CLARIDADE, 1986, p. XXXI).

O entendimento de Ferreira vai ao encontro da noção de intertextualidade de Julia Kristeva (1941-), lembrada por Tania Franco Carvalhal (KRISTEVA, 1971 *apud* CARVALHAL, 2006, p. 47-48). A autora brasileira afirma que, de acordo com as ideias de Kristeva, todo texto é resultante da leitura de outro texto literário anterior, sendo este absorvido e reinventado pelo “novo” texto, sem, no entanto, haver uma dependência ou hierarquia entre ambos. Nota-se, portanto, que, na intertextualidade proposta por Kristeva, a relação existente entre esses textos não se caracteriza pela superioridade ou pela inferioridade de um texto sobre o outro, mas por um processo de reescrita, baseado no novo contexto literário e social vivenciado tanto pelo autor quanto pelo leitor. E, quanto à literatura claridosa, foi justamente isso que ocorreu: um processo de absorção e de reformulação realizado pelos escritores cabo-verdianos em relação à literatura regionalista brasileira, baseado puramente na realidade do arquipélago vivida pelos escritores claridosos.

5. Movimento e revista *Claridade* – o despertar de uma nova consciência

Conforme mencionado anteriormente, o momento de criação da revista *Claridade* coincidiu com uma grave e progressiva crise econômica em Cabo Verde, fruto de um regime ditatorial português – salazarismo – e com uma séria conjuntura política internacional, envolvendo fatos como a Queda da Bolsa de Valores e outros acontecimentos que trouxeram

graves consequências para a humanidade como o Nazismo, o Fascismo e a Guerra Civil Espanhola.

Porém, o que motivou diretamente o aparecimento do movimento Claridade foi a conjugação de diversos fatores próprios da realidade de Cabo Verde: tanto as circunstâncias geográficas e climáticas específicas do arquipélago - os longos períodos de estiagem e a insularidade que provoca o isolamento do povo ilhéu - como também a ausência de recursos, a falta de escolaridade e a má administração da Metrópole portuguesa, cuja causa foi o regime ditatorial salazarista. Todo este cenário fez com que jovens poetas e escritores se reunissem em torno do movimento cultural Claridade no início dos anos 30.

A despeito do posicionamento de Manuel Lopes, que afirmava não existir um programa definido para o movimento Claridade, uma vez que para ele não se podia chamar de programa o simples ato de fincar os pés na terra, Gabriel Mariano afirma que, segundo a sua opinião, “o ‘querer’ fincar os pés na terra revela por si só uma tomada de atitude, consciente e deliberada” (1991, p. 97). Este mesmo autor ainda expõe sua opinião afirmando que:

Ora, assumir atitude é acto pelo qual o indivíduo se situa perante as circunstâncias, as relações, os problemas circundantes. Quando essa ‘situação’ é colectiva, quando parte de um grupo ou de uma geração, creio não ser imprudente concluir que algo de comum, de geral e por isso de contagiante se sobrepõe (melhor: se interpõe) às consciências individuais, unificando-as e dirigindo-as para um determinado propósito. No caso da *Claridade*, esse propósito era entender o ‘nosso caso, isto é: o Caso de Caboverde’ (palavras de outro pioneiro: Baltasar Lopes). Já aqui se revela uma identificação útil e fértil em consequências: a do homem com o seu meio; a do caboverdeano com Caboverde: O ‘nosso caso’ é o ‘caso da nossa terra’. (...) Entender e revelar o ‘Caboverde caboverdeano’, o Caboverde total -, ampliando-se, por conseguinte, as áreas de experiência do artista; por outro lado: apreender as angústias, os conflitos, as inquietações do caboverdeano, entendido este como ser definível por um conjunto concreto de relações: geográficas, económicas, sociais, e aprofundando-se, por conseguinte, o conhecimento do homem crioulo; da sua movimentação no espaço e no tempo (MARIANO, 1991, p. 97-98).

Logo, com o lema “finca-pé na txon”, o grupo de escritores claridosos tinha por objetivo voltar sua atenção para o cotidiano do arquipélago, a fim de, em oposição aos modelos literários lusitanos, conseguir expressar literariamente os anseios da alma cabo-verdiana. Por meio do uso da língua cabo-verdiana nas poesias e textos ficcionais, do estudo sociológico e antropológico do homem do arquipélago e da valorização da cultura e do folclore do povo das ilhas, o grupo de intelectuais claridosos pretendia buscar e valorizar o modo de ser cabo-verdiano.

Conforme o próprio escritor Manuel Lopes, o objetivo de “fincar os pés na terra” foi resultado do discernimento sobre a necessidade de valorizar a cultura do arquipélago:

Mas o propósito de fincar os pés na terra provinha da consciência duma individualidade própria, duma cultura bem caracterizada. Possuidores duma música e dança próprias, duma cozinha, de instrumentais lúdicos, e duma língua que só por si distingue o cabo-verdiano doutros povos, fácil nos foi achar a expressão dessa cultura através de uma literatura original sem o esforço de procurar ser original, tanto escrevendo em crioulo como em português. A originalidade não residia em mostrar ser, mas, simplesmente, em ser (LABAN, 1992, p. 83).

Por causa da miscigenação de seu povo, Cabo Verde possui uma língua própria, a língua cabo-verdiana. E, além de uma língua própria, construiu uma identidade própria através de sua música, dança, culinária e literatura. Logo, a definição de cabo-verdianidade poderia ser esboçada pelo modo único de ser, de sentir, de pensar e de se expressar do povo cabo-verdiano com seus costumes e tradições. Através da cabo-verdianidade o povo ilhéu construiu sua identidade cultural, social e política, o que constituiu objeto de análise por parte do movimento Claridade.

É de extrema importância observar que o movimento Claridade, que deu ensejo à criação do periódico de mesmo nome, foi um verdadeiro divisor de águas uma vez que ao recuperar a cultura crioula com a conexão de diversas artes – música, pintura e literatura – não só enfatiza a cabo-verdianidade como também promove uma emancipação cultural, muito antes da própria emancipação política de Cabo Verde, com o intuito de trazer à tona uma literatura cabo-verdiana livre das amarras do cânone português. De acordo com Benjamin Abdala Junior (1993, p. 124), “os escritores do arquipélago de Cabo Verde procuravam voltar as costas para modelos temáticos europeus. Seus olhos se fixavam no chão crioulo, próprio da mestiçagem étnica e cultural de seu país”.

O grupo de intelectuais cabo-verdianos teve como principais fundadores os escritores Manuel Lopes, Jorge Barbosa e Baltasar Lopes. Dentre seus colaboradores figuraram nomes como Antonio Aurélio Gonçalves, Teixeira de Souza, Gabriel Mariano, Onésimo Silveira, Arnaldo França, Aguinaldo Fonseca, Corsino Fortes, entre outros. Este grupo de jovens escritores, mesmo diante de muitas dificuldades existentes na época - principalmente o regime de censura que vigorava no arquipélago - tomou a decisão de criar um instrumento que fosse capaz de buscar a identidade do povo ilhéu e reivindicar o reconhecimento da cultura cabo-verdiana, expressando toda a sua realidade sofrida. Diante de todos esses problemas de ordem social e política, os intelectuais claridosos decidiram agir, segundo Baltasar Lopes:

Essas preocupações tinham a sua fonte principal na situação desastrosa, principalmente no domínio político-económico, em que o nosso arquipélago estagnava nos anos da década de 30. Daqui, do nosso posto menor de observação, que era a cidade do Mindelo, nós do Grupo tomávamos perfeitamente nota da situação geral. Por outro lado, estávamos em nítida posição contestatária perante a orientação política que subjazia à administração da, então, colónia de Cabo Verde, com o seu fascismo de importação e imitação e ignorava ou violava os mais elementares princípios que regem a vida do homem e do cidadão e salvaguardam a liberdade individual. Tal situação despertou toda a capacidade de militância, na medida então possível, do nosso pequeno grupo.

Tínhamos de intervir. Mas, na óbvia impossibilidade do emprego de meios de acção directa, que opção nos restava? Também obviamente, seria a imprensa a nossa arma. Todavia, para nós não existia em Cabo Verde imprensa no sentido jornalístico da palavra. Nestes termos, o caminho possível seria criarmos a imprensa, mediante a fundação de um jornal, que seria o nosso órgão de combate. Opção, porém, impossível. Não me recordo bem se com a invocação justificativa da Carta Orgânica do Império Colonial Português, fomos informados de que teríamos que fazer um depósito prévio de cinquenta mil escudos, quantia avultada, principalmente nos idos de 1935/36, que, por isso, estava muito além das possibilidades das nossas bolsas.

Mas nem por isso resolvemos desistir: travariámos o combate por um meio que nos fosse permissível, embora de uma eficácia menos directa do que um jornal periódico. De aí o nascimento da revista *Claridade* (CLARIDADE, 1986, p. XIII).

Segundo Coimbra, a realidade concreta das ilhas - o estado de pobreza elevada, a estiagem intermitente e o desemprego que obrigava a população a emigrar para outros locais - deu ensejo a uma tomada de consciência entre os intelectuais claridosos:

Tratava-se, no caso dos escritores cabo-verdianos, de voltar-se para o espaço do arquipélago, com a sua realidade humana e cultural: a insularidade, o oceano a perder de vista, os ritmos populares, a mistura étnica (crioulidade), a língua crioula, a seca e a fome, a exploração, a emigração, a falta de empregos e oportunidades. Estes viram-se a uma posicionamento entre a aceitação pura e simples da dominação e da imposição, estética e política, de modelos da metrópole ou a “tomada de consciência”, a valorização da realidade regional, humana, enquanto fonte de inspiração para a elaboração literária (COIMBRA, 2012, p. 120).

Assim, este movimento cultural, ao “fincar os pés na terra” - ideal norteador desse projeto cultural e da revista *Claridade* - começa a conceber esteticamente uma perspectiva sob a ótica cabo-verdiana, não mais seguindo os ditames europeus. Na opinião de Maria Luísa Baptista os intelectuais cabo-verdianos possuíam a ânsia de vencer a sua natural insularidade:

A despeito das grandes dificuldades (da comunicação entre ilhas, económicas e outras), propõem-se aqueles intelectuais “fincar os pés na terra”, investigar as próprias origens e as manifestações da sua especificidade cultural (...). O novo projeto cultural chama-se *Claridade*. Em 1936, a *Claridade* consagrará a assunção da(s) insularidade(s) de Cabo

Verde: a cabo-verdianidade dirá do estatuto de maturidade nacional de um povo, em termos culturais (que ainda não políticos, como é evidente) (BAPTISTA, 2007, p. 24).

Os escritores claridosos, tendo como parâmetro o contexto cultural, social e político do arquipélago, buscaram reafirmar a identidade cultural de seu país, pelo ponto de vista do próprio cabo-verdiano, de modo a “chegar a esta auto-imagem a partir de um processo de consciencialização, ou seja, de auto re-conhecimento e auto-revalorização” (SANTILLI, 2007, p. 23).

O pioneirismo temático do grupo claridoso foi o grande destaque, segundo Luís Romano (1984, p. 49) em seu texto “Cem anos de literatura cabo-verdiana: 1880/1980”²³, afirmando que “a consequência foi o aparecimento de estudos e composições de alta cultura, que puseram o povo e a terra cabo-verdiana em destaque, sob prismas até então desconhecidos desenvolvidamente”.

Por meio da reunião de poemas, contos, trechos de romances, breves ensaios e apontamentos, o periódico procurou não somente se voltar para o plano literário, mas também para a pesquisa e divulgação de informações acerca da história econômica e social do arquipélago, além de buscar se aprofundar na investigação da alma cabo-verdiana, com seus dilemas e inquietações. É o que ocorre com a coluna *Tomada de Vista*, de Manuel Lopes, e com os ensaios intitulados *Apontamento*, de João Lopes:

Eis porque *Claridade* surge também como órgão de cultura e não meramente como revista de letras. Por um lado, anotações sobre o comportamento do homem crioulo, ensaios de interpretação sociológica e outros estudos de índole diversa; por outro lado, poemas, contos, peças de natureza literária e artística (FERREIRA, 1973, p. 254).

No que se refere ao batismo da revista *Claridade*, há vários posicionamentos. Cabral acreditava que o nome escolhido para o periódico cabo-verdiano foi reflexo de um auto-descobrimento do povo ilhéu:

A Poesia Cabo-Verdiana abre os olhos, descobre-se a si própria, - e é o romper duma nova aurora. É a claridade que surge, dando forma às coisas reais, apontando o mar, as rochas escavadas, o povo a debater-se nas crises, a luta do cabo-verdiano “anónimo”, enfim, a terra e o povo de Cabo Verde. Por isso, o carácter intencional – e felizmente intencional – do nome da revista que revela essa profunda modificação na Poesia Cabo-Verdiana: *Claridade* (CABRAL, 1976, p. 115).

²³Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/africa/article/view/90892>. Acesso em 20 mar. 2017.

Convém lembrar que existiram dois elementos para a escolha do nome do periódico, segundo Baltasar Lopes:

Intervieram na adopção deste nome duas ordens de factores. Por aquela altura era-nos familiar o pungente romance *Le feu*, de Henri Barbusse, que era em França figura importante se não dominante do grupo *Clarté*; por outro lado, tínhamos conhecimento da existência, na Argentina, de uma revista *Claridad*; se me não falha a memória, não tínhamos notícias da adopção deste título por qualquer grupo de qualquer outro centro de vida intelectual (CLARIDADE, 1986, p. XIII).

De acordo com Abdala Junior (1993, p. 126), Baltasar Lopes afirmava que o nome do periódico tinha suas origens na figura de Henri Barbusse (1873-1935), líder na França do movimento *Clarté*²⁴. Monteiro (2013, p. 68) lembra que Pires Laranjeira argumentava que a escolha do nome se deu em função da ideia de clareza que surgiu entre o povo das ilhas, de modo a anunciar um novo tempo. Ferreira recorda que isso já era de certo modo desejado e previsto por João Luís Montesto, quando em 1935, ao escrever um artigo intitulado “Nas entrelinhas...” para o jornal *Mocidade Caboverdeana*, frisando a necessidade premente de renovação na época, evocou a “clareza de hoje” em contraste com as “trevas do passado”, pregando que “a luminosa clareza de hoje é perfeição dissipadora das trevas do passado”, o que antecede de certo modo o movimento inovador claridoso:

Profeticamente, o Autor, combatendo as “trevas do passado”, única via para se atingir a “Luz”, se alcançar a “clareza”, a “luminosa clareza”, antecipa-se de alguns anos à criação de uma revista com esse nome e não é de mais crer e defender que o título teria surgido na raiz de pressupostos oposicionais entre treva e luz, os mesmos que teriam estado no íntimo daqueles que criaram a *Claridade*, embora a colaboração daquele jornal, na generalidade, seja virada para a ordem estabelecida (CLARIDADE, 1986, p. LIII).

²⁴Movimento que teve suas origens entre 1916 e 1917, em Paris, com a mobilização de intelectuais contra a guerra e que buscou organizar um movimento internacional para a preservação da independência intelectual. Deu origem a uma revista de mesmo nome, lançada em 1919.

A revista *Claridade* teve seu primeiro número publicado no ano de 1936 e perdurou por 24 anos, tendo seu último exemplar publicado em 1960. No entanto, os nove números do periódico não foram publicados de forma contínua, pois, de acordo com Coimbra (2012, p. 125), com o início dos conflitos da Segunda Guerra houve muitas dificuldades de ordem material que impossibilitaram a sua publicação, havendo em seu terceiro número (março de 1937) a primeira interrupção na circulação da revista. O quarto número somente seria publicado dez anos depois, contendo então quarenta páginas, ocorrendo de modo diferente dos três primeiros números, que possuíam cada um o total de apenas dez páginas. No mês de setembro desse mesmo ano foi publicado o quinto número, contendo 44 páginas. Já no ano seguinte, 1948, surgiu o sexto número com 42 páginas e em dezembro de 1949 houve a publicação do sétimo exemplar, com 52 páginas. Aqui, há uma nova interrupção uma vez que somente em maio de 1958 foi publicado o oitavo número, com 76 páginas.

E, finalmente, em 1960, houve a publicação do último número do periódico, sendo este o exemplar mais extenso – 84 páginas – e o único que continha ilustrações: duas, apresentando cenas típicas de Cabo Verde, em preto e branco, sendo que a primeira, na capa, trazia mulheres trabalhando na embarcação de mercadorias no porto e a segunda apresentava um linóleo da autoria de Rogério Leitão, de página inteira, com a figura de uma mulher negra, com lenço na cabeça e socando pilão, na preparação do milho para a *cachupa*, prato típico cabo-verdiano.

O regime de censura instalado no arquipélago justifica o fato de a publicação dos nove números não ter sido feita de forma contínua, segundo prefácio de Ferreira:

Se atendermos ao momento histórico, ao contexto político e social; se tivermos presente que Cabo Verde era uma colônia; que eram ilhas isoladas do resto do mundo; que se vivia em regime de Censura, sendo vedada a liberdade de expressão; que a sua tradição literária escrita em língua portuguesa acusa uma quase total dependência do texto português – uma sensação de espanto nos percorre ao lermos as páginas de *Claridade*. Como fora possível – perguntamo-nos – nessas paragens isoladas, e em tal época, surgir uma revista moderna, em todos os seus aspectos, vincadamente nacional, capaz de suportar o cotejo com outras publicadas no espaço de língua portuguesa? (CLARIDADE, 1986, p. XIX).

Devido aos intervalos existentes entre as publicações da revista *Claridade*, pode-se considerar que houve duas diferentes fases do periódico. Na primeira fase da revista, que abrangeu o período correspondente a março de 1936 a março de 1937, foram publicados os três primeiros números (n. 1 – março de 1936; n. 2 – agosto de 1936 e; n. 3 – março de 1937).

A direção dos dois primeiros números da *Claridade* coube a Manuel Lopes, enquanto que o terceiro número foi dirigido por João Lopes.

Nos três primeiros números da revista *Claridade* há a presença da língua cabo-verdiana, a referência ao dilema “partir-ficar” do homem ilhéu e aos ritmos musicais típicos de Cabo Verde que expressam o modo de ser cabo-verdiano (cabo-verdianidade), bem como o diálogo existente entre a literatura brasileira e cabo-verdiana.

Merece destaque no primeiro número da revista, publicado em março de 1936 e que contém somente dez páginas, a sua capa que possui uma cantiga popular na língua cabo-verdiana denominada “Lantuna & 2 motivos de finaçom (batuques da ilha de Sant’Iago)”.

A publicação de um texto na língua cabo-verdiana em seu primeiro número representa uma ruptura com o formato tradicional de uma revista, de acordo com Pierre Rivas:

As revistas em geral se abrem com uma apresentação do diretor, com a função de manifesto ou de “contato de leitura”, e na qual se definem as orientações da revista, sua razão de ser. Nada disso existe em *Claridade*, ou melhor, é preciso saber ler a abertura, que é um manifesto em ato, provocador no seu laconismo e revelador de seu espírito duplamente manifesto e dissimulado: esses “batuques da Ilha de Sant’Iago” em crioulo não traduzido dizem simultaneamente o enraizamento popular e a fidelidade à língua do povo. Mais do que um discurso teórico, manifestam o sentido da empreitada que começa: a promoção da cultura nacional e a função do folclore como origem e fundamento da idéia de nacionalidade literária, como foi o caso do Romantismo europeu, a busca das fontes na própria pátria, e do Modernismo brasileiro. O programa de *Claridade* seria “Vamos descobrir Cabo Verde”. Este aspecto etnográfico – presente no âmago do Romantismo europeu, do modernismo brasileiro e inseparável do projeto de nacionalização literária e política – atravessa toda a revista e lhe dá um acento inconfundível (RIVAS, 1989, p. 40-41 *apud* COIMBRA, 2001, p. 50).

Esse fato vai ao encontro dos ideais do grupo fundador da revista *Claridade* uma vez que ao trazer letras de cantigas populares – as finaçons – é valorizada a língua cabo-verdiana. Esta língua materna era restrita apenas ao uso informal em família, pois a língua portuguesa, existente em Cabo Verde desde o início do povoamento das ilhas em 1462, sempre foi a língua do colonizador, utilizada em atos administrativos e representante da cultura oficial. Vale lembrar que, no século XIX, com a criação do Seminário Liceu de São Nicolau em 1867, o sistema escolar implantado então por Portugal privilegiava textos em língua portuguesa. No século XX, com a expansão do ensino formal, houve um embate entre as autoridades da época já que a língua cabo-verdiana era tida como uma ameaça à hegemonia portuguesa, segundo Coimbra:

O regime colonialista de Salazar procurou reprimir em suas colônias as manifestações literárias em língua nacional. Uma das táticas era reduzir a capacidade de expressão dessas línguas, confinando-as apenas às manifestações populares ou folclóricas: mornas, finaçons, batuques. Como se as línguas nacionais não fossem suficientemente literárias (COIMBRA, 2001, p. 45).

Além da publicação de letras de cantigas populares, houve a reprodução de textos na língua cabo-verdiana, letras de mornas e poemas, bem como a inclusão de palavras desta língua em falas de personagens, tal como ocorre com o romance *Chiquinho*, de Baltasar Lopes. *Claridade* trouxe, em primeira mão, dois capítulos desta obra, sendo que o capítulo *Bibia* foi publicado no primeiro número da revista e *Infância* em seu terceiro número. *Chiquinho*, romance de iniciação publicado em 1947 e considerado o primeiro romance cabo-verdiano, integra trechos escritos na língua cabo-verdiana ao texto escrito em língua portuguesa, representando uma inovação na literatura produzida na época:

Fui com eles dar fé. Ainda longe da casa já se ouviam os gritos de Bibia furando a noite. Ela gritava, gritava:

- Bocês câ matô-me, bocês câ matô-me!

(CLARIDADE, n. 1, p. 3)

De acordo com Brito-Semedo (2001, p. 7) o caráter memorialista de *Chiquinho* faz com que a obra guarde semelhanças em sua temática com *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego, reforçando o diálogo existente entre a literatura do arquipélago com a literatura brasileira. *Chiquinho* trata da passagem do jovem protagonista e narrador para a vida adulta, ao longo do trajeto de sua aldeia, situada na ilha de São Nicolau, à cidade e desta para terras estrangeiras. Na escola, o jovem que sabe ler - o que era privilégio de poucos - é solicitado a ler uma carta de um cabo-verdiano que se encontrava nos Estados Unidos, a qual trazia a notícia da morte de uma pessoa em uma fábrica, vítima de um acidente de trabalho. Com isso, o autor pretendeu expor o preconceito sofrido pelos imigrantes cabo-verdianos nos Estados Unidos, além de denunciar as más condições de trabalho destes em terras estrangeiras.

Em *Chiquinho* o autor também expressa a tentativa dos escritores pertencentes ao grupo claridoso de estabelecer uma linguagem que dialogasse tanto com a língua da metrópole (língua portuguesa) como também com a língua da colônia (língua cabo-verdiana). Há uma recriação da escrita de um falante da língua da colônia que conhece regras básicas da língua portuguesa, sendo que a linguagem, então, oscila entre dois registros – o oral e o escrito – mesclando as duas línguas.

Dessa maneira, ao publicar textos que trazem a língua cabo-verdiana nas falas de personagens dentro de um texto escrito na língua portuguesa, *Claridade* ousa para os padrões da época (onde era predominante até então o uso da língua da metrópole nos textos escritos) e afirma a especificidade da identidade crioula. De acordo com Ferreira, ao publicar seu primeiro número com uma finaçom, a revista *Claridade* ampliou o uso e a presença da língua cabo-verdiana para além do simples folclorismo:

E é por isso que se acentua aqui o fato de ter sido a *Claridade* que, sendo uma revista em língua portuguesa, chamou a si o propósito de conferir ao crioulo o prestígio de autêntica expressão cultural. Abrindo o seu primeiro número com uma finaçom e mais tarde inserindo poesias em crioulo do mesmo passo que chama a si a problemática dialectológica local, tratada sobretudo por Baltasar Lopes, colocou-se na vanguarda do movimento e nobilitação do dialeto crioulo de Cabo Verde e ajudou a dar-lhe o prestígio que, embora penosamente, vai conquistando (FERREIRA, 1973, p. 111-112).

Percebe-se assim que houve, com a revista *Claridade*, a criação de um português literário próprio, com modificação de estruturas sintáticas e incluindo a língua cabo-verdiana - marcada pela oralidade - em seus textos e poemas.

A morna, ritmo cabo-verdiano que representa a melancolia e a alegria do homem do arquipélago - sentimentos contraditórios e inerentes ao espírito ilhéu – e que é um instrumento no qual o “crioulo exprime a saudade do que deixou, do que não viveu, do que desejaria ter vivido e ainda de tudo o mais quanto nos estratos profundos do seu subconsciente se agita e desencadeia, em torrente lírica” (FERREIRA, 1973, p. 166) foi trazida à tona pelo grupo claridoso. Em sua coluna *Tomada de Vista*, Manuel Lopes faz uma reflexão sobre a morna:

Na morna, expressão musical do povo, verifica-se a simbiose dos elementos mais díspares de que se compõe essa alma inquieta. A diversidade de aspectos que a morna apresenta, desde a saudade, o lirismo amoroso, à sátira mais mordaz, a tristeza e a alegria cheia de sol que ela traduz, é profundamente sintomática e reveladora (CLARIDADE, 1986, n. 1, p. 6).

Além da valorização da língua cabo-verdiana e da morna, há também a preocupação dos escritores claridosos em relação à problemática do dilema partir-ficar do povo do arquipélago. Além deste ensaio de Lopes, também foi publicado um poema do autor, intitulado “Écran”, cuja temática é centrada no dilema partir-ficar do homem cabo-verdiano, expressando a inquietude do ilhéu diante de vários fatores convidativos ao seu partir para lugares mais atrativos, conforme se pode observar neste pequeno trecho do poema:

Para além destas ondas que não param nunca ...
 ... Há lutas que eu desejo
 com a indomável ânsia dum cavalo preso à beira do caminho, todo o dia,
 por onde passam cortejos de promessas, tentações, miragem,
 que acordam de tempos a tempos a longa monotonia
 da paisagem ... (CLARIDADE, n. 1, p. 7).

A referência ao dilema cabo-verdiano consistente na dúvida do homem isleno sobre partir para outras terras em busca de melhores condições de vida ou ficar no solo amado também se faz presente de modo mais específico nas colunas intituladas “Tomada de Vista”. Nelas o escritor traça algumas características do homem cabo-verdiano, tais como o desejo de partir para novos destinos (evasionismo) e ao mesmo tempo a necessidade de regressar em virtude da saudade que sente da terra natal (apego telúrico):

Devemos, *in limine*, considerar no cabo-verdiano a co-existência de duas atitudes opostas, ambivalentes, cuja luta dá em parte origem ao seu conflito psicológico. Ao *wanderlust* contrapõe-se a nostalgia, a *hantise* do regresso. Em que consiste cada uma dessas atitudes? O desejo de partir nêle é uma obsessão. Todo caboverdeano vive na ilusão de que não morrerá antes de “conhecer mundo”. Esta ilusão é alimentada pelos que regressam, pelos marítimos, pelos emigrantes, pelas cartas que vem de longe, pelo sentimento obsessional de lugares melhores. O caboverdeano tem o espírito cheio de visões distantes. Sonha libertar-se do “palude”. Partir, é para ele, viver [...] Todavia nunca renuncia à terra. D’áí a ideia fixa da terra. “Ha-de voltar um dia”. D’áí a nostalgia. A resolução antecipada do retôrno já é nostalgia em estado embrionário [...] A nostalgia nasce nêle da resolução antecipada de voltar, tornando-se em consequência uma questão menos sentimental que moral, compromisso que é antecipação a uma inquietude futura, semelhante ao remorso (CLARIDADE, 1986, n. 1, p. 5).

O diálogo existente entre a literatura brasileira e a literatura cabo-verdiana também se faz notar no primeiro número da revista *Claridade* através do poema *Almanjarra*, de Osvaldo Alcântara (pseudônimo poético de Baltasar Lopes). Empregando uma linguagem coloquial, com trechos de canções populares infantis e resgatando as tradições das ilhas, *Almanjarra* faz lembrar a importância da poesia de Manuel Bandeira para o grupo de escritores claridosos, principalmente “Evocação do Recife”, do livro *Libertinagem*, de 1930. O poema trata de um engenho de cana-de-açúcar cujo nome é Almanjarra e que é movido por bois. A presença da linguagem coloquial e do folclore se faz presente uma vez que, enquanto tanger os bois para moer a cana, os homens cantam e narram histórias folclóricas.

O segundo número da revista, publicado em agosto de 1936, exaltou novamente o ritmo popular e peculiar cabo-verdiano trazendo em sua capa a letra da morna *Venus*, na língua cabo-verdiana, de autoria de B. Léza (Xavier da Cruz), um dos mais populares

compositores de Cabo Verde. Tendo o nome da deusa do amor, esta morna revela a presença de temas clássicos na música popular cabo-verdiana.

Este exemplar da *Claridade* também retomou a questão referente ao estímulo marcante da literatura brasileira em relação à literatura cabo-verdiana por meio de um artigo do crítico literário português José Osório de Oliveira, amigo de Gilberto Freyre e grande defensor e divulgador do Modernismo Brasileiro em Cabo Verde. Em “Palavras sôbre Cabo Verde para serem lidas no Brasil”, escrito em Lisboa em março de 1936, Oliveira traça as afinidades entre os dois países:

Os caboverdeanos precisavam dum exemplo que a literatura de Portugal não lhes podia dar, mas que o Brasil lhes forneceu. As afinidades existentes entre Cabo Verde e os estados do Nordeste do Brasil predispunham os caboverdeanos para compreender, sentir e amar a nova literatura brasileira. Encontrando exemplos a seguir na poesia e nos romances modernos do Brasil, sentindo-se apoiados, na análise do seu caso, pelos novos ensaístas brasileiros, os caboverdeanos descobriram o seu caminho (CLARIDADE, 1986, n. 2, p. 4).

Juntamente com o texto de José Osório de Oliveira foi publicado o conto *Um galo que cantou na Baía...*²⁵, de Manuel Lopes. Este texto, considerado como o primeiro conto da literatura moderna cabo-verdiana, teve sua publicação feita de forma fracionada, ocupando as páginas 2 e 3 e depois com continuação no mesmo número na página nove. Ele faz a inserção de expressões populares e da língua cabo-verdiana juntamente com o português formal, sendo um exemplar do português literário presente na produção do grupo claridoso.

Na esteira do entendimento de José Osório, o qual afirmava que os escritores cabo-verdianos não podiam mais se voltar para outras realidades que não fossem a realidade da terra natal, o conto de Manuel Lopes se situa num espaço marginal, fazendo com que exista um descentramento da visão da metrópole para uma ótica da periferia, da margem, indo ao encontro da proposta da literatura regionalista brasileira de cunho social da década de 30:

²⁵O autor utiliza para sua análise a terceira edição do conto de Manuel Lopes, que se encontra na obra **Galo Cantou na Baía e Outros Contos**, publicada em 1984.

O Guarda Tói circulava simbolicamente pela estrada marginal. (...) Para a literatura de ênfase social dos anos 30, a consciência social vem desses setores marginalizados: o lumpen – como é evidente numa produção, por exemplo, de um Jorge Amado – transforma-se no proletário. Em *Galo cantou na Baía*, a comunidade cabo-verdiana é observada a partir das margens e não do centro do domínio colonial português. Esse descentramento da ótica metropolitana revela, então, novas faces, por desconsiderar padrões do centro (colonial). Não se trata propriamente de um grupo: simbolicamente, toda a nação seria marginal. Entretanto, a própria construção do conto mostrava que o barco não estava à deriva. Sua configuração advinha, na verdade, de um descentramento de ótica (SANTILLI, 1985, p. 25-30 *apud* ABDALA JUNIOR, 1993, p. 125).

Desse modo, ainda segundo Abdala Junior, o conto de Manuel Lopes, sob a visão de quem está à margem, permite que também se estabeleça contato com o Brasil, a “outra margem do Atlântico”:

Historicamente, o Brasil foi para os cabo-verdianos, nas palavras de um integrante do grupo da revista Claridade, Jorge Barbosa, “o meu irmão do Atlântico”. E a presença da literatura regional brasileira foi marcante para os cabo-verdianos, um influxo que veio de fora para que os escritores desse país repensassem a identidade do arquipélago – uma identidade regional repensada em termos sociais, da mesma forma como ocorreria um pouco depois, com o chamado neo-realismo português (ABDALA JUNIOR, 1993, p. 125).

Dessa forma, este conto possui estreita relação com os ideais dos intelectuais claridosos, uma vez que “os escritores do arquipélago de Cabo Verde procuravam voltar as costas para modelos temáticos europeus. Seus olhos se fixavam no chão crioulo, próprio da mestiçagem étnica e cultural de seu país” (ABDALA JUNIOR, 1993, p. 124).

Além da inspiração vinda da literatura regionalista brasileira, *Um galo que cantou na Baía* ... também tem por temática o nascimento da morna. A personagem principal deste conto é Guarda Tói, guarda alfandegário que sobrevive de pequenos contrabandos e que compunha mornas. Para buscar inspiração para suas composições, Guarda Tói costumava se sentar defronte ao mar, pois para ele a morna deveria surgir das águas, de modo completo, o que faz com que se estabeleça uma relação com a pintura “O nascimento de Vênus”, de Boticelli. Este representativo conto de Manuel Lopes faz a inserção de expressões populares e da língua cabo-verdiana juntamente com o português formal, sendo um exemplar do português literário presente na produção do grupo claridoso.

Coimbra (2001, p. 110) lembra que uma versão revista deste conto de Manuel Lopes foi publicada tendo como título *O Galo Cantou na Baía* e que posteriormente houve uma segunda edição em 1984, em Lisboa, com o título de *Galo Cantou na Baía e Outros Contos*. O hibridismo da linguagem utilizada no conto – inovação trazida pelo grupo claridoso para o

cenário literário da época - merece destaque, sendo um “exemplar do português literário presente na produção do grupo: mistura de português formal, expressões populares e língua crioula” (COIMBRA, 2001, p. 111). De acordo com Abdala Junior (1993, p. 124) ele foi publicado originalmente no segundo número da revista *Claridade* e é considerado como o primeiro conto que possui identificação direta com a cabo-verdianidade.

Por último, neste segundo número da *Claridade* merece destaque a publicação de um conto popular infantil próprio do folclore do arquipélago. O conto *O lobo e o chibinho*, de Baltasar Lopes, escrito em português e que contém expressões na língua cabo-verdiana, vai ao encontro do objetivo do grupo claridoso ao trazer para suas páginas narrativas folclóricas, orais, sendo isto uma característica própria de uma literatura de afirmação nacional. Deve-se ressaltar, de acordo com Coimbra (2001, p. 116), que as fábulas e outras narrativas infantis ao terem seus ciclos e personagens característicos (lobos, princesas e fadas-madrinhas) possuem origem ibérica, sendo este um elemento importante para o modo de ser cabo-verdiano (cabo-verdianidade). Eis um trecho:

Houve grande seca naquele ano. Nos campos não havia nem fio de palha para as alimárias. Ti'Lobo andava muito magro, de corpo relampiado, e sem gosto nenhum da vida. Girava de campo em campo, à procura de qualquer coisa para lhe aguentar a debilidade, mas nada havia de substância para o seu estômago de comilão. Certo dia, já farto de andar, foi parar a uma fonte, a ver se por acaso encontraria por lá alguma chibarrinha perdida de mai. Deu logo de cara com Compadre Chibinho, que estava muito pachá a gozar a sombra de uma empena de barranco. Ti'Lobo arregalou os olhos. É que Compadre Chibinho estava gordo, bonito, tinha mesmo ar de quem tinha comida boa para encher as tripas do corpo (CLARIDADE, 1986, n. 2, p. 8).

O escritor retoma o tema do dilema partir-ficar no terceiro número da revista *Claridade*, com o poema intitulado *Poema de quem ficou*, presente na capa deste exemplar. A temática deste breve poema é o desejo constante de partir do homem cabo-verdiano (evasionismo). No entanto, o eu-lírico valoriza aquele que permaneceu em sua terra, apesar da estiagem e suas intempéries, tais como a seca, a miséria e a fome. E, por isso mesmo, aquele que ficou no solo amado sonha com lugares ainda mais belos do que aqueles que foram vistos por quem partiu. Eis o breve poema:

Eu não te quero mal
por êste orgulho que tu trazes;
Por este ar de triunfo iluminado
com que voltas...
...O mundo não é maior

que a pupila dos teus olhos:
tem a grandeza
da tua inquietação e das tuas revoltas.

...Que teu irmão que ficou
sonhou coisas maiores ainda,
mais belas que aquelas que conheceste...
Crispou as mãos à beira-mar
e teve saudades estranhas, de terras estranhas,
com bosques, com rios, com outras montanhas,
-bosques de névoa, rios de prata, montanhas de ouro
que nunca viram teus olhos
no mundo que percorreste...

(*Poema de quem ficou*, CLARIDADE, 1986, n. 3, p. 1)

A insularidade e a ligação do homem cabo-verdiano tanto com a terra como com o mar são os temas do ensaio “O sentido heróico do mar”, de Artur Augusto (1912-1983). O autor afirma que cabe aos poetas expressar a plena ligação existente entre o homem e o meio que habita, mais especificamente o mar. Além disso, reforça sua crença na capacidade da geração claridosa de exprimir as características e anseios do homem ilhéu:

Nos novos poetas de Cabo Verde, e eu vejo surgir agrupado em torno de CLARIDADE um escol numeroso, mantêm-se as qualidades que venho apontando como características dos povos marinheiros. Nesta época de grave crise para as letras portuguesas, eu tenho a maior fé nos destinos da nova geração de artistas que vejo surgir nesse Arquipélago (CLARIDADE, 1986, n. 3, p. 4).

A emigração forçada, provocada pelas estiagens, e suas consequências diretas, tais como a fome, a miséria e a escassez de recursos vêm a ser a temática de *Poema*, de Jorge Barbosa. O eu-lírico faz um questionamento sobre onde o paradeiro de seu primeiro amor, para quem ele escrevia seus sonetos:

Que é feito da menina que lia romances?
Talvez na Argentina ...
Talvez em Bissau ...
Talvez em Dakar ...
(CLARIDADE, 1986, n. 3, p. 5)

A resposta contendo os nomes desses países faz assim uma denúncia acerca da emigração forçada, o que, segundo Coimbra, torna nítida a intenção do poeta em denunciar de modo indireto a má administração portuguesa, causa da emigração forçada do povo cabo-verdiano:

Estados Unidos, Holanda, Brasil, Argentina e outros países eram destino de boa parte dos cabo-verdianos em busca de trabalho e um futuro melhor; para Guiné-Bissau seguiu um número expressivo, cooptado pela propaganda mentirosa da administração colonial portuguesa, para serem explorados nas lavouras de café, em condições degradantes. De lá voltavam – os que conseguiam – ainda mais pobres.

Dacar, cidade sob administração francesa, substituiu o porto de S. Vicente como ponto de abastecimento e referência para as embarcações na rota para a Europa ou a América, causando desemprego no arquipélago. Impelidas pela miséria e desemprego, muitas cabo-verdianas seguiam para Dacar, para se prostituir (COIMBRA, 2001, p. 120).

Merece destaque também neste terceiro número da *Claridade* o poema lírico “Nocturno”, de Osvaldo Alcântara (pseudônimo poético de Baltasar Lopes). Neste poema há a presença do folclore (fantasmas *gongons*, ou seja, lobisomens) em meio à paisagem da madrugada do Mindelo, uma ilha de São Vicente. Mesmo sendo um poema lírico e com uma atmosfera fantasiosa e nostálgica, o poeta faz uma denúncia dos problemas sociais cabo-verdianos:

Nas casas de colmo a Pobreza nina
o sono dos filhos dos trabalhadores
que sonham com a varinha de condão
que lhes deu sua madrinha Mãe-da-Lua.

(CLARIDADE, 1986, n. 3, p. 8)

Tal como ocorreu no primeiro número da *Claridade*, Manuel Lopes tem sua coluna publicada neste terceiro exemplar, aqui intitulada “Tomadas de Vista”, ensaio sobre as características psicológicas do homem cabo-verdiano. Nele o autor faz reflexões tanto sobre a “plasticidade” do homem ilhéu como também sobre a sua inquietação:

Pela sua plasticidade o caboverdeano revela predisposição para a aceitação imediata dos influxos exteriores – um aspecto da sua psicologia; pela inquietação, o desejo de possuir e de possuir-se num sentido de melhor aquisição e compreensão – outro aspecto (...) Inquietação, ansiedade de superação individual, desejo de progresso, de cultura, - são sinônimos. Plasticidade é uma predisposição natural para a aceitação totalitária da vida, que envolve consequentemente inteligência, seleção, síntese (CLARIDADE, 1986, n. 3, p. 10).

O autor também trata neste ensaio sobre a evasão à qual o povo cabo-verdiano se vê impelido a recorrer perante as adversidades da natureza das ilhas:

Evadir-se (tem sido este o seu destino) para se libertar da deficiência ambiente, procurar a luta onde ela se apresenta num aspecto mais humano e compensador, é, de qualquer modo, uma manifestação contrária à apatia, que engloba o desejo de acção, o mesmo que dizer de progresso, sendo este último entravado em parte por reacções puramente acidentais (CLARIDADE, 1986, n. 3, p. 9).

A leitura dos três primeiros números da revista *Claridade* – que abrange elementos como a busca, a divulgação e a valorização da identidade cabo-verdiana, expressadas em suas diversas formas (língua e musicalidade), bem como a preocupação com os problemas económicos, sociais e políticos do arquipélago (estado de penúria do povo cabo-verdiano *versus* apego telúrico, dando ensejo ao dilema “partir-ficar” do homem ilhéu) e a identificação com a temática da literatura regionalista moderna brasileira – faz com que se possa perceber o desejo do grupo claridoso em produzir uma literatura que fosse o reflexo de uma sociedade miscigenada, colonizada e que vinha sofrendo as duras consequências de um sistema político autoritário, mas que continuava mantendo sua identidade cultural.

No entanto, com o advento da Segunda Guerra Mundial, a revista *Claridade* encontrou dificuldades para a continuidade de sua publicação, o que levou a uma primeira interrupção de sua circulação por um período de dez anos. Nesse hiato temporal, alguns alunos do Liceu Gil Eane, em São Vicente, decidiram lançar uma revista própria. Nascia assim a revista *Certeza*, em 1944, periódico fruto de um grupo composto por Arnaldo França, Guilherme Rocheteau (1924-1999), Teixeira de Sousa, Nuno Miranda (1924-), entre outros. Apesar dessa geração ter sido continuadora das ideias do grupo claridoso, diferenciava-se deste uma vez que “a influência do Realismo superava o Regionalismo, para se encaminhar decididamente contra o colonialismo, numa denúncia mais aberta” (ROMANO, 1984, p. 51).

Certeza, porém, não teve longa duração, visto que seu terceiro número foi interditado, ainda em sua elaboração, pela Censura. Isso se deu, de acordo com Coimbra (2012, p. 125), pelo fato de a revista tecer críticas tanto às estruturas sociais de Cabo Verde quanto ao carácter conservador da imprensa.

Em janeiro de 1947, *Claridade* voltou à circulação com seu quarto número, dando início à segunda fase da revista, tendo João Lopes como diretor e Nuno Miranda como editor, com exceção dos dois últimos números da revista, ocasião em que Joaquim Tolentino ocupou o cargo de Editor.

Esta última fase da *Claridade*, que contou com uma maior gama de colaboradores (muitos deles da geração de *Certeza*), caracterizou-se por uma conotação mais combativa:

A última fase da Revista “CLARIDADE” de 1947 a 1960, é caracterizada pela sua heterogeneidade cultural, como também pela variedade dos seus colaboradores, predominando a jovem guarda que se tornara iconoclasta cem por cento, já com nobre sentido nacionalista. A corrente ou influência socialista é notável, quer no sentido, quer nos temas escolhidos. Os poemas passam a ser instrumentos de apelo e denúncia. A prosa dos contos, as novelas, as narrativas e estórias não mais são que reivindicações a favor da dignidade humana ofendida, sobretudo do homem caboverdiano, ou dos homens cercados e famintos, que morrem estoicamente silenciosos (ROMANO, 1984, p. 50-51).

Ao lado dos antigos fundadores e colaboradores dos números anteriores, esta segunda fase contou com a colaboração de vários autores, tais como Corsino Fortes (1933-2015), Pedro Corsino Azevedo, Arnaldo França, Nuno Miranda, Aguinaldo Brito Fonseca, Mário Macedo Barbosa (1902-1967). Além destes, colaboraram também nesta fase da *Claridade* António Aurélio Gonçalves, com suas novelas *Recaída* e *Noite de Vento*, e Gabriel Mariano, com seus poemas escritos utilizando a língua cabo-verdiana *Galo Bedju*, *Bida'l de Pobre*, *Casamento*, *Finaçom*, *Dinhéro d'es mundo*. Juntaram-se também autores como Henrique Teixeira de Sousa com seus estudos sobre o povo cabo-verdiano e sua formação social (*A estrutura social da ilha de Fogo em 1940*; *Sobrados, Lojas & Funcos: Contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo*), bem como Félix Monteiro (1909-2002) com seus textos sobre o folclore do arquipélago (*Tabanca: evolução semântica*; *Tabanca: uma lenda* e; *Bandeira da Ilha do Fogo: o senhor e o escravo divertem-se*).

Por apresentar um caráter maior de denúncia quando comparada à sua primeira fase, houve uma intensificação da Censura, impedindo o grupo claridoso de expandir e levar adiante o seu projeto, o que, nos dizeres de Baltasar Lopes, fez com que as aspirações dos escritores claridosos não fossem atendidas plenamente:

Cumpriu-se esse sensato desiderato? Só numa mínima percentagem, infelizmente. Quartel de poucos oficiais, falta de preparação especializada nos variados domínios da Antropologia Cultural, dispersão pelas ilhas ou no exterior da maioria dos poucos colaboradores potenciais, o próprio ineditismo do programa tiveram por consequência que poucos números puderam ser organizados e publicados, e mesmo esses com irregularidade no seu espaçamento (CLARIDADE, 1986, p. XIV).

Passados nove anos após a publicação do seu terceiro número, *Claridade* ressurgiu. Em 1947 foram publicados os seus números quatro e cinco, respectivamente nos meses de janeiro e de setembro, garantindo o retorno grandioso da revista:

Nada se havia perdido. Nem degradado. Os homens aí estavam prontos para o combate. E renovados. *Claridade* vinha enriquecida de vários bens. Um deles, a presença de gente da *Certeza*. E neste encontro de duas gerações ou, se quiserem, de duas mentalidades, *Claridade* alargava as suas margens e reconquistava o lugar de órgão cultural aglutinador verdadeiramente representativo da vida mental do Arquipélago, uma das suas feições mais apetecidas e que nunca mais viria a perder (FERREIRA, 1973, p. 269).

No quarto número da *Claridade* foi publicado originalmente o conto “O Jamaica Zarpou”, de Manuel Lopes. Segundo Márcio Roberto Pereira (2011), sua temática se situa no deslocamento da personagem principal em suas diversas facetas:

No caso específico de “O Jamaica zarpou”, a começar pelo título que remete o leitor a uma perda ou a um descompasso, narra-se a trajetória de Maninho, um jovem que se sente exilado nos vários deslocamentos que assolam sua existência (PEREIRA, 2011, p. 183).

Dessa maneira, ao tratar da indecisão de Maninho em viajar com seu pai a bordo do barco Jamaica ou permanecer na ilha, percebe-se o deslocamento da personagem principal em vários aspectos, conforme frisa Pereira:

Desde o deslocamento entre a transição da adolescência para a idade adulta, passando pelo deslocamento familiar (Maninho mora com a tia e não com a mãe, que morreu, ou com o pai, um marinheiro que tenta levá-lo para fora de Cabo Verde), pelo deslocamento intelectual (Maninho vive lendo e não consegue se relacionar com outras pessoas), pelo deslocamento afetivo (o herói sente um amor ideal pela vizinha, Lina, mas relaciona-se com uma prostituta), entre outros. Mas o deslocamento que afeta Maninho com maior intensidade é sua falta de iniciativa entre ficar na ilha ou abandonar tudo e seguir com seu pai a bordo do barco Jamaica (PEREIRA, 2011, p. 183-184).

De acordo ainda com Pereira (2011, p. 189), o quarto exemplar da *Claridade*, além de ser mais extenso quando comparado aos números anteriores, possui uma preocupação evidente com a busca de identidade do homem das ilhas e com a relação deste com seu espaço. É o que se pode observar no poema “Terra-longe”²⁶, de Pedro Corsino Azevedo e no conto “O poeta foi para a terra-longe”²⁷, de Baltasar Lopes, nos quais “o sentimento de perda é correlacionado ao tema da permanência em Cabo Verde” (PEREIRA, 2011, p. 189).

²⁶A versão do poema na íntegra se encontra na seção intitulada “Anexos”.

²⁷A versão do poema na íntegra se encontra na seção intitulada “Anexos”.

As crenças populares do arquipélago se fazem presentes neste número da revista no poema “Terra-longe”, de Pedro Corsino Azevedo, no qual o poeta se vê entre o anseio de retornar à pureza da infância e à evocação das crenças populares. O poeta serve-se “das fontes populares para, a partir delas, criar uma poesia culta de larga significação humana e, em relação ao Arquipélago, revolucionária” (FERREIRA, 1973, p. 240-241). Portanto, apropriando-se do folclore cabo-verdiano, o poeta destacou-se por contribuir para o surgimento de uma modernidade estética (FERREIRA, 1973, p. 241).

Manuel Lopes novamente se destaca com o poema “Consummatum”²⁸, no qual o eu-lírico expressa toda a angústia de alguém que, vivendo na escuridão, aguarda com melancolia a chegada da manhã a fim de aliviar sua aflição, sendo que “o poema refaz de forma poética a sensação de fracasso vivenciada por Maninho no conto “O Jamaica zarpou”, a partir de uma necessidade de franca expansão dos sentimentos do eu-lírico (PEREIRA, 2011, p. 190).

Vera Lúcia de Oliveira²⁹ afirma que a ligação do grupo claridoso com a literatura brasileira transparece também neste quarto número da *Claridade* através da poesia “Carta para Manuel Bandeira”, na qual o poeta, demonstrando uma grande identificação com Bandeira, chama o mesmo de “irmão atlântico”:

É de Jorge Barbosa a poesia “Carta a Manuel Bandeira”, na qual Barbosa define o poeta brasileiro como o seu “irmão atlântico”, incorporando no seu texto o mesmo lirismo intimista e confidencial do outro, assim como a comoção, a ternura e a humildade com que Bandeira falava do mundo das periferias do Rio de Janeiro, onde habitava e onde convivia, como afirma, com “a pobreza mais dura e mais corajosa”: Barbosa imagina um encontro entre os dois autores, em que se detecta uma vizinhança comovida de almas que se compreendem pelas profundas afinidades que os unem (OLIVEIRA, 2010, p. 86).

²⁸A versão do poema na íntegra se encontra na seção intitulada “Anexos”.

²⁹Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br> > Capa > v. 3, n. 1 (2010) > Oliveira. Acesso em: 03 abr. 2017.

No quinto número da revista *Claridade*, publicado em setembro de 1947, destaca-se o estudo da formação social cabo-verdiana feito por Henrique Teixeira de Sousa no ensaio intitulado “A estrutura social da Ilha do Fogo em 1940”. Nele o autor trata da possibilidade de mobilidade econômica e social dos mulatos (filhos de pai e mãe mulatos) na sociedade cabo-verdiana, em comparação aos mestiços (filhos de pai branco e mãe mulata ou preta) e aos brancos, sendo que estes últimos sofreram uma decadência econômica cada vez mais crescente:

Ao passo que os mulatos triunfaram na sua generalidade, a ponto de hoje serem os grandes comerciantes e agricultores da terra, exceptuando uma ou duas famílias brancas que permaneceram isoladas e resistiram e sobreviveram à derrocada, os mestiços, esses, passam a vida a evocar a sua paternidade e mostram-se incapazes de idênticos progressos (CLARIDADE, 1986, n. 5, p. 42).

No sexto número da *Claridade*, publicado em julho de 1948, alguns aspectos dos costumes do povo cabo-verdiano são revelados no ensaio “Tabanca”, de Félix Monteiro. Tendo por tema específico a tabanca, agrupamento que possui uma hierarquia, onde há uma ajuda mútua entre seus integrantes, o autor faz algumas reflexões sobre a evolução semântica da palavra “tabanca”, sua organização enquanto conjunto de pessoas, seus costumes, etc.

Neste exemplar emprega-se também a língua cabo-verdiana em quatro poemas de Gabriel Mariano, com suas respectivas versões na língua portuguesa: “Galo Bedjo” (“Galo Velho”), “Bida’l Pobre” (“Vida de Pobre”), “Casamento” e “Finaçom”. Conforme explica o autor logo após os poemas, as três primeiras composições possuem suas origens no folclore da ilha de Santiago, mais especificamente nos batuques, e trazem consigo “a expressão de regras morais, normas de comportamento e de conceitos elaborados pela experiência” (CLARIDADE, 1986, n. 6, p. 37). Quanto ao último poema, sendo uma obra anônima e popular, ele acredita “ser de notar o seu interesse, não só pela constituição e pela sobriedade descritiva, mas também pela atitude contra-aculturativa que nela se me afigura transparecer” (CLARIDADE, 1986, n. 6, p. 37).

No sétimo exemplar da revista *Claridade*, publicado em dezembro de 1949, pode-se destacar o poema “Vozes”³⁰, de Manuel Lopes, presente na capa deste número. O eu-lírico se apresenta solitário e dividido entre o estado de “vagabundo dos portos” que não foi levado pelo navio e o “homem de entre-mar-e-céu”, que a “voz dos portos” chama com “um lenço a acenar”.

Também se destaca neste número do periódico a continuação do ensaio “Tabanca”, de Félix Monteiro, que teve início no número anterior da *Claridade*. Aqui o autor dá maior enfoque ao aspecto religioso da tabanca, com suas lendas e mitos.

A valorização da língua cabo-verdiana se faz presente também neste número da revista, tendo por autores Gabriel Mariano, Mário Macedo Barbosa, além de finaçons e um batuque da ilha de Santiago. Vale ressaltar que igualmente neste exemplar da *Claridade*, Baltasar Lopes tece algumas considerações sobre a origem e características das finaçons e batuques da ilha de Santiago.

No oitavo número da *Claridade*, datado de maio de 1958, após uma nova interrupção da publicação da revista que perdurou por nove anos, destaca-se o ensaio de Henrique Teixeira de Sousa, que, assim como ocorreu no quinto exemplar da revista, volta a tratar do tema da estrutura social da ilha do Fogo. Tendo por título “Sobrados, lojas e funcos – contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo”, a expressão “sobrados, lojas e funcos”, que aparece frequentemente nas obras do autor, diz respeito a espaços que representam a estrutura social do arquipélago, na qual houve, de modo cada vez mais crescente, a decadência do branco e a ascensão econômica e social do mulato.

Antônio Aurélio Gonçalves faz algumas considerações sobre os poemas escritos na língua cabo-verdiana na revista *Claridade*. Discutindo a questão referente ao uso desta língua como “língua de expressão de uma literatura de que se deseje castiçamente cabo-verdiana”, o autor observa que há aqueles que defendem e outros que criticam essa ideia. Estes últimos, segundo Gonçalves, alegam que o regionalismo é inimigo da universalidade e que o uso excessivo daquele em literatura torna esta restrita apenas aos que conhecem o dialeto, ou seja, somente aos “naturais da região e um ou outro leitor mais interessado ou mais curioso” (CLARIDADE, 1986, n. 8, p. 66).

³⁰A versão do poema na íntegra se encontra na seção intitulada “Anexos”.

Neste ensaio, o autor, por sua vez, posiciona-se a favor da expressão dos poemas na língua cabo-verdiana, uma vez que acredita que com isso se torna possível a valorização desta língua e a constituição de uma genuína literatura cabo-verdiana. Ele complementa seu entendimento, afirmando que “determinados efeitos literários (entre eles, a captação realista de uma região geográfica e psicológica) não se alcança completamente quando seja considerado ilícito o emprego do idioma em que a vida desta mesma zona se exprime” (CLARIDADE, 1986, n. 8, p. 66).

Logo em seguida a este ensaio de Antônio Aurélio Gonçalves foram publicados dois poemas de Jorge Pedro (1933-) na língua cabo-verdiana - seguidos de suas respectivas versões na língua portuguesa - e um texto escrito em língua portuguesa, contendo expressões na língua cabo-verdiana, de Onésimo Silveira. No que se refere aos poemas publicados neste exemplar da *Claridade*, Ferreira observa que por meio da publicação deles se realizou tentativas de expandir a expressão da língua cabo-verdiana do arquipélago. Ilustrando sua afirmação com um dos poemas acima citados (“Djom pó di pilom”), o autor afirma que, sendo um poema de cunho telúrico e que tem o ritmo do tambor como base para sua construção, “há razões bastante para nos convenceremos ter o Autor encontrado na língua regional o meio preciso para exprimir o seu universo íntimo” (FERREIRA, 1973, p. 144).

Por fim, há uma nota, também de autoria de Antônio Aurélio Gonçalves, que busca esclarecer os motivos da nova interrupção que foi feita antes da publicação do oitavo número da *Claridade* e anunciar os novos colaboradores do periódico:

Depois de uma longa interrupção, reaparece CLARIDADE. Quem conheça o nosso meio não estranhará que uma revista desta natureza não tenha a periodicidade e a regularidade de publicação que todos nós do grupo que a fundou desejávamos. Quartel de poucos oficiais, e esses poucos espalhados pelos quatro cantos do mundo, com as limitações impostas pela pequenez do meio e pelas necessidades do ganho do pão de cada dia, não é com pequeno esforço que temos conseguido organizar e publicar os oito números já editados. Mas agora contamos com elementos novos, saídos do liceu, que se vêm juntar à turma da primeira hora: o ficcionista Virgílio Pires, o Terêncio Anahóry, o Jorge Pedro, o Ovídio Martins, o Onésimo Silveira, o Gabriel Mariano, de quem, infelizmente, não podemos inserir a colaboração neste número (CLARIDADE, 1986, n. 8, p. 76).

O último e mais extenso número da *Claridade*, publicado em dezembro de 1960, é descrito por Ferreira da seguinte forma:

Em 1959 se edita o nº 9 e nele, para além de se confirmar tudo o que deixámos dito a propósito do nº 8, se dá a conhecer um excelente poeta em crioulo, Sérgio Frusoni, e três poetas de língua portuguesa: Corsino Fortes, Francisco Mascarenhas e Virgílio de Melo. E dela sobe ainda esta esperança:

a ‘recuperação’ de um contista revelado há longos anos com *Noite de guarda cabeça*, e subscreve agora *A família de Aniceto-Brandão* (FERREIRA, 1973, p. 273-274).

Neste nono e último número da *Claridade*, também há textos em que a língua cabo-verdiana surge em diálogos das personagens em meio ao texto escrito em língua portuguesa, tais como “Beira do Cais”, de Virgínio Melo (1925-), “Titina”, de Virgílio Pires (1935-) e “Cantigas de Ana Procópio”, de Félix Monteiro.

Conforme citado anteriormente, este exemplar da revista diferencia-se dos demais por conter duas ilustrações em preto e branco – uma se situa na capa e outra está localizada na página 70 deste número, sendo esta última um linóleo de Rogério Leitão, de página inteira, trazendo uma mulher negra, com lenço na cabeça e socando pilão, preparando o milho para a *cachupa*, prato típico cabo-verdiano. Logo em seguida vem um poema de Jorge Pedro, intitulado “Cutchidêra lâ di fora” (com o título traduzido para a língua portuguesa como “Cuchideira lá de fora”), que, ao tratar da temática do trabalho doméstico, procurar expressar a ideia da crença em dias melhores, com chuva e abundância, tal como se pode observar neste verso do poema:

Se o milho não é bastante
se chuva não há,
olha para o céu
o borrifo virá.

(CLARIDADE, 1986, n. 9, p. 75)

No final deste número há um texto intitulado “Colóquio sobre assuntos cabo-verdianos”, o qual faz um convite a um amplo debate sobre as questões relacionadas ao arquipélago:

O trabalhador científico, por exemplo, já não pode contar apenas com as suas forças e aptidões individuais. Regista-se uma espécie de colectivização de processos de trabalho. Trabalho de seminário, trabalho de turma. Uma troca de ideias e opiniões que só redundará em benefício, se atendermos a que, se um só não pode fazer tudo, muitos juntos e de boa vontade podem produzir uma soma de trabalho em proveito das comunidades humanas (CLARIDADE, 1986, n. 9, p. 81).

Por último, este exemplar da *Claridade* anuncia duas obras que tinham sido publicadas na época: o romance *Os Flagelados do Vento Leste*, de Manuel Lopes e o volume de poemas *Cais de Ver Partir*, de Nuno Miranda, ambos autores claridosos. O texto também ressalta as dificuldades encontradas na publicação dos nove números da revista e nem sempre compreendidas:

Diga-se de passagem: nem todos podem compreender os heroísmos que se escondem debaixo de cada página que publicamos. Se já na própria Metrópole isto é assim, que admira que nestas ilhas esparsas, e esparsas não espiritualmente mas pelas suas delongas de comunicação e pelas suas indigências de fontes e estimulações de cultura viva, sejamos tão pouco férteis. Saudemos nos dois livros indicados acima mais uma prova da nossa vitalidade, da nossa resistência moral (CLARIDADE, 1986, n. 9, p. 83).

Além de todas as dificuldades materiais encontradas pelo grupo claridoso em conseguir publicar a revista *Claridade*, muitas críticas foram direcionadas ao projeto cultural e literário empreendido. Onésimo Silveira teceu duras críticas aos escritores da revista, acusando-os de guardarem certa distância do povo cabo-verdiano, não considerando a sua realidade sociocultural, conforme pondera Ferreira:

Imbuídos de uma erudição que não tinha em conta as realidades socioculturais do Arquipélago, foram-se distanciando das massas de que inicialmente faziam parte e impregnando-se de um complexo de sedimentos de saberes que, pela força de expansividade e correlativas possibilidades de aceitação muito contribuíram para esse afastamento do povo, embora servindo-se deste para as suas criações literárias de fundo pretensamente telúrico (FERREIRA, 1973, p. 293).

No entanto, no prefácio da revista *Claridade*, Ferreira rebate as acusações acima afirmando que “a chamada ‘evasão’ textual da *Claridade* outra coisa não era do que o recurso inconsciente contra a reclusão sem esperança. Funcionava como um protesto contra as condições limitativas impostas pelo sistema colonial” (CLARIDADE, 1986, p. LXIV). Além disso, Ferreira (1973, p. 294) também lembra que os intelectuais claridosos empregaram da melhor forma possível os meios de que dispunham na época, de modo que se deve admirá-los por terem inovado estética e literariamente naquele momento, sendo que “Onésimo Silveira parece haver esquecido o facto importante de os escritores do grupo *Claridade* terem cumprido, no tempo, a sua missão”.

Onésimo Silveira também tinha a opinião de que os escritores da *Claridade* não abordaram o tema da emigração compulsória para as ilhas de São Tomé e Príncipe, mas somente para as Américas:

Tanto assim que só se reflecte nas obras dos claridosos (i.e., os escritores ligados à revista *Claridade*, cuja publicação se iniciou em 1936) o facto da emigração para as Américas e jamais a emigração degradante para terras como São Tomé e Príncipe, coexistente com aquela, mas que eles escritores nunca desejariam para si mesmos (SILVEIRA, 1963, p. 11 *apud* MARGARIDO, 1980, p. 458).

Essas ideias são combatidas por Margarido que, ao defender os escritores claridosos, afirma que na verdade estes agiram de acordo com as convicções do povo cabo-verdiano que

preferiu sempre não recordar a triste realidade das emigrações forçadas para as ilhas de São Tomé e Príncipe, onde as condições de sobrevivência eram ainda piores daquelas às quais se submetia o povo do arquipélago:

Pode-se dizer que Onésimo Silveira denuncia, com a severa justeza que caracteriza os seus pontos de vista, a prática dos autores cabo-verdianos da geração claridosa. Creio todavia que convém ponderar a situação, pois os autores não podiam separar-se da ideologia do arquipélago, que quis recusar a verdade desta emigração dolorosa, ocultando-a (...) A emigração para São Tomé e Príncipe, que é tanto masculina quanto feminina e, algumas vezes, se bem que raras, familiar, só pudera ser assumida pelos cabo-verdianos nos anos 50, quando a elaboração das formas teóricas da resistência ao colonialismo tinham começado a esboçar-se (MARGARIDO, 1980, p. 458-459).

Apesar de todas as críticas que o grupo claridoso sofreu, é inegável o papel inovador do movimento e da revista *Claridade*. No tocante a esta última, é notável seu valor como instrumento difusor de novas ideias para a época, promovendo a busca e valorização da identidade crioula num período de intensa censura salazarista. Tendo por modelo a literatura regionalista brasileira, os escritores cabo-verdianos puderam buscar suas raízes identitárias. Essa estreita relação com a literatura brasileira pode ser observada em todos os números da revista *Claridade*, sendo que “até o último número da revista (1960) o Brasil permanece como padrão ou intertexto nos estudos do folclore, da língua, das estruturas sociais e da produção literária” (GOMES, 2008, p. 133).

Desse modo, o grupo claridoso tinha por objetivo voltar-se para a realidade concreta das ilhas, tendo por base a relação do homem com o ambiente que o rodeia, como bem explica Mariano:

No caso da *Claridade*, esse propósito era entender o ‘nosso caso, isto é: o Caso de Caboverde’ (palavras de outro pioneiro: Baltasar Lopes). Já aqui se revela uma identificação útil e fértil em consequências: a do homem com o seu meio; a do caboverdeano com Caboverde: O ‘nosso caso’ é o ‘caso da nossa terra’. Ora, essa identificação ou pelo menos esse querer a identificação com o meio além do seu aspecto imediato (atitude assumida por um grupo) revela também que a sociedade caboverdeana, atendidas as suas origens plurirraciais e atendidos os mecanismos de ‘química social’ que determinaram a formação de povos mestiços afro-europeus, continha já em 1936 os méritos capazes de aglutinar indivíduos de ilhas diversas e de formações diferentes e de fornecer a esses indivíduos um motivo de preocupação comum: fincar os pés na terra e entender Caboverde. Entender e revelar o ‘Caboverde caboverdeano’, o Caboverde total -, ampliando-se, por conseguinte, as áreas de experiência do artista; por outro lado: aprender as angústias, os conflitos, as inquietações do caboverdeano, entendido este como ser definível por um conjunto concreto de relações: geográficas, económicas, sociais, e aprofundando-se, por conseguinte, o conhecimento do

homem crioulo; da sua movimentação no espaço e no tempo (MARIANO, 1991, p. 97-98).

A revista *Claridade* trouxe temas até então não tratados pelos escritores da época, sendo que “a grande viragem consistiu na procura de temas do dia a dia, o drama do homem das ilhas, o universo da seca, das fomes, da insularidade e da emigração” (SEMEDO, 1998, p. 91).

As contribuições da revista *Claridade* para a valorização da cultura e da identidade cabo-verdiana foram decisivas para uma nova forma de fazer literário nas ilhas:

Ficou-se sabendo da existência científica da Nossa Língua, da riqueza atávica e força popular do nosso folclore, das fontes longínquas da nossa literatura oral através de estórias e cantigas locais, de conterrâneos que escreviam poemas arrojados e de vanguarda, de outros compatriotas que conseguiam descrever cenas da Nossa Terra que quase ninguém ainda tinha mencionado e de que muito pouco se sabia entre nós (ROMANO, 1984, p. 49).

Ao voltarem a atenção para a realidade do arquipélago, assumindo-a, e ao valorizarem o povo cabo-verdiano com sua forma única de pensar, sentir e persistir esperançosamente diante das dificuldades, os escritores claridosos contribuíram para a afirmação cultural e literária cabo-verdiana, produzindo um novo e autêntico fazer literário.

Dessa forma, mesmo diante de uma imprensa incipiente, com poucos recursos materiais e sob uma censura que pretendia impedir o surgimento e continuidade tanto do movimento cultural *Claridade* quanto da revista do grupo de intelectuais cabo-verdianos, o periódico, ainda que com algumas interrupções na publicação de seus números, foi um fator determinante para que o próprio povo do arquipélago tomasse consciência de sua identidade. Esta revista, ao recuperar a singularidade da cultura crioula com a conexão de diversas artes – música, pintura e literatura – não só enfatizou o modo peculiar de pensar, de ser e de sentir do homem ilhéu (cabo-verdianidade) como também promoveu uma emancipação cultural, com o intuito de fazer emergir uma literatura cabo-verdiana livre das amarras do cânone português.

CAPÍTULO 3

CHUVA BRABA

1. Apresentação da obra

Chuva Braba, romance escrito em 1954 e publicado em 1956, recebeu inicialmente o título *Terra Viva*, tendo sido em sua primeira edição classificado como “novela cabo-verdiana”. Esta denominação inclusive foi dada pelo próprio autor, porém os críticos da época consideraram a obra como “romance”, conforme recorda Manuel Lopes:

(...) Foram os críticos. A estrutura de *Chuva Braba* é de romance. Mas aconteceu que eu chamei uma novela, uma novela extensa. E isso não agradou, visto eu estar a falsear o verdadeiro significado do livro. O livro tem uma amplitude que não têm as novelas. E eu disse: “Chamem-lhe o que quiserem. Chamem-lhe romance”... E ficou Romance. Mas isto não tem uma aplicação que possa ser comprometedora, ou qualquer coisa assim. Surgiu. E eu acho normal, natural (COSTA, 2002, p. 229).

Assim como as demais produções literárias de Lopes, o romance tem como fio condutor a ligação profunda entre o homem e a sua terra natal. Este vínculo telúrico é caracterizado pelo sentimento bipartido do homem cabo-verdiano, ou seja, o apego extremo a Cabo Verde e o desejo de buscar melhores condições de vida fora do arquipélago. Desse modo, o constante dilema entre a necessidade de partir e o desejo de ficar permeia toda a narrativa de *Chuva Braba*.

Mané Quim, um dos sete filhos de nha Joja, é o protagonista do romance. Ambos vivem com Jack, irmão mais velho do protagonista, na Ilha de Santo Antão, mais precisamente na área rural de Ribeira das Patas, em Cabo Verde. Seus dois outros irmãos, Joãozinho e Tiago, partiram para diferentes lugares e nunca deram notícias. Sobre Joãozinho havia um boato de que tinha morrido no mar e sobre Tiago percebia-se, por suas poucas cartas enviadas à família, que estava em um lugar que não propiciava uma boa qualidade de vida. O sofrimento de nha Joja com a partida dos dois filhos para lugares desconhecidos e com a falta de notícias de ambos faz com que Mané Quim se sinta inseguro quanto a sua decisão de partir para o Brasil juntamente com o padrinho. Além disso, diante da estiagem que assola suas plantações, Mané Quim fica dividido entre permanecer em sua terra e aceitar o convite de seu padrinho brasileiro nhô Joquinha para partir.

O romance é constituído de vinte capítulos divididos em duas partes, sendo que na primeira parte a personagem principal, apesar de não demonstrar firmeza em sua decisão inicial de permanecer em sua terra, decide ficar, deixando claro o seu amor e apego à “terra-mãe”. Já na segunda parte, devido à persistente seca, parte juntamente com seu padrinho para a vila litoral de Porto Novo, onde os viajantes costumam embarcar para a ilha de São Vicente,

com destino ao Brasil. Porém, perante a “chuva braba” que presencia em Porto Novo, Mané Quim se encoraja e decide regressar para Ribeira das Patas.

Observa-se que o fenómeno da diáspora – deslocamento da terra natal para outros locais – está presente na narrativa, uma vez que nho Joquinha, o padrinho “brasileiro” de Mané Quim, saiu de Ribeira das Patas e partiu para o Brasil, permanecendo em Manaus, onde conseguiu prosperar economicamente. Porém, com o jovem protagonista da narrativa não ocorreu o mesmo. Apesar de ficar dividido entre partir e ficar e de súbito decidir viajar até Porto Novo a fim de embarcar para o Brasil, escolhe voltar para a terra natal, demonstrando a decisão clara de permanecer em Ribeira das Patas, objetivando não somente reconstruir sua vida, mas buscar suas raízes e lutar por sua identidade e dignidade.

Esta decisão final de Mané Quim reflete o ideal do grupo claridoso do qual o autor fez parte: “fincar os pés na terra”. Ao optar por ficar em sua terra natal, a personagem principal reafirma o apego telúrico intenso do povo cabo-verdiano. Evidencia-se aqui o posicionamento ideológico e político do autor que pretendia produzir uma literatura autêntica, que girasse em torno do contexto nacional de seu país, não mais seguidora dos estereótipos europeus, objetivando a afirmação de sua identidade e o enaltecimento dos valores cabo-verdianos, a fim de “promover a identidade nacional e democrático-popular do país” (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 124).

Além da afirmação de uma literatura cabo-verdiana independente dos padrões eurocêntricos, é perceptível a nítida presença dos ideais claridosos em toda a narrativa de *Chuva Braba*, tais como a valorização tanto da terra natal como a valorização da língua, dos costumes, das tradições e da cultura cabo-verdiana, conforme se poderá observar neste estudo.

2. Análise diegética de *Chuva Braba*

2.1. Narrador

A narrativa de *Chuva Braba* é realizada na terceira pessoa, através de um narrador heterodiegético onisciente, com intrusões precisas deste na diegese, por meio de suas impressões sobre as personagens e sobre as suas ações. Logo, por meio de suas intrusões, o narrador manifesta seus juízos de valor acerca do comportamento de determinadas personagens. Pode-se observar isto neste trecho em que o narrador traça algumas características físicas da personagem de Sansão, homem entregue ao álcool e à prostração:

Sansão saltou do catre, ágil como um cabrito. As mãos magras de dedos ossudos e enegrecidos pela nicotina puseram-se a puxar pelos cóis das calças como pelas borlas dum saco: dava pulinhos de macaco traquinas a cada puxão (...) Tipo raro, de pernas arqueadas e curtas (...) e uma expressão gaiata que denunciava, por certo rictus, sua natureza descuidada e corrompida (LOPES, 1965, p. 95-96).

Enquanto narrador heterodiegético onisciente, mesmo não participando do universo diegético como personagem, possui uma visão ampla da ação da narrativa, perscrutando os diversos pensamentos e estados emocionais das personagens - suas angústias, tristezas, dilemas, receios, esperanças e anseios. É o que se pode depreender do trecho em que o narrador expõe os pensamentos e sentimentos da personagem de Escolástica sobre Mané Quim, com quem tem uma relação amorosa:

“Os homens não param num lugar”, repisava Escolástica de si para si, enquanto, apoiando-se nas mãos e nos pés, resvalava pela estreita garganta. Ora estão aqui, ora estão acolá, como se tivessem nagóia³¹ nos pés. Mas não estão bem nem aqui nem acolá, porque não tomam afeição a nada e a ninguém. Joaninha é que fazia bem não querendo saber de homem para coisa nenhuma (LOPES, 1965, p. 64).

Através das intrusões do narrador, nota-se o desejo da personagem Escolástica em não ver seu amado, Mané Quim, partir para terras estrangeiras, apesar de ter a crença de que os homens das ilhas quase sempre vão embora e, por fim, não são felizes em lugar algum.

2.2. A construção do espaço da narrativa e suas implicações no querer bipartido cabo-verdiano representado na obra

Antes de se adentrar especificamente na análise das personagens de *Chuva Braba*, deve-se observar o espaço da narrativa, elemento gerador da cisão destas em dois grupos opostos: um voltado para a convicção de permanência na terra natal e outro direcionado para a intenção de partir para lugares desconhecidos.

Dessa maneira, o narrador apresenta personagens que circulam por dois espaços completamente diferentes – espaço rural e litorâneo – e que representam o dilema partir-ficar. Tendo por base o vínculo telúrico profundo existente entre o homem e a terra, percebe-se, portanto, que existem duas situações opostas que constituem o tema principal de *Chuva Braba*: a constante dualidade na qual o indivíduo, de um lado, se encontra perante a necessidade de partir e a vontade de ficar (presente na primeira parte da narrativa), e, de outro, a necessidade de ficar e o desejo de partir (que se manifesta na segunda parte da narrativa).

³¹ Conforme definição do glossário situado ao final de *Chuva Braba*, é um coleóptero cinzento-azulado aquático, voa quando as lagoas onde habitam secam. O povo acredita que esmagando-a nas plantas dos pés de bebés preguiçosos ajuda-os a caminhar depressa. Tornam-se inquietos e dados à vadiagem quando crescidos.

Com efeito, a própria divisão do romance ressalta a existência deste dilema do homem cabo-verdiano. Na primeira parte, que possui o ambiente rural como espaço da ação diegética, o apego à terra se faz presente, predominando o desejo e a decisão inicial da personagem principal, Mané Quim, de permanecer em Ribeira das Patas. Mas, depois de vivenciar um grande dano em sua pequena propriedade (Ribeirãozinho), o rapaz toma a resolução inesperada de partir com seu padrinho para o Brasil. Na segunda parte, que tem por cenário o litoral (Porto Novo), a decisão inicial do jovem de partir para um lugar desconhecido (Brasil), num primeiro momento, prevalece diante da necessidade de deixar sua terra natal. No entanto, posteriormente, a forte chuva presenciada em Porto Novo desperta em Mané Quim a decisão de regressar.

De acordo com o que foi exposto anteriormente, observa-se que na primeira parte de *Chuva Braba* há o espaço físico circunscrito à ilha de Santo Antão, mais precisamente à localidade rural de Ribeira das Patas. Percebe-se aqui a presença latente da terra como elemento principal, à qual está vinculada diretamente o desejo de ficar, dando ensejo ao intenso apego telúrico do homem cabo-verdiano.

Por meio do extremo apego de Mané Quim com seu Ribeirãozinho, observa-se uma estreita relação entre o homem e a terra, marcada pela constante esperança na chuva, elemento fundamental em torno do qual giram todos os anseios das personagens:

O Ribeirãozinho e os sequeiros do Norte pertencentes a mãe-Joja estavam adentro da área do seu governo, mas os sequeiros não o comoviam; trabalho de sequeiro era mecânico e rotineiro, as plantas davam na vontade de Deus, os homens pouco faziam. O Ribeirãozinho só porque tinha um fio de água a escorrer da rocha punha-lhe os sentidos e o coração despertos. As plantas de regadio pediam afagos de homem, afagos e amor; sem afagos e amor, morriam. É por isso que, entre as propriedades de mãe-Joja, dava antes preferência ao Ribeirãozinho, embora considerasse todas as outras dentro da esfera das suas obrigações e governo (LOPES, 1965, p. 29).

Interessante notar que na narrativa de Lopes esta intensa ligação do homem com a terra assume uma conotação materna, expressando o vínculo do homem com a terra *mater*. Percebe-se, então, que há a invocação da natureza como mãe acolhedora dos homens:

A voz da água caindo de pilar em pilar ecoou ribeiro arriba. Esse falar de água na terra era para Mané Quim a coisa mais preciosa deste mundo. Como se a própria natureza se comunicasse com ele na sua mais íntima e voluptuosa linguagem. Uma e outra, terra e água, se completavam para exprimir a glória da vida e da permanência da vida. E o homem ao escutar essa voz não podia deixar de compreendê-la e amá-la. Sim, amar a mãe-Terra e a mãe-Água com toda a força e pureza do Amor, compreendê-las como o menino compreende a linguagem da mãe e a canção de embalar e a profunda significação do embalo daqueles braços, e neles aprende a

conhecer a segurança e a proteção contra as ameaças desconhecidas (LOPES, 1965, p. 158).

Na segunda parte do romance o espaço físico vem a ser a vila litoral de Porto Novo, prevalecendo outro elemento oposto à terra: o mar, que desperta a vontade de partir para o desconhecido, incitando, assim, a emigração para terras distantes e mais promissoras. Porém, todo este universo litorâneo, que representa o elemento desconhecido e, portanto, novo para Mané Quim, não desperta neste o entusiasmo e o fascínio, mas provoca uma sensação de ameaça e de aflição, avivando em seu íntimo a saudade de sua terra natal e a firme vontade de não partir:

Sua vida era mansa, enxada na mão, no meio de montanhas, longe do vento e das trabuzanas do mar. Nada ali se assemelhava a esta contradança doida, a não ser, em certas horas de chuva rija, os ribeiros roncando fundo. Mas era uma voz que incutia entusiasmo e vontade de viver, dava coragem e força à gente. De lá de riba dos montes da sua ribeira o mar era como um lençol azul, uma água silenciosa e bonita. Não tinha essa brabeza, não ameaçava ninguém. Um grande tapume de pastagem. Mas aqui de perto... O ressoar da rebentação das ondas entrou-lhe nos ouvidos com violência, tomou conta de todo o seu ser como se fosse a única realidade do momento, como uma coisa superior a todas as outras coisas do mundo (LOPES, 1965, p. 221).

A representação do espaço físico das ilhas, tanto na área rural quanto na área litorânea, confere verossimilhança à narrativa, sendo que “os lugares do romance podem ‘ancorar’ a narrativa no real, dar a impressão que eles o ‘refletem’” (REUTER, 1996, p. 59).

Com efeito, pode-se observar que convivem no homem cabo-verdiano dois polos antagônicos explicitados na divisão dos espaços físicos representados no romance *Chuva Braba*, ou seja, um apego telúrico ao solo amado e um apelo evasionista desejoso de se lançar ao desconhecido. Os agrupamentos correspondentes a cada espaço físico representado na obra exercem influência, de forma direta ou indireta, sobre a decisão de Mané Quim relativa à escolha entre ficar em Ribeira das Patas ou partir para o Brasil.

Nota-se, então, que a construção da obra em duas partes representa o grande dilema cabo-verdiano. De um lado, há o espaço rural, trazendo intrinsecamente o desejo de ficar na terra amada. Porém, a escassez de chuvas traz consequências à produção agrícola e influi diretamente nas condições de subsistência da população. Esta situação gera uma instabilidade constante ao povo cabo-verdiano, que, diante disso, percebe a necessidade de partir para lugares desconhecidos. De outro lado, existe o espaço litorâneo que convida à evasão, despertando a vontade de partir para terras mais prósperas, desejo este muitas vezes impedido pela consciência do homem cabo-verdiano de que terá, com a decisão de partir, de renunciar ao que lhe é mais sagrado: a terra.

Configura-se, dessa maneira, o querer bipartido, fruto do conflito entre o telurismo e a evasão, concretizando-se no dilema partir-ficar e podendo ser resumido nas fórmulas “ter de partir e querer ficar” e “ter de ficar e querer partir”. Assim, há uma dualidade angustiante presente no íntimo do indivíduo: este se sente dividido entre uma saudade tanto de um passado quanto de um futuro, afetando tanto aquele que permanece na terra natal, quanto o que parte para terras desconhecidas, pois o que opta por ficar sempre terá dúvidas se fez a melhor escolha e aquele que decide partir tem consciência do seu desenraizamento e isto lhe causa uma grande angústia. Desse modo, seja qual for a decisão tomada pelo homem cabo-verdiano, haverá instabilidade e inquietude em seu íntimo, pois existirá em seu ser uma “saudade do passado, saudade de um futuro (...), sendo a consciência dorida de uma inteireza irrecoverável, da incapacidade de ser ubíquo” (BAPTISTA, 2007, p. 184).

Diante do dilema partir-ficar em que se encontra, o homem cabo-verdiano não possui mais tranquilidade: se fica na terra natal, sempre se questionará se não deveria ter partido em busca de novos lugares a fim de transpor sua insularidade e de angariar condições melhores de subsistência; se parte para o desconhecido, além do sofrimento causado pelo deslocamento, a dúvida em seu espírito permanecerá quanto ao êxito tanto de sua inserção social no novo destino quanto de sua jornada.

Assim, o querer bipartido provoca uma cisão no íntimo do ilhéu, ficando este “dividido, portanto, entre o apelo profundo de suas raízes e a perspectiva de libertar-se das poucas ou nenhuma alternativa de trabalho, dos problemas da seca, das lestadas, da miséria” (SANTILLI, 1985, p. 24).

Para que se possa compreender melhor o dilema partir-ficar, faz-se necessário abrir um parêntese aqui para se observar a noção de insularidade e seus desdobramentos, segundo os critérios propostos por Maria Luísa Baptista³².

Segundo a autora, o dilema partir-ficar cabo-verdiano está vinculado à insularidade do arquipélago, que se traduz pelo isolamento do povo das ilhas perante outras nações. Esta condição insular possui três dimensões – geo-histórica, sócio-cultural e vivencial.

³² Disponível em: <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/EB001.pdf>. Acesso em 04 jul. 2016.

A insularidade geo-histórica refere-se às condições geológicas e climáticas das dez ilhas que formam o arquipélago. O adverso regime eólico e a escassez de chuvas trazem consequências diretas à produção agrícola e influem nas condições de subsistência da população. A alternância dos períodos de chuva e de seca, com chuvas irregulares e pouco abundantes de agosto a outubro e longos períodos de estiagem (que podem inclusive perdurar por anos) por si só desencadeia uma situação de instabilidade constante ao povo das ilhas.

Perante as características da insularidade geo-histórica e suas consequências, o cabo-verdiano tem de conviver com situações muito difíceis, tais como o deslocamento forçado para outras terras (diáspora), o isolamento em relação a outras pátrias e a necessidade de saber lidar em difíceis circunstâncias caracterizadas pela fome e pela miséria.

Entretanto, paradoxalmente, o isolamento do homem cabo-verdiano, causado pela condição insular das ilhas, desperta no indivíduo a consciência de sua identidade nacional “entendida como especificidade de uma adequação relacional entre os homens, e o estilo peculiar da adequação destes ao condicionalismo ambiente. Em Cabo Verde, a consciência da cabo-verdianidade coincide com a da sua específica insularidade” (BAPTISTA, 2007, p. 22).

Cabe ressaltar que este processo de consciência da identidade nacional foi reforçado pelo movimento cultural Claridade (que deu origem à revista *Claridade*) no início dos anos 30. Conforme observado no capítulo anterior deste trabalho, este movimento, – do qual fez parte o autor de *Chuva Braba* – com o ideal “fincar os pés na terra”, assumiu um importante papel no processo de autoconhecimento e de busca de identidade do povo cabo-verdiano. Dessa forma, a geração claridosa, portanto, teve por objetivo “delinear um perfil do cabo-verdiano, pela perspectiva do próprio cabo-verdiano” (SANTILLI, 2007, p. 23).

Todo este processo de consciência da identidade nacional configura a dimensão sócio-cultural da insularidade, que ainda será analisada, de modo mais detalhado, neste trabalho.

Voltando à análise da representação do espaço físico na narrativa de *Chuva Braba*, percebe-se que a insularidade geo-histórica está presente, portanto, na representação do espaço físico em *Chuva Braba*, com todo o cenário de estiagem e de carência econômica da primeira parte do romance e na representação da movimentação citadina da vila litoral de Porto Novo, presente na segunda parte da obra.

Por meio do uso de pausas descritivas, o narrador apresenta ao narratário, sob a ótica da personagem de Mané Quim, o cenário do Ribeirãozinho presente na primeira parte da trama:

Quando chegou ao regadio do Ribeirãozinho já a manhã rompera, e a vertente superior do Curral das Vacas recebia o sol de chapa. Galgou os pilares. As plantações pediam água como sempre. O feijão ia resistindo protegido pelas próprias sombras mas os pés de mandioca e as batateiras tinham as extremidades das folhas curvadas para baixo, embora orvalhadas pelo cacimbo da noite (...) Olhou para o interior do pequeno tanque de terra batida. Uma muíña de água inútil dormia no fundo; nem dava para molhar a levada. As regas tinham passado ultimamente a ser feitas de quatro em quatro dias, com o tanque mal cheio. Conta de refrescar as plantas, mantê-lhes a vida por um fio sem devolver-lhes o vigor perdido. A função delas agora não era crescer nem produzir. Deu-lhe vontade de chorar (LOPES, 1965, p. 82).

Contrastando com o estilo de vida tranquilo do meio rural da primeira parte da narrativa, a agitação da vila litoral de Porto Novo é descrita pelo narrador de modo vibrante:

Porto Novo é vila de futuro, dizem. Uma estrada paralela à praia corta-a ao meio; é a rua principal. No seu portinho aberto de mar picado balançam, quase sempre, um ou dois faluchos vindos de S. Vicente. O comércio progride. As lojas são providas de toda a sorte de bugigangas (...) A clientela é vasta, quase a terça parte da população dos campos da ilha cai ali. Trazem produtos agrícolas, trocam ou vendem, invadem as lojas (...) Contrabandistas de aguardente pululam. Até a hora da debandada das tropas de burricos, dos homens e mulheres de campo, ao meio-dia ou uma hora da tarde, a estrada enche-se de movimento e gritos num vaivém de feira ambulante, canastras, frutas, lenha, gado. Os faluchos zarpam ajoujados. S. Vicente devora tudo, pede mais (LOPES, 1965, p. 178).

Observa-se que os dois espaços representados no romance são completamente opostos também quanto à questão da configuração dos ambientes. No espaço rural, torna-se evidente a relação do homem com o meio em que está inserido, marcada pelo contato afetivo com a natureza e pela perfeita sintonia do indivíduo com esta, proporcionando a este uma sensação de plenitude e de liberdade. Neste espaço físico de Ribeira das Patas a ação se desenvolve predominantemente em ambientes externos, ao ar livre, como se nota no segundo capítulo do romance, logo após Mané Quim receber a proposta do padrinho nhô Joquinha:

As montanhas postavam-se à volta nuas, cinzentas, estáticas, à espera da noite. O silêncio já não era bem silêncio, mas um imenso ouvido à espreita, um ouvido sem perturbação, atento e sensível a todos os ruídos, a todas as expressões de vida que vibravam no ar (...) Era, sobretudo, o bruhahh difuso, - música de fundo ou ressaca longínqua que se desfazia em número infinito de lançadeiras microscópicas quase imperceptíveis, e se desprendia da natureza inanimada e por momentos pairava no ar (...) Para Mané Quim era essa a realidade, a sua realidade de vinte e três anos. Desde que nascera até hoje tinha sido essa a sua música familiar, a música que os seus ouvidos melhor entendiam (LOPES, 1965, p. 24-25).

A forte e íntima ligação telúrica de Mané Quim com a natureza que o cerca confere uma estabilidade à ação do jovem nesse ambiente, inscrevendo “a sua actuação vivencial, elemento imprescindível de focagem, não de uma filosofia, mas da imanente maneira de ser teluricista do sujeito do enunciado” (BAPTISTA, 2007, p. 55).

Interessante observar que o telurismo fortemente presente na primeira parte de *Chuva Braba* se traduz na presença de personificações da natureza, de aforismos e de metáforas, recursos discursivos que na narrativa de Lopes reforçam a intensa ligação entre o homem com a terra, justificando o seu enraizamento com a terra *mater*.

A natureza em *Chuva Braba* não apenas caracteriza o espaço físico rural, mas é um elemento com o qual o homem possui uma profunda comunhão, como se fosse algo intrínseco a este. Dessa forma, muitas vezes, ela assume feições humanas na narrativa, tal como ocorre na descrição pormenorizada do banho da personagem Escolástica, enamorada de Mané Quim, em um riacho:

Abandonou o depósito, envolveu-se, frienta, no lençol; acocorou-se batendo os queixos. A aragem que até então deslizara imperceptivelmente num delicioso vagabundeio, transformou-se num súbito pé de vento, sarabundeou, tomou uma qualidade tátil de abraço gelado envolvendo-a; as figueiras bravas sacudiram os ramos e soltaram algumas folhas; as bananeiras despertaram do seu sono em pé, e os inhames agitaram no ar as monstruosas mão espalmadas. Mas após a queda das folhas, e um breve murmurinho de galhos batidos, a ordem restabeleceu-se e o silêncio voltou de novo (LOPES, 1965, p. 66-67).

Os aforismos vêm a ser a solidificação de um conhecimento empírico, presentes, sobretudo, na transmissão oral em sociedades inicialmente iletradas (BAPTISTA, 2007, p. 160). Essa típica manifestação de saber dessas sociedades ocorre, em forma de adágios, de modo relativamente constante e reiterado em *Chuva Braba*, principalmente nos conselhos da personagem de nhô Lourencinho a Mané Quim (“quem larga a terra perde a alma” e “olho de dono é o melhor estrume”).

O recurso discursivo da metáfora também é recorrente na narrativa, evidenciando o estreito vínculo telúrico homem-terra. Por meio da utilização frequente do termo “laço” estabelece-se a ideia de ligação entre o indivíduo e seu solo de origem como algo definitivo, alicerçada na contínua fé e esperança de tempos mais prósperos:

Tal era o mundo de Mané Quim. Mundo acanhado esse – meia dúzia de socalcos, uns regos sequiosos, uma nascente moribunda – mas que lhe bastava. Bastava-lhe porque acreditava no futuro do Ribeirãozinho (...) Esta esperança era um laço. E tudo seria possível – todos os planos e todas as lutas – enquanto o laço se não desfizesse, ou não se quebrasse, o fio que o amarrava àquele sonho ... (LOPES, 1965, p. 121).

Por outro lado, no espaço litorâneo de Porto Novo, o deslocamento e o desconforto de Mané Quim são claramente perceptíveis, uma vez que o ambiente desconhecido e agitado da vila litoral reforça na personagem principal a sua inquietação e angústia, já anteriormente instaladas em seu íntimo com a proposta de seu padrinho. Além disso, as ações das personagens, contrariamente ao que ocorre na primeira parte de *Chuva Braba*, desenvolvem-se em ambientes fechados, acentuando a atmosfera de opressão e de desconforto, como se nota neste trecho em que o protagonista se encontra alojado no quarto do amigo contrabandista Mariano:

Mané Quim continuava quieto sobre os sacos estendidos no chão duro de terra calcada. Fechou os olhos no escuro (...) Os ratos brincavam sobre o seu corpo, e não ligava. Faziam reianata à volta dele, entre as suas pernas, chiavam de alegria. Os gorgulhos dos sacos entravam-lhe para dentro da camisa, picavam-no como percevejos, mas ele só ouvia a ressaca das ondas rocegando os cascalhos da praia (LOPES, 1965, p. 221).

O mar, sempre presente neste espaço físico, assume um aspecto assustador e ameaçador para Mané Quim:

Mané Quim agarrou com ambas as mãos os umbrais da porta. Diante dele o canal era um caldeirão que fervia. Lá dentro nenhum homem se salvaria. Sentiu medo do mar (...) Preferia a paz da sua ribeira mansa. Na sua ribeira a chuva cai nesse momento como uma esmola de Deus. Preferia ouvir a ribeira roncando no fundo (LOPES, 1965, p. 241).

Além desses aspectos que configuram o espaço físico de Porto Novo, há um espaço social caracterizado pelo individualismo e pela cobiça. Isto é perceptível na conduta da personagem de Arthur, comerciante ganancioso e indiferente à situação de penúria da comunidade da qual faz parte. Em diálogo com a personagem de nhô Joquinha, observa-se que as secas servem-lhe para vender aquilo que falta à população:

- Não desejo mal ao povo. Sou comerciante. O senhor conhece bem o que são estas coisas. Faço cá a minha vida, mas franqueza franquezinha, a chuva que é bem para uns pode também ser mal para outros. Cada um se vai governando como pode. A seca pode beneficiar muita gente ... (LOPES, 1965, p. 188).

Tal como ocorre com a personagem de Arthur, elementos como indiferença, egoísmo e inveja também marcam o caráter da personagem de Mariano, contrabandista de grogue que mora em Porto Novo e que já conhecia Mané Quim. Mariano representa a emigração sonhada, uma vez que possui o desejo de abandonar Porto Novo, porém não tem oportunidade para tanto. Almejando partir para longe dali, Mariano cobiça ir também para o Brasil e chega a pensar em matar o amigo para poder viajar no lugar deste:

Teve um mau pensamento. Que é que essa besta ia fazer no Brasil? Só um estupor como ele, Mariano, não tinha sorte igual, um diabo dum padrinho também que o levasse para longe. Invejou o amigo com inveja má, com rancor. Ah! se ele morresse nesse mesmo instante, ali sobre aqueles sacos ... Se tivesse a certeza ... Sim, que é que essa besta ia fazer no Brasil? Botaria pé de carreira para nhô Joquinha: “Se você quer vou com você. Leve-me com você prô Brasil. Sou homem pra tudo”. Era, no fundo, amigo do Mané Quim. Queria-lhe mal nesse momento porque se sentia desdenhado pelo destino que escolhia outro em vez dele. Era ele quem merecia essa sorte, tinha mais serventia do que o outro (LOPES, 1965, p. 224-225).

Contrastando com este espaço portuário inóspito, a primeira parte do romance possui um espaço social caracterizado pela união entre os habitantes de Ribeira das Patas, consolidando o comunitarismo e a solidariedade, o que fica evidente na preocupação de nhô Lourencinho em relação à possível partida de Mané Quim. Em seus conselhos ao jovem, transparece sua firme convicção sobre a decisão a ser tomada:

- Então ... volveu nhô Lourencinho, com as sobrelhas em arco e um sorriso diplomático na cara impassível. Não queres sair daqui, ahn? Pois tu vais, tu vais e já não volta mais. Dize que eu é que disse. Sentido na cabeça de rapaz é como mosca de burro: tanto morde que bicho perde tino. Já fui rapaz também. E se não fiquei em S. Vicente é porque não tinha criação nem sangue pr'àquelas basofarias. E mesmo assim ia perdendo a alma ... (LOPES, 1965, p. 91).

Além do espaço físico e social representados na obra, convém também destacar um trecho de *Chuva Braba*, presente na sua segunda parte, no qual há a presença de uma atmosfera psicológica perturbadora e intensa para a personagem principal, Mané Quim. O espaço psicológico então pode ser observado, uma vez que em meio à angústia de estar em um ambiente completamente diferente do que estava acostumado e sentindo-se ainda confuso e em dúvida sobre a decisão de efetivamente partir para o Brasil, o jovem tem um sonho terrível com seu padrinho, nhô Joquinha. No pesadelo, este perseguia o afilhado durante uma tormenta no mar e o atingia com golpes de faca em sua cabeça. Como se encontra sonolento e perturbado com isto, Mané Quim não consegue distinguir o que é sonho e o que é realidade:

Madrugada alta, Mané Quim acordou angustiado. Arregalou os olhos no escuro. Não fez um movimento. Talvez fosse inútil. O seu primeiro raciocínio foi de que mesmo que quisesse não poderia arrancar-se dali. Na barafunda do sono, ainda mal desperto, julgou-se um homem liquidado. Devia ter uma faca enterrada na cabeça e pregada no chão. Sentira-a penetrar. Qualquer coisa fria tinha-lhe perfurado a testa à esquerda, e um líquido fresco riscava-lhe o crânio de alto abaixo. Os galos cantavam, e as suas vozes roufenhas chegavam como que de outro mundo, abafadas por um rumor denso e prolongado (LOPES, 1965, p. 237).

O espaço psicológico no romance também se configura por meio de monólogos interiores das personagens. Nhô Joquinha, na primeira parte de *Chuva Braba*, ao refletir sobre a ajuda que Jaime, pai de Mané Quim, lhe ofereceu para sua partida de Ribeira das Patas no passado, conclui que possui uma espécie de dívida com o amigo já falecido:

Tinha uma velha dívida a saldar com o pai do Mané Quim. O que se deve aos mortos paga-se aos filhos dos mortos. Foi ele quem o convencera a abandonar a terra. Recomendara-o a um parente, gerente dum Ship-shandler em S. Vicente. Não foi difícil a esse parente do velho amigo meter Joquinha num vapor panamense como ajudante de cozinheiro (...) O destino andou com ele sobre as águas do mar durante um ror de anos – dez ou doze, já não se lembrava puxando-o ora para um vapor, ora para outro (...) Por esse tempo ele era – como gostava de dizer – um *wonderkind*, não passava dum *wonderkind*; sem famílias, sem prisão, sem porto (LOPES, 1965, p. 135-136).

Percebe-se que, por meio do uso do recurso do fluxo de consciência, o narrador exprime toda a preocupação da personagem nhô Joquinha em retribuir o favor recebido do pai do jovem, uma vez que tem a convicção de que a única e melhor solução para o futuro de Mané Quim é a partida para o Brasil.

2.3. Análise das personagens da narrativa: telurismo *versus* evasão

Ao dividir o espaço da trama, o narrador apresenta as personagens de forma a haver, de certo modo, uma cisão entre dois grupos que representam, assim, o querer bipartido, fator que caracteriza, ao lado do telurismo, o protagonista ao longo de toda a narrativa de *Chuva Braba*. Consequentemente, observa-se em ambos os espaços representados na narrativa a presença da terceira e última modalidade da classificação de insularidade proposta por Baptista: a insularidade vivencial, composta pelo telurismo, pela religiosidade, pela evasão e pelo já citado querer bipartido.

A resistência típica do homem cabo-verdiano ao sofrimento causado tanto pelo clima extremamente difícil das ilhas, marcado pelas sucessivas e longas estiagens, como pela condição insular de isolamento caracteriza a insularidade vivencial, com todos os seus elementos antagônicos entre si, de forma que o indivíduo empregue “enraizadamente todas as forças numa produtividade que se nega, hábito só abandonado no limite em que se lhe sobrepõe o instinto da sobrevivência que, esse, fará subverter todas as éticas” (BAPTISTA, 2007, p. 25).

Importante destacar que ainda que Lopes tenha buscado inspiração na realidade difícil das ilhas e de seus habitantes para compor *Chuva Braba*, não se trata, obviamente, de um retrato fiel do mundo que o cerca. O escritor interpreta a realidade a sua volta, agregando

suas motivações ideológicas, interpretação esta que realiza “com sua capacidade de clarividência e com a onisciência do criador, soberanamente exercida” (CANDIDO, 2014, p. 65).

O escritor, em entrevista a Michel Laban, expõe justamente esta ideia acima:

Por estranho que pareça, outras personagens, precisamente as de primeiro plano, foram todas “inventadas”, quero dizer, são criações fictícias, não inverosímeis. Quando digo que foram inventadas não pretendo afirmar que não se relacionam com a realidade observada. Apenas estou querendo dizer que não partiram de nenhum modelo em particular – pelo menos em seus modos de ser e de agir – pois as invenções literárias são produto, insisto, dos resíduos deixados no nosso mundo afectivo pelas observações que, directa ou indirectamente, nos afectaram ... (LABAN, 1992, p. 67).

Desse modo, na primeira parte da narrativa, o grupo de personagens, em sua maioria, incentiva a permanência da personagem principal, Mané Quim, em sua terra natal (com exceção de algumas personagens favoráveis à evasão). Configura-se, dessa maneira, nesta primeira parte da narrativa, o telurismo, assumindo, desse modo, uma força que impulsiona o homem cabo-verdiano a prosseguir em sua luta, em seu ideal consistente em “fincar os pés na terra”, encarando todas as adversidades intrínsecas à terra insular, amando-a e valorizando-a, conforme reforça Baptista:

Consubstancia-se numa intensa força anímica que visa ultrapassar, assumindo-a, a precariedade dos recursos insulares, dada a contingência quer das águas quer das secas e decorrente cortejo de desgraças. A terra é simultânea e paradoxalmente a mãe que sustenta, a mulher que se ama, a morte inexorável que extermina (BAPTISTA, 2007, p. 26).

Deve-se frisar que a atitude teluricista do homem cabo-verdiano compreende fatores como a consciência da adversidade do clima e o receio da estiagem, a valorização implícita da água (tanto das chuvas quanto das nascentes), a valorização da terra (que atua como mãe, sustento e morte do seu povo) e o entendimento dos limites físicos do solo (BAPTISTA, 2007, p. 152).

Mesmo diante da pequena extensão da superfície arável cabo-verdiana e da instabilidade do regime hidrográfico e eólico, o solo, apesar de possuir uma rentabilidade instável, adquire um valor sagrado e incalculável, sendo a ligação do indivíduo com a terra um fator intrínseco ao homem cabo-verdiano. Na obra de Manuel Lopes esta forte ligação manifesta-se como uma relação parental, como se ambos tivessem a mesma origem, a terra *mater*.

Percebe-se, então, que na primeira parte de *Chuva Braba*, as personagens representativas do mundo rural prevalecem, com suas tradições, crenças, angústias e

esperanças. Desse modo, elas se caracterizam pelo telurismo e pela religiosidade, em oposição à evasão - com exceção das personagens de nhô Joquinha (representante da emigração realizada para o Brasil), de nhô André e dos dois irmãos de Mané Quim, Tiago e Joãozinho (ambos partiram, no entanto, não deram mais notícias suas e, conseqüentemente, não se tem certeza do êxito de sua emigração). Com efeito, nesta parte da narrativa, são exemplos da representação do apego telúrico tanto a personagem principal, Mané Quim, como a personagem secundária de nhô Lourencinho.

Mané Quim, um jovem de vinte e três anos, possui desde o início da narrativa o firme propósito de permanecer em sua terra natal, Ribeira das Patas, conforme se pode claramente observar, por exemplo, neste trecho da narrativa:

Não só o corpo, mas a alma também entregava-se à prisão da terra que o vira crescer e fazer-se homem. Como o fogacho do relâmpago e o estampido do trovão, era um apego que o cegava e ensurdecia para outras paragens e para outras vozes arredadas (...) Amava trabalhar rijo, e o seu prazer era pensar que a terra não recusava tudo ao esforço dos seus braços e ao suor do seu rosto. O homem devia ter orgulho em dizer: “Isto aqui era pedra sobre pedra, e fiz correr água e virar verde”. A satisfação de criar vida onde havia só cascalheira e sede era a sua grande ambição e alegria (LOPES, 1965, p. 123-124).

Com a vinda de nhô Joquinha, o padrinho “brasileiro”, instaura-se uma inquietação em seu ser, pois este procura incentivar o afilhado a partir com ele para o Brasil. Ao mesmo tempo, esta angústia fortalece seu apego à terra, despertando nele a necessidade de continuar lutando pelo que é seu e pela sua identidade:

Padrinho Joquinha matou no afilhado a inocência em que vivera até então. Acordou nele sentimentos novos, uma espécie de consciência nova. Não do que ele e a terra representavam um para o outro, mas um sentimento obscuro, o instinto do homem que se sente desapossado do seu bem, e a ele se agarra com toda a força e a tenacidade desse instinto primitivo. Sim, o padrinho tirou-lhe a paz do coração (LOPES, 1965, p. 87).

Necessário se faz observar que, não obstante o profundo vínculo da personagem de Mané Quim com a terra natal, surge no seu íntimo, após o convite de seu padrinho, não somente uma angústia diante da decisão a ser tomada, mas também uma progressiva indecisão que gera, por consequência, o querer bipartido, presente até o momento em que já se encontrava em Porto Novo, prestes a embarcar com o padrinho:

No fim do longo caminho de água, uma terra onde os homens não paravam, uma terra grande, de trabalho contínuo e dinheiro, onde a chuva descia com fatura e não havia fome e medo como aqui, uma terra muitas e muitas vezes maior que Santo Antônio e S. Vicente juntos. Mas lá na ribeira deixara a sua gente, a mãe-Joja, o Jack, a Escolástica, seus bocados de terra. A saudade pegou nele como uma mão poderosa (LOPES, 1965, p. 221-222).

O dilema partir-ficar da personagem principal expressa o modo como o querer bipartido ocorre nesta obra de Lopes. Partir acarreta a sensação de remorso antecipado, permeado por um misto de insatisfação, ambição e traição, e ficar significa tanto indecisão e falta de iniciativa quanto uma atitude corajosa e telúrica, concluindo-se que “decidir é dividir-se; e também agir” (BAPTISTA, 2007, p. 181).

A decisão final do rapaz em regressar para seu Ribeirãozinho reafirma seu laço afetivo ao solo natal e concretiza a emigração frustrada, conforme se nota em suas palavras a nhô Joquinha, enquanto observava a forte chuva que caía em Porto Novo:

- Não é uma pouca de água. Choveu toda a noite. Chuva braba. O Ribeirãozinho deve estar a transbordar até o primeiro pilar, com certeza ... É lá o meu lugar agora. (Como se dissesse: “O destino do soldado é defender o seu posto”) (LOPES, 1965, p. 249).

Nota-se, dessa forma, que o herói em sua trajetória, ao longo da narrativa, adquire cada vez mais consciência de si próprio enquanto homem cabo-verdiano, ciente de sua identidade e de seus valores, e reafirma a sua crença no papel da terra como elemento transformador da realidade trágica das ilhas, através da esperança na vinda restauradora da chuva:

De facto, por mais adverso que seja o cenário e, por conseguinte, por mais duras que devam ser as vivências, o homem não será seu escravo a partir do momento em que consciencialize a morfologia da situação para nela inscrever de forma inteligente, logo crítica e deliberada, a sua actuação (BAPTISTA, 2007, p. 192).

O telurismo, representado por Mané Quim, também é característica marcante da personagem secundária de nhô Lourencinho que, movido por um profundo amor ao lugar onde sempre viveu e por uma grande esperança na chuva - elemento revitalizador ansiosamente aguardado em uma terra marcada por tantas estiagens e pela miséria - tenta convencer Mané Quim a permanecer na terra natal, pois acredita firmemente que esta é a melhor decisão.

Nhô Lourencinho (assim como a personagem de nhô Vital), em nosso entendimento, configura um tipo psicológico – o ancião sábio – que, no contexto cabo-verdiano, representa os mais velhos que, tidos como portadores de experiência de vida e de sabedoria, são consultados pelos mais novos a fim de darem seu parecer sobre determinados assuntos.

Esta personagem, ao representar o conhecimento adquirido através da experiência de vida dos mais velhos, expressando a sabedoria que guia os mais novos em suas escolhas e decisões, simboliza, dentro da classificação proposta por Baptista (2007), o telurismo e a religiosidade típicos do povo cabo-verdiano. Dessa forma, possui um papel essencial na

decisão final de Mané Quim em permanecer em Ribeira das Patas, pois a sua fé e sua convicção da necessidade do trabalho contínuo na terra para que esta frutifique são exemplos para o jovem. Logo, nhô Lourencinho é respeitado por todos e suas palavras assumem um tom profético:

- Olha – disse de repente pondo de novo o indicador em movimento. Quem vai longe não volta mais. O corpo pode um dia voltar, mas a alma, essa, não volta mais. É suor do rosto todos os dias, toda a hora, e calos nas mãos, que fazem a alma aguentar aqui. Pensas que a terra dá alguma coisa sem fé? Pensas? Sem fé a terra dá grama, e grama é maldição, ouviste? Quando eu era rapaz desta alturinha assim, estive em S. Vicente a estudar. Passados dois anos voltei. Voltei quase sem alma. Nunca mais arredei pé deste chão (LOPES, 1965, p. 91).

É possível notar que as palavras de nhô Lourencinho guardam estreita relação com a morna “Hora di Bai” - “Hora da Partida”, de Eugénio Tavares. Observando-se um trecho desta emblemática morna de Tavares sobre a problemática da emigração, é possível notar a cisão entre o corpo e a alma do homem cabo-verdiano. De modo diverso das palavras de nhô Lourencinho, mas expressando a mesma ideia de separação entre corpo e alma, o eu-lírico afirma que mesmo que o corpo vá embora, a alma fica (“Corpo catibo/Bá bo que é escrabo/Ó alma bibo,/Quem que al lebado?” – “Corpo cativo/ Vai tu que és escravo!/Ó alma viva,/Quem te há de levar?”)

O extremo apego telúrico e a perseverança de nhô Lourencinho simbolizam a luta constante de um povo que não se deixa abater diante das dificuldades. Esta atitude se torna evidente no diálogo que nhô Lourencinho tem com nhô Joquinha, o padrinho “brasileiro” de Mané Quim:

- Se fosse a ti deixava o moço estar quieto onde está e seguia o meu caminho – Lourencinho brandindo uma pedra tremia de indignação enquanto falava. Vadios sem vergonha; vadios sem vergonha! Quem vai não volta e se um dia volta é só pra vender o que deixou, como estás fazendo, e dar mau exemplo e contar basofarias à rapaziada nova ... Que é que uma criatura vai fazer por este mundo de Cristo sem saber o que lhe pode suceder na vida, alma perdida a cevar naquilo que não é seu? (LOPES, 1965, p. 161).

Ainda nesta primeira parte do romance, a despeito do querer bipartido, há a fé em dias melhores, ao lado do telurismo, impulsionando o ânimo do homem cabo-verdiano a, incansavelmente, dar prosseguimento ao cultivo de sua árida terra, com a firme esperança desta produzir frutos abundantes. A religiosidade, consolo para a inquietação e angústia do homem cabo-verdiano, contrapõe-se, portanto, ao estado de resignação e de abatimento do indivíduo, encontrando na confiança ilimitada da vinda da chuva a sua maior expressão, sendo

a fé o que “sustém o vigor anímico, escora a acção individual e agrega (re-liga) os homens” (BAPTISTA, 2007, p. 189).

Há em *Chuva Braba* a menção constante a essa fé inabalável na chuva, crença esta baseada no “estudo” que nas ilhas é feito pelos mais velhos das condições meteorológicas e climáticas, saber desenvolvido e acumulado por gerações, consistente na observação do clima e na previsão de possível ocorrência das desejadas chuvas. No romance, existe esta referência à tradição de se consultar a opinião dos anciãos, representados pelas personagens de nho Lourencinho e de nho Vital. A personagem de Zé Viola, trabalhador braçal, expressa esta fé em certo momento da narrativa, ao dialogar com nhô Joquinha:

- Ocê falou na chuva acabar ... Nhô Vital não diz assim. Sabe ocê, segredo das águas a gente estuda na feição do tempo, a gente estuda no cariz das rochas, nas nuvens, na linha do mar, na cor que o céu mostra, no anel da Lua, na endireitura do vento, no cheiro que ele traz. Tem mil maneiras. Uns sabem estudar melhor que outros. O lunário de nhô Vital não fala assim como ocê. Nhô Vital estuda no lunário e sabe ver nos astros. Diz que vai chover – e quando ele diz que chove é porque chove – a não ser se Deus não quer (LOPES, 1965, p. 17).

Já o grupo de personagens da segunda parte de *Chuva Braba* tende a incentivar o rapaz a se evadir, a partir para terras mais prósperas, fazendo-se presente, então, na narrativa de Lopes outro elemento da insularidade vivencial: a evasão (BAPTISTA, 2007, p. 149).

Para o povo cabo-verdiano, a partida para terras desconhecidas, muitas vezes, surge como alternativa para a resolução de um conflito em que o indivíduo se encontra. Ao mesmo tempo em que há a entrega abnegada à terra, com suas intempéries causadas pela instabilidade climática e, principalmente, pela escassez de chuvas, o homem ilhéu se vê rodeado pelo mar que o cerca e o aprisiona. Logo, ele tem consciência de sua vulnerabilidade humana e de seu isolamento, o que produz um estado constante de insegurança e de ansiedade no seu íntimo, levando-o a concluir que a evasão, a partida para lugares desconhecidos é a solução:

Em última análise, quando a insatisfação, mais ainda do que as carências, atinge grau elevado, poderá constituir-se na alavanca decisiva, pelo próprio facto de o indivíduo crer ter pouco a perder na jogada que arrisca, na projecção de si próprio para o desconhecido. Analisada a situação, verificado o desequilíbrio entre o sujeito e o meio, verificada a incapacidade individual de reorganização do que se tornara ambiental e socialmente do domínio do caótico, a deslocação do sujeito aparece como a solução, difícil e dolorosa mas acessível, do conflito instalado (BAPTISTA, 2007, p. 168).

Dessa forma, a emigração configura a ruptura mais imediata da evasão sendo que há “entre essas rupturas, inevitavelmente, a saudade dos ambientes, dos amigos e familiares, a

saudade de si, das relações de cada indivíduo com quem o cerca e com o que o cerca, saudade da sua cultura e da sua pátria primeira” (BAPTISTA, 2007, p. 169).

Simone Caputo Gomes (2010, p. 332) lembra que primeiramente ocorreram migrações internas no arquipélago, tanto do interior para o litoral bem como das áreas rurais para as áreas urbanas; depois, houve migrações inter-ilhas, com vistas às ilhas que apresentassem melhores condições econômicas. Além disso, houve as emigrações para a pesca de baleia e para as roças de São Tomé e, por fim, as emigrações para os três continentes – África, América e Europa. Além disso, deve-se ressaltar também que a população cabo-verdiana é composta de 1/3 (um terço) de habitantes nas ilhas e 2/3 (dois terços) na diáspora, correspondendo a um total de um milhão e quinhentas mil pessoas atualmente.

Logo, na primeira parte da narrativa de *Chuva Braba*, mesmo sendo o espaço rural o cenário da ação diegética e havendo a predominância de personagens que se caracterizam pelo telurismo, há personagens que, manifestando total desânimo perante as sucessivas estiagens que tornam a terra estéril e total descrença na vinda da chuva, procuram dissuadir a personagem principal a ficar em Ribeira das Patas.

É o que ocorre com a personagem que vem a ser o antagonista da narrativa, nhô Joquinha, o padrinho “brasileiro” do protagonista, representante da evasão na narrativa por ter conseguido realizar uma emigração bem-sucedida para o Brasil.

Sentindo-se na obrigação de ajudar o afilhado a ter melhores condições de vida, uma vez que, no passado, Jaime, pai de Mané Quim, fez o mesmo por ele, nhô Joquinha procura convencer Mané Quim a deixar a vida miserável de Ribeira das Patas. Já no primeiro diálogo que trava com o jovem, faz uma comparação entre os tempos de fartura e o estado de miséria em que se encontram aquelas terras, procurando incutir um estado de desânimo no rapaz:

- Como ia dizendo, fiquei espantado quando não vi água caindo das rochas como antigamente. Isto está ficando ruim, está ficando medonho, rapazinho (...) Cadê o cheiro a fartura, aquele ar de satisfação, aqueles tambaques de milho às portas que deixei quando parti? (...) Tudo ralo – continuou – os tapumes cor de cinza, as terras queimadas – feliz de quem encontra um caminho longe para fugir atrás da chuva que fugiu das ilhas (...) Certamente tens de procurar outra vida, é isso que tens de fazer. Aproveitar a oportunidade e tomar uma decisão. Porque um aguaceiro à toa sobre estes campos ardidos não remedeia nada (LOPES, 1965, p. 13-14).

Em uma clara alusão ao mito de Sísifo, o padrinho “brasileiro” é mais incisivo em suas palavras, manifestando sua opinião acerca da impossibilidade de uma vida melhor em Ribeira das Patas:

- Uma pedra bem pesada que erguemos a custo pela encosta acima, e, antes de alcançar o topo, torna a rolar para o fundo porque a não podemos sustentar –

e há-de irremediavelmente cair a cada tentativa reforçada – isso nunca foi futuro para ninguém. Futuro não é marcar passo. Quando pensamos no futuro temos sempre em mira consertar a vida. É por isso que pensei em ti, rapazinho, e quero te levar comigo para Manaus. Tu aqui não serves para nada, não passas de uma energia desperdiçada. Te estudei bem, teu futuro está lá fora (...) Como te disse, podes perfeitamente estabelecer uma mesada à comadre. Ganharás o suficiente para isso (LOPES, 1965, p. 14-15).

Tal como ocorre com a emigração forçada, causada pelas contínuas estiagens das ilhas, nhô Joquinha impõe sua decisão ao afilhado sem nem mesmo consultar a sua opinião e vontade:

- Agora está decidido, te levarei comigo para Manaus. Pensa bem então. Vai consultar a comadre Joja, estudem bem estudado antes de tomarem qualquer decisão. Vai e explica tudo muito bem à comadre. Ora sim, dá-lhe mantinhas e dize-lhe que passarei por lá antes do fim da semana (LOPES, 1965, p. 15).

Todavia, percebe-se, a nosso ver, que a insistência da personagem de nhô Joquinha em convencer o afilhado Mané Quim a partir juntamente com ele para Manaus carrega em si motivos pessoais.

Primeiramente, é preciso considerar que, apesar da emigração bem-sucedida para o Brasil, onde se fixou em Manaus e conseguiu ter um razoável retorno financeiro, a ruptura com sua terra natal provocou consequências definitivas em seu íntimo. Joquinha representa o homem cabo-verdiano que precisa evadir-se de seu país, emigrando para terras desconhecidas a fim de tentar obter uma situação financeira melhor para si e para sua família. A consequência disto vem a ser o seu desenraizamento do solo amado, impossibilitando, assim, que o indivíduo seja o mesmo que deixou a terra natal.

O narrador de *Chuva Braba* torna isto bem explicitado na fala sentenciosa da personagem do velho sábio nhô Lourencinho, que afirma que “Quem vai longe não volta mais. O corpo pode um dia voltar, mas a alma, essa, não volta mais” (LOPES, 1965, p. 90-91). Decorre, então, desta situação, a sensação permanente de solidão, ainda que o indivíduo se sinta integrado ao novo ambiente. É o que a personagem de nhô Joquinha confessa ao amigo André:

Me sinto só onde quer que me vire (...) Em Manáus tenho amigos, oh sim. E te digo mais, me sinto lá como na minha terra. Nem sei como é que o povo duma terra tão grande se parece tanto com o povo das minhas ilhas. Já te falei disto muitas vezes. Simplesmente os amigos que lá arranjei, são amigos velhos e não velhos amigos (LOPES, 1965, p. 142).

Além de se sentir sozinho, o homem cabo-verdiano possui saudade de si mesmo, bem como saudade dos ambientes e das pessoas pertencentes ao seu vínculo familiar e de amizade:

Afinal, viajar muito caleja, mata antecipadamente as saudades; com o tempo verificamos que as saudades que sentimos não são inspiradas só nos lugares e nas pessoas queridas, mas principalmente no passado ligado aos lugares e às pessoas. E esse passado afinal das contas somos nós mesmos. Como vês é uma ilusão. Podes crer. As saudades estavam mortas, sim, porque deixámos de ter razões para as sentir; porque ousámos, posso assim dizer, ultrapassar aquele limite para lá do qual as intempéries da vida tomam conta de nós. As intempéries substituem em nós uma alma por outra. É talvez o que nhô Lourencinho quer dizer quando fala em perder a alma. Mas as saudades estavam mortas também porque os costumes, a vida, os amigos que deixámos se modificaram – e nós em primeiro lugar (LOPES, 1965, p. 140-141).

A sensação de solidão da personagem em questão é agravada porque não teve filhos, o que desperta em si o desejo de cuidar de Mané Quim, do qual foi padrinho de batismo, como se este fosse um filho seu:

Me sinto só, é o que é. A gente em ganhando idade tem precisão dum filho (...) Tu compreendes, não tenho família chegada. Foi sorte ter baptizado este moço antes de viajar, sorte para ele e para mim também. Agora, ao deixar Manáus, disse ao sócio que vinha matar saudades e buscar um filho que cá deixei (LOPES, 1965, p. 140).

A melancolia, solidão e nostalgia da personagem de nhô Joquinha são características do emigrante cabo-verdiano que partiu para terras estrangeiras e lá conseguiu obter certa estabilidade financeira. Com efeito, observa-se que a obtenção de êxito na nova jornada em lugares desconhecidos não é sinônimo de felicidade, pois ela implica no desenraizamento e consequente rompimento do indivíduo com sua identidade. No entanto, mesmo com a separação do homem de sua terra natal o vínculo afetivo com esta não se esgota, permanecendo sempre a saudade dela e de tudo que a compõe. Em um tenso diálogo da personagem de nhô Joquinha com a personagem de nhô Lourencinho, isso se torna inequívoco na fala do padrinho de Mané Quim:

Perder a alma para você talvez seja para mim ganhar a vida. Talvez. Mas o certo é que perdi a alma, aquela espécie de alma que você não quer ver fugir do corpo do meu afilhado, e que não é outra coisa senão o rosário de amizades, ternuras, dedicações, hábitos, recordações, compromissos de coração que a ausência, o tempo e a morte vão roubando ... (...) O que digo é que, perdendo a alma, fiquei um pouco diferente. Perdi a inocência, quem sabe, perdi a felicidade talvez. No fundo, talvez eu é que tenha mudado e não os outros. Trago o fastio na boca e na minha nova alma, ora sim ... (LOPES, 1965, p. 162).

Por esta razão, a personagem do padrinho “brasileiro” é um tipo psicológico (emigrante bem-sucedido) que exprime o desejo do homem cabo-verdiano de sair de sua terra em busca de melhores condições de vida, mas que, ao fazer isto, ainda que obtenha êxito, sente-se solitário e nostálgico em relação à vida que tinha nas ilhas.

Com o regresso, ainda que breve, a Ribeira das Patas e com o instinto paternal despertado em seu íntimo com relação ao afilhado, nhô Joquinha procura retomar, de certa forma, o vínculo perdido com a terra natal, numa tentativa de retorno às raízes, as quais, na verdade, nunca deixaram de existir para o padrinho “brasileiro”. A nosso ver, talvez seja a busca por suas raízes a verdadeira razão para nhô Joquinha desejar tanto levar consigo Mané Quim, ainda que precise usar de artifícios enganosos para tal feito:

Desde uns tempos para cá, em Manáus, venho pensando maduramente no afilhado. Não achas que na qualidade de padrinho tenho certos poderes ... enfim, sou um segundo pai dele, posso usar de meios ... não quero dizer amarrá-lo, arrastá-lo, mas ... enganá-lo até, não achas? (...) Gostava que ele fosse comigo. Faço questão (...) Só o que quero é que ele vá (LOPES, 1965, p. 143).

E, de fato, após tramar com Zé Viola a destruição do Ribeirãozinho de Mané Quim, nhô Joquinha consegue que o afilhado o acompanhe até Porto Novo, porém, sem sucesso diante da chuva “braba” que cai na vila litoral e provoca o regresso do jovem para Ribeira das Patas.

Entretanto, convém lembrar que, além da evasão enquanto deslocamento físico, tal como é representada pela personagem de nhô Joquinha, há em *Chuva Braba* a representação de outras formas de evasão. Estas não se limitam ao deslocamento espacial concreto do indivíduo, mas ocorrem por meio de comportamentos alienantes representados na obra de Lopes por meio das personagens secundárias de nhô Lourencinho, de nha Joja, de nhô Sansão e de Mariano. Ainda que não tenham partido para outras terras, estas personagens representam uma evasão sem partida ou evasão alienante, visto que se sentem impotentes para transformar a realidade em que vivem, manifestando comportamentos que reduzem o sujeito a uma só dimensão, comprometendo ou até prejudicando o bem-estar e o progresso do meio em que vivem (BAPTISTA, 2007, p. 171).

Seguindo este raciocínio, observa-se, de acordo com nosso entendimento, que esta evasão alienante se concretiza através de uma espécie de fuga: no silêncio (nhô Lourencinho), na resignação e no passado (nha Joja), na prostração, na dissipação de bens e no álcool (nhô Sansão) e na prática de atividades ilegais (Mariano).

A personagem de nhô Lourencinho, apesar do forte apego telúrico que representa, refugia-se num certo recolhimento e silêncio:

Homem de poucas falas, parecia ter mais gosto em conversar com as plantas do seu quintal e com os seus bichos. Viúvo, vivia com uma irmã surda e entrevada que passava quase todo o dia fumando canhoto estendida na espreguiçadeira ao canto do quarto. Nhô Lourencinho que outrora fora conversador brabo, habituara-se ao silêncio, e estava virando maníaco ultimamente (LOPES, 1965, p. 89).

A personagem de nha Joja constitui outra faceta da evasão alienante. Após o falecimento de Jaime, seu marido, seus dois filhos Tiago e Joãozinho partiram para lugares desconhecidos, sendo que apenas o primeiro havia mandado duas cartas à família, vindas de um local que a mãe não sabia soletrar, pois “era um nome arrevezado que nada representava para ela” (LOPES, 1965, p. 42). Por meio de uma de suas cartas ficou-se sabendo que Tiago não estava vivendo em boas condições financeiras e que, mesmo desejando regressar, não possuía condições para tanto. Com o envio de mais cartas de nha Joja ao filho, não existiram mais respostas. Quanto ao filho mais novo, Joãozinho, havia um boato de que tinha morrido no mar, algo em que a mãe não acreditava.

Nha Joja pode ser comparada, em nosso entendimento, à figura da mãe-terra, pois, tal como as ilhas cabo-verdianas, guarda em si um grande sofrimento em observar a partida gradativa de seus filhos. Perante a dor que carrega pela ausência do marido e dos filhos no tempo presente, possui um comportamento marcado pela profunda resignação e pela busca ao passado como forma de evasão, a fim de encontrar um pouco de conforto para sua existência:

Miùdinha, sumida debaixo do luto carregado, nha Joja parecia suportar cada vez menos o peso e a inutilidade da vida. Já não podia fazer outra coisa senão assistir, perplexa, ao rodar dos dias e consumir-se na evocação do passado, e na saudade dos seus mortos e dos dois outros filhos ausentes (pois continuava a não dar crédito ao boato de que o Joãozinho morrera no mar) (LOPES, 1965, p. 41).

Com a notícia recebida por meio do próprio filho, Mané Quim, de que o padrinho nhô Joquinha havia lhe proposto partir com ele para o Brasil, nha Joja não esboça a reação de espanto aguardada pelo jovem, tampouco lhe dá conselhos sobre o que deveria fazer, mas apenas reage com abatimento e resignação, o que é percebido pelo filho como “a resignação do costume, aquele jeito a que ela se habituara ultimamente de pôr nas mãos de Deus o destino das coisas” (LOPES, 1965, p. 43).

Percebe-se, então, a nosso ver, um sentimento de deslocamento de nha Joja em face do presente, assumindo, assim, o passado um lugar ideal de fuga para ela. É o que se pode depreender do modo como a mãe de Mané Quim reage em relação à possível partida do filho:

Nha Joja continuou sentada na soleira da porta. Quando o filho transpôs a cancela do terreiro, virou-se para a cadeira e murmurou: “Ocê vê, Jaime? Destino deles é andar. Vão um a um. Agora é Quim. Cada qual pro seu lado e na sua hora. Qualquer dia é Jack. Fico só com ocê depois. Fico mais perto dos meus mortos que dos meus vivos” (LOPES, 1965, p. 45).

Assim, nha Joja vem a ser um tipo psicológico (mãe que sofre com a ausência dos filhos que emigram e não enviam notícias de seu paradeiro), sendo que, diante do contexto histórico-social da narrativa, ela representa a mãe solitária e saudosa que, tendo consciência da árdua realidade vivenciada pela família nas ilhas, vê seus entes queridos irem embora, aos poucos, em busca de trabalho e condições dignas de vida em lugares desconhecidos.

Por outro lado, as personagens de Joãozinho e de Tiago, filhos de nha Joja que emigraram, também podem ser considerados tipos psicológicos. Tiago representa o emigrante que não conseguiu prosperar economicamente no local onde se inseriu e que, por isso, não tem condições de regressar para sua terra natal. Já seu irmão, Joãozinho, representa o emigrante que, além de não enviar notícias suas, parece ter tido um destino trágico em sua tentativa de obter uma vida melhor no exterior, não concretizando, assim, tal como Tiago, uma emigração bem-sucedida.

Ambos simbolizam o destino tenebroso de muitos emigrantes cabo-verdianos que, arriscando-se em uma viagem para terras desconhecidas e longínquas, muitas vezes acabam por encontrar condições ainda mais degradantes de vida ou até mesmo a morte.

A personagem de Sansão configura a evasão no álcool, manifestando uma postura de indiferença e de desilusão em relação à realidade circundante e de dissipação progressiva de seus bens. Observa-se que Sansão é um tipo psicológico – alcoólatra – que se caracteriza não somente pelo estigma que naturalmente possui, mas que, no contexto histórico-social representado na narrativa, representa milhares de cabo-verdianos que encontravam no álcool a fuga real para todas as dificuldades diárias encontradas.

A bebida tem, para Sansão, a forma mais acessível de esquecimento de sua condição atual: um antigo proprietário rural que, diante das sucessivas estiagens, viu-se impelido a recorrer a empréstimos junto ao agiota João Joana. A sua degradação física e moral é tão rápida quanto o seu endividamento e a sua perda de propriedades, situação que facilmente é ignorada e esquecida por Sansão através do álcool. Em conversa com Mané Quim, além do

incentivo à partida deste, percebe-se claramente a sua filosofia de vida e a sua situação atual em face do agiota inescrupuloso:

- Ouve o que te digo, moço. A gente se precisa de dinheiro tem de pedir. Eu devo trinta contos de réis a nhô João Joana. É o que ele diz. Fico às vezes a pensar porque mandou-me ele preencher uma letra a lápis e assinar o meu nome em baixo com a caneta de tinta. Este mundo é cheio de trapalhada. Eu assinei e não disse nada porque entrego tudo na mão de Deus. Qualquer dia ele leva tudo o que tenho. Mas a gente também faz o que quer com o dinheiro e goza, dianho! tira algum proveito. Que quer dizer agora um dianho matar a vida a trabalhar pra um dia deixar tudo pra outros e entrar na cova vazio? Ele julga naturalmente que mete tudo na saca, dinheiro e terras, pra não entrar no outro mundo com uma mão adiante e outra atrás. Só levamos connosco aquilo que bebemos, comemos e gozamos. O que te garanto é que com estas terras, nos tempos de seca que estão correndo, não se tira proveito nenhum. Olha, o conselho que te dou é não trabalhares as terras nada (LOPES, 1965, p. 102).

Como última personagem que representa a evasão alienante, o contrabandista de grogue Mariano, antigo amigo de Mané Quim e jovem cansado da vida arriscada e difícil de contrabandista de grogue, possui uma grande vontade de abandonar Porto Novo em busca de lugares onde possa trabalhar e viver com mais tranquilidade. Entretanto, sem ter oportunidade de realizar a emigração tão sonhada para outras terras, recorre à perigosa prática de atividades ilegais como meio de sobrevivência:

Sua vida era uma luta contínua dia e noite, com o mar. Amava o mar e tudo quanto ficava no fim do caminho do mar. Mas era o mar longe que ele amava. Viajar a bordo dum vapor qualquer – desses vapores vagabundos, ao Deus dará, - falar estrangeiro, fumar canhoto com tabaco perfumado, calmamente, meter uma bucha na boca de vez em quando, deitar-se de bruços no convés e ir sonhando e escutando o ruminar das turbinas na faina monótona de empurrar o vapor para diante; pôr pé em terras desconhecidas, e ter na algibeira dólares para beber cerveja e amar mulheres loiras de beijos pintados e corpo esguio ... Era isso que ele sonhava. O resto não importava nada, viesse o que viesse depois ... (LOPES, 1965, p. 226).

Além de simbolizar a evasão sem partida ou alienante, a personagem de Mariano está situada em uma zona indefinida, uma vez que anseia pela partida para lugares desconhecidos, porém não encontra oportunidade para tanto. Num misto de inveja e frustração, a insatisfação com sua vida e o seu desejo de partir se tornam evidentes ao conversar com Mané Quim:

- Pois digo e torno a dizer, um dia salto do bote e nado pró largo, pra proa dum vapor. Tenho a certeza que o vapor me salvará e me levará pra longe. Ou senão vou pra S. Vicente e fujo como os outros têm fugido; meto-me no paiol dum carvoeiro qualquer (...) Conheço a lida do mar. Um bom *captain* deve gostar de mim ... (...) Tu sim. És um moço feliz. Tens um padrim que te leva pró Brasil. Terra sabe³³ daquela ... (LOPES, 1965, p. 215).

Pode-se observar que a personagem de Mariano configura o tipo psicológico do contrabandista, o qual, no contexto social cabo-verdiano, representa o indivíduo que, sem maiores oportunidades de trabalho e em estado de quase completa miséria, precisa exercer atividades ilícitas, arriscando sua vida no mar.

Todavia, embora o telurismo e a evasão sejam, respectivamente, as características marcantes da maioria das personagens presentes na primeira e na segunda parte de *Chuva Braba*, em ambas as partes da narrativa há personagens que apresentam um comportamento que oscila entre o apelo telúrico e o apelo evasionista, expressando opiniões contraditórias. Estas personagens, que se caracterizam pelo querer bipartido, ora julgam ser melhor permanecer nas ilhas e lutar pela sobrevivência, ora entendem ser mais sábio abandonar tudo e partir para lugares onde existam condições melhores e mais dignas de vida. É o que se observa, em alguns momentos, com relação à própria personagem principal, Mané Quim, conforme já observado anteriormente, e também à personagem secundária de nhô Vital.

A personagem de nhô Vital, por sua vez, apesar de ser um ancião sábio e que “estuda” os sinais dos céus, apresenta uma atitude um tanto ambígua na narrativa. Em um momento, ao conseguir “ler” os sinais indicadores de chuva que podem determinar um período de fartura, parece ser a favor da permanência do jovem em Santo Antão. Em outro momento, incentiva a partida de Mané Quim, afirmando que este voltará do Brasil com condições financeiras suficientes para poder investir em suas terras:

-Voltarás um dia com a ajuda de Deus. Encontrarás as tuas terras onde as deixaste. Terás dinheiro então para o que queres agora. Tu com dinheiro na mão vais longe. Chuva não faltará, mas chuva não vira grande ao que é pequeno. Vira melhor mas não vira grande. Nós o que queremos aqui são homens com dinheiro e que saibam empregar o seu dinheiro. Tu és o homem que queremos aqui quando voltares do Brasil. Voltarás com dinheiro e terás as terras que quiseses, com a ajuda de Deus. Porque chuva não faltará ... (LOPES, 1965, p. 107).

³³Conforme definição do glossário situado ao final de *Chuva Braba*, é uma expressão da língua cabo-verdiana que significa “agradável, bom, apetecível, aprazível”.

Nota-se então que nhô Vital representa o querer bipartido, elemento que constitui o conceito de insularidade vivencial proposto por Baptista (2007, p. 180) e que caracteriza o homem cabo-verdiano.

Vale lembrar também que o querer bipartido se manifesta de modo mais acentuado em outras personagens - presentes tanto na primeira, quanto na segunda parte do romance - que se situam em uma condição indefinida, pois, na verdade, desejam a partida, mas não têm oportunidade para tanto. É o caso das personagens de Zé Viola, do chefe do posto administrativo de Porto Novo e de Mariano (este último já mencionado anteriormente).

Zé Viola, embora tenha permanecido em Ribeira das Patas, pertence a uma condição indefinida, pois ora manifesta sua crença em dias melhores para Ribeira das Patas, ora demonstra seu desejo de partir. Em certo momento do diálogo que tem com Mané Quim, Zé Viola procura dissuadi-lo de ficar em sua terra, tentando, inclusive, desesperaná-lo quanto à possibilidade dele vir a ter um relacionamento amoroso com Escolástica:

Mas eu te digo, se fosse a ti não queria saber desta terra pra nada. Ainda se caísse água do céu ... – Virou de tom: - Aquela pequena está sabinha deveras. – Fez um trejeito com o corpo para remedá-la: - Parece um pardalinho. Mas lá não pegas, garanto (LOPES, 1965, p. 152).

O chefe do Posto Administrativo, um homem ainda jovem e encantado pelo Rio de Janeiro, é outra personagem que representa o desejo de partir para o Brasil, mas que não teve chance para concretizar sua vontade. Ao reencontrar nhô Joquinha, festivamente o recebe e, em tom de brincadeira, lança a proposta de partir com o velho amigo para as terras brasileiras:

- Tomara eu ir consigo, tomara eu. É o meu sonho, o Brasil! O carnaval do Rio, oh! aquilo deve ser uma loucura! A Copacabana, o Pão de Açúcar, o Rio noturno – aquela iluminação! Famosa em todo o mundo, a iluminação do Rio. (...) Quer levar-me na sua mala, senhor Joaquim ... senhor Joquinha, quer levar-me? (LOPES, 1965, p. 184)

Na segunda parte, exceto o protagonista Mané Quim, as personagens vivem na região portuária, predominando, com exceção do comerciante Arthur (indiferente à questão do dilema partir-ficar, uma vez que lucra com a miséria das ilhas, fornecendo o que a terra não consegue produzir), nesta parte da narrativa, a decisão favorável à evasão, à partida para terras mais prósperas.

Arthur, que configura um tipo psicológico (comerciante ganancioso e inescrupuloso), dentro do contexto histórico-social da narrativa, simboliza a exploração da miséria e da desgraça alheia, não se importando com a situação do povo cabo-verdiano, tendo como

objetivo apenas obter lucros com sua atividade mercantil. Em diálogo com a personagem de nhô Joquinha, isto fica evidente, causando perplexidade no padrinho de Mané Quim:

Joquinha falou com prudência:

- Não quero lembrar o bem ou o mal que estas calamidades trazem a uma meia dúzia; em todo o caso acho que é quando há mais fartura que há mais negócio (...) A satisfação é geral, há progresso, há bem-estar. A oportunidade é para todos ...

Arthur não se deixou comover com a eloquência do Joquinha. Com um gesto seco de mãos e um faiscar de olhos vinhosos barrou a corrente impetuosa. Atalhou calmamente, amassando as palavras num sorriso próprio para clientes recalcitrantes:

- Pode ser para uns. Para outros não (...) Arranjo este ano uns cobres se não chover (...) Pra quê fingir? Toda a gente aliás sabe que tenho os armazéns a abarrotar de milho (...) O comércio é um jogo, o senhor sabe muito bem, e quem joga não quer perder. Pelo preço que comprei o milho, é para obter um lucro de cem por cento. Como vê o senhor Joquinha, é um dilema ... (LOPES, 1965, p. 189-190).

Outra face da ganância desenfreada vem a ser a personagem de nhô João Joana, que configura outro tipo psicológico, um agiota que sobrevive às custas do empobrecimento alheio e que procura enganar a população pobre da área rural de Ribeira das Patas. A dissimulação de nhô João Joana é claramente observada neste trecho, em que o narrador deixa entrever o seu ponto de vista sobre a personagem:

Verdade é que o usurário lamuriava com tanta seriedade e convicção que muitos, por fim, acabavam acreditando na sinceridade de seus dizeres. Mas uma grande parte fingia acreditar – era um modo de jogar trufo contra trufo. Porque João Joana era um homem poderoso (LOPES, 1965, p. 51).

Tendo a plena consciência de que concederá empréstimos aos pequenos proprietários rurais de Ribeira das Patas e de que estes não conseguirão saldar suas dívidas (já que a estiagem impede que as terras produzam), age de má-fé e calculadamente, a fim de obter para si, então, como pagamento das altas dívidas contraídas, as poucas porções de terra que ainda restam a estas pessoas. Dessa forma, esta personagem ardilosa constitui um verdadeiro desestímulo à aposta no cultivo do solo e, conseqüentemente, à permanência nas ilhas.

2.3.1 Personagens femininas de *Chuva Braba*: símbolo de resistência e de apego telúrico

Enquanto algumas personagens masculinas de *Chuva Braba* representam a partida efetiva ou apenas desejada para terras estrangeiras, as personagens femininas representam a permanência das mulheres cabo-verdianas nas ilhas, fruto da necessidade ou da falta de escolha, imposição esta que as torna fortes e ainda mais apegadas à terra natal. No

arquipélago, na realidade, diante da maciça emigração masculina, são as mulheres as responsáveis pela educação dos filhos e pela transmissão da cultura e da tradição cabo-verdianas. Além disso, para poderem sobreviver, precisam desempenhar desde trabalhos artesanais e agrícolas até tarefas mais pesadas, como abertura de estradas. Dessa maneira, a mulher cabo-verdiana “no seu trabalho anônimo, não é apenas transmissora de cultura, mas o instrumento essencial das instituições, o fundamento sobre o qual repousa o edifício social” (GOMES, 2008, p. 162).

Convém ressaltar um traço característico comum às personagens femininas da primeira parte da narrativa de *Chuva Braba*. Na ausência da força de trabalho masculino, elas se destacam pela sua disposição em persistir trabalhando arduamente, seja nos seus afazeres domésticos e nas suas roças, seja no transporte e na venda de diversos produtos no comércio de Porto Novo. É o que ocorre, por exemplo, com a personagem de Escolástica. A jovem enamorada de Mané Quim vive com a mãe, nha Totona, a qual não ajuda a filha no trabalho doméstico e ainda se zanga o tempo todo com ela. Sofrendo com uma mãe extremamente opressora, a jovem encontra, nas longas e fatigantes jornadas que faz juntamente com sua amiga Joaninha rumo a Porto Novo, um pouco de liberdade e de autonomia:

Enquanto palminhavam os intermináveis caminhos da ilha, sentia-se livre, sem preocupações, livre como as cabras soltas no campo (...) não estava a mãe sobre ela espiando, repreendendo, matraqueando as queixadas ou lombando nela com a vara de marmelo. Como era sabe ser livre por umas horas! (...) Não se importava de caminhar o dia inteiro com o balaio cheio à cabeça. Era quando a alma se lhe tornava mais leve, e o coração tuc-tuc no peito cantava de alegria (LOPES, 1965, p. 63).

Típico exemplo desta força de trabalho feminina também pode ser encontrado na personagem de nh’Ana e de suas filhas Joaninha, Rosa e Marieta. Apesar da figura masculina de nhô Bexugo, nh’Ana tem de assumir todo o trabalho para sustento da família, já que o marido não representa mais a figura de provedor, tendo, desse modo, sua presença ofuscada pela postura dinâmica das mulheres da casa:

A Ilha era delas, a Ilha era propriedade da família, tinham os pés endurecidos por todos os caminhos ... E assim não faltava peixe nem queijo, nem aguardente, nem mel, nem tabaco de rolo, não faltava muita outra coisa em casa de nh’Ana para negociar (...) Nhô Bexugo dera de si com as canseiras inúteis duma vida de bicho de trabalho. (Por mais de uma vez, com curtos intervalos, as secas haviam arrasado o entusiasmo de seus esforços, quando era ainda homem de rijeza, e desfeito todas as suas esperanças de consertar a vida. Dos rescaldos conseguira, todavia, salvar o casinhoto de dois quartos e duas linhadas de regadio na ourela). Tinha a sua voz grossa de único homem da casa, mas já não valia de nada porque agora vivia ensombrado pelas industriosas saias. Quem lá mandava era nh’Ana. Depois as filhas – não por ordem de idade, mas pelo feito, pelo mérito. Consoante a esperteza de cada

uma, assim era a categoria: a Joaninha, a Rosa, a Marieta. Naquela capoeira, como segredavam as más línguas, o galo não cantava. Era quase o Zé-Ninguém da casa (LOPES, 1965, p. 73).

Em contraposição ao dinamismo das personagens femininas anteriores, mas que igualmente representa a força da mulher cabo-verdiana, há a personagem de nha Joja, mãe de Mané Quim, que, assim como ocorre com a mãe-terra, assiste seus filhos partirem um a um para outras terras. De modo diverso das demais personagens femininas citadas anteriormente, nha Joja possui uma atitude de resignação diante do contexto em que vive, no entanto, sua força enquanto personagem feminina na obra reside na capacidade de compreensão e de aceitação de que o melhor para seus filhos é, de fato, perante as circunstâncias do arquipélago, sair em busca de lugares melhores para sua subsistência. Porém, ela prefere não interferir diretamente na decisão de Mané Quim quanto à partida, deixando este livre para resolver o que achar melhor, com as palavras “Está nas tuas mãos, disse. Se quiseres ir, vai. Assim como assim não posso estorvar o destino de cada um” (LOPES, p.44).

Ainda que não manifeste explicitamente o seu desejo, enquanto mãe, de que seus filhos permaneçam em sua terra natal, acredita e aceita que o melhor a ser feito, naquele momento, é partir. Assim, talvez seus filhos ainda possam voltar um dia com melhores condições econômicas, a fim de poderem ajudar sua família, fato recorrente em Cabo Verde até os dias atuais.

2.4.Tempo da ação diegética

Observa-se que em todas as ações compreendidas na diegese de *Chuva Braba* não há informações temporais ou históricas definidas pelo narrador, existindo apenas alguns dados que levam à dedução de que o tempo cronológico da ação diegética se passa, provavelmente, num período compreendido entre os anos 40 e 50. Deduz-se isto em função de haver, por exemplo, menções à falta de iluminação elétrica na ilha de Santo Antão, como neste trecho em que o narrador descreve a casa de Escolástica:

A vela de purgueira, em equilíbrio num graveto espetado no interstício da parede, junto da janelinha das arrecadações, espalhava uma claridade suja e espessa. A chama fumava agarrando-se penosamente aos rebordos do morrão (LOPES, 1965, p. 57-58).

Além disso, nota-se que o tempo cronológico da diegese corresponde ao mês de setembro, conforme se depreende neste trecho em que Joquinha conversa com o inescrupuloso comerciante Arthur:

- Me lembro bem; antigamente chovia em Junho ou Julho. Já estamos em Setembro e não vejo chuva cair. É medonho ... (LOPES, 1965, p. 188).

A constatação da personagem de nhô Joquinha diz respeito à alternância entre os raros períodos de chuva e os constantes períodos de estiagem das ilhas. Daniel Spínola (1998, p. 48) ressalta que, no arquipélago, as chuvas ocorrem, geralmente, de nove em nove meses, sendo que no mês de junho ou de julho costuma chover, de forma irregular e insuficiente – período em que os agricultores realizam a sementeira - e no mês de setembro ou outubro ocorrem as temidas secas. Este procedimento da sementeira é realizado de modo semelhante em todas as ilhas, de modo que enquanto os homens “abrem as covas, as mulheres seguem-lhes deitando as sementes nas mesmas – milho, fava e feijões, que de imediato cobrem com a terra, num movimento ágil dos pés” (SPÍNOLA, 1998, p. 49).

Se o tempo cronológico na diegese de *Chuva Braba* não é claramente definido, o tempo psicológico possui uma evidente diferenciação quanto a sua duração.

O narrador relata de forma concisa alguns acontecimentos presentes no enredo, de forma a apenas pontuar aspectos essenciais ao entendimento do narratário. Assim, há uma distância do sujeito da enunciação quanto ao que é relatado, predominando o modo sumário do discurso, notando-se, através desse recurso narrativo, uma sensível contração na duração do evento narrado. Isso acontece, a nosso ver, em momentos que, apesar de representarem o clímax da ação diegética, recebem um tratamento mais conciso por parte do narrador, como o instante da proposta da partida para o Brasil feita por nhô Joquinha a Mané Quim, bem como o momento em que o protagonista decide partir com seu padrinho para Porto Novo e, depois, o clímax final quando o jovem resolve regressar para sua terra natal.

Já os momentos de tensão dilemática no fluxo narrativo, nos quais, ao longo de toda a narrativa, a personagem principal se vê envolvida numa constante indecisão quanto à aceitação ou recusa da proposta de seu padrinho possuem uma duração maior.

Por meio do recurso narrativo da cena dramática, observa-se uma dilatação na duração dos eventos narrados, implicando não somente na oportunidade que o narrador tem para explorar a subjetividade das personagens, como na maior dramaticidade do discurso e na observância dos diálogos das personagens entre si. A nosso ver, como o ponto fulcral da narrativa vem a ser o querer bipartido do protagonista, a escolha do tempo psicológico com uma duração maior é feita pelo narrador com a intenção de explicitar a relação do herói com o mundo que o cerca e sua trajetória, resultante numa maior e progressiva consciência de sua identidade.

Em *Chuva Braba* isto ocorre tanto na primeira quanto na segunda parte da obra, pois o dilema partir-ficar permeia toda a narrativa, gerando no protagonista uma crescente angústia até atingir os dois diferentes momentos de clímax do fluxo narrativo.

O narrador, na parte inicial da obra, através da atitude do protagonista em consultar a opinião de amigos e familiares, amplia o tempo psicológico da ação diegética e, ao mesmo tempo, demonstra que, diante das divergentes opiniões encontradas, caberá somente à personagem principal, ainda que em meio a uma inquietação íntima constante, a decisão a ser tomada.

2.5. Existência de duas tensões dilemáticas na narrativa de *Chuva Braba*

Percebe-se que a proposta de nhô Joquinha ao afilhado apenas é o fator desencadeador do conflito instalado no ânimo da personagem de Mané Quim, despertando o querer bipartido (ou dilema partir-ficar) no jovem, tensão dilemática progressiva que aparentemente se dissolverá no instante da decisão inesperada do protagonista em partir para Porto Novo. Observa-se que, em nosso entendimento, a destruição do Ribeirãozinho do jovem, arquitetada por nhô Joquinha e realizada por Zé Viola, vem a ser a motivação da inesperada e abrupta decisão de Mané Quim em aceitar a proposta de nhô Joquinha, indo de encontro ao seu real desejo e apego telúrico e, por outro lado, satisfazendo a vontade de seu padrinho.

Após um longo diálogo entre nhô Joquinha e nha Joja, onde ambos, antigos amigos, rememoram o passado, o padrinho de Mané Quim procura convencê-la de que o jovem deve partir para o Brasil. Neste momento, o rapaz chega à casa, comentando os estragos feitos no Ribeirãozinho e, já impaciente com a presença de nhô Joquinha, decide inesperadamente aceitar a proposta de seu padrinho:

Quando Joquinha tomou a palavra, preparando-se, para um longo discurso – começara por dizer: “Ora sim ...” – Mané Quim interrompeu-o:
- Não é preciso mais histórias – disse, com impaciência e entonação decisiva. Eu vou com padrim. – Repetiu: Vou com o padrim; não é preciso mais histórias (LOPES, 1965, p. 174).

Entretanto, na segunda parte do romance, o ciclo conflituoso se inicia novamente para o herói, pois se sentindo completamente deslocado no novo ambiente litorâneo, sua aflição e dilema interior recomeçam. Soma-se a esta sensação de estranhamento do protagonista quanto ao novo local em que se encontra, a confissão que seu padrinho lhe faz sobre a destruição do Ribeirãozinho, provocando no jovem uma profunda decepção e tristeza. Instala-se um novo clímax na narrativa com a decisão definitiva de Mané Quim em retornar

para sua terra natal, tendo, dessa vez, como elemento desencadeador a chuva forte que cai em Porto Novo.

Assim como na primeira parte da narrativa de *Chuva Braba*, onde o clímax da narrativa ocorre após a tensão diegética presente no longo e denso diálogo entre as personagens de nha Joja e de nhô Joquinha, esta segunda parte também tem seu ponto culminante no momento posterior a um intenso diálogo entre nhô Joquinha e Mané Quim. Com a forte chuva que cai em Porto Novo, Mané Quim toma coragem para manifestar sua decisão final a seu padrinho, contrariando-o e deixando-o inconformado com a sua atitude:

- Vou voltar pra minha Ribeira.
- Bem. Ouve o meu conselho, não vás nada. É tolice crassa. Não sabes o que estás a pensar. Não deixes te enganar por um aguaceiro passageiro. E deixa dizer mais: são estas demonstrações, estes fingimentos de água, que têm trazido mais desgraça ao povo. Vocês acreditam muito depressa no que os olhos vêem. Não vais voltar para trás nada.
- Eu vou sim, vou voltar pra minha Ribeira.
- Que valor tem uma chuvinha destas para a vida dum homem, rapazinho? Que valor tem, me dize? A vida não é só isso, não é só um aguaceiro que passa. Sim, que valor tem um aguaceiro para a vida dum homem? Que valor tinha a água que estava caindo sobre a ilha?! Não compreendia o padrinho. Então ... Mas a chuva não significava tudo? Eram as nascentes a transbordar como mamas de vaca parida de fresco, era o milho a despontar na ourela das casas e nos imensos sequeiros do Norte, era a erva nova nos campos ... (LOPES, 1965, p. 249).

Na primeira parte da narrativa, o querer bipartido que aflige a personagem principal é aparentemente solucionado com a ideia de partir para o Brasil com seu padrinho, propósito este que, por não expressar o verdadeiro desejo de Mané Quim, não elimina a sua inquietação já anteriormente presente em seu íntimo:

Mas Mané Quim não levava a paz consigo. Acompanhava-o o desassossego e uma indizível ansiedade, uma sensação de culpa como se tivesse sido forçado a contribuir para um acto criminoso, acto esse que o privasse, ao mesmo tempo, dum bem indispensável. Ia apatetado, desorientado, o padrinho enchera-lhe a cabeça de tribulações (LOPES, 1965, p. 23).

Na segunda parte da narrativa, a chuva assume um papel fundamental na decisão do protagonista, reforçando o seu vínculo telúrico e suprimindo sua angústia, seu querer bipartido. Assim, a chuva renova a esperança em tempos de fartura, sendo a “água o grito natural insubmisso da consagração do telurismo, factor primeiro da congregação dos homens, da sua ascensão plural à dignidade da cidadania” (BAPTISTA, 2007, p. 191).

Importante observar o valor da chuva para o cabo-verdiano. Deve-se ressaltar que a vinda salvadora da chuva na narrativa representa a importância que esta possui para o povo das ilhas, o qual se convence de que “havendo chuva regular todos os anos não precisa de

mais nada: nem do Governo, nem da ajuda externa, pois estarão asseguradas as colheitas, o alimento e a água durante todo o ano, não só para a população, como também para os animais” (SPÍNOLA, 1998, p. 50-51).

Logo, a chuva para o homem cabo-verdiano possui um inestimável valor, em torno da qual residem todas as esperanças e anseios de um povo marcado pelas secas e pela fome, sendo que “a chuva nada mais é para o cabo-verdiano senão a seiva da vida, o âmago da razão do seu estar no mundo. É o meio supremo pelo qual consegue chegar à felicidade, almejada por todos, daí constituir-se no depositário de todo o seu sonho e esperança” (SPÍNOLA, 1998, p. 51).

Ainda no tocante ao papel essencial da chuva no cotidiano do arquipélago, Amílcar Cabral registra entusiasmadamente que, em setembro de 1949, finalmente as chuvas chegaram ao arquipélago após longos quatro anos de ausência:

Sim. As chuvas, depois de longa ausência, regressaram, abundantes e prometedoras. Êste facto, para Cabo Verde, tem um significado transcendente, isto é, que ultrapassa o mero significado meteorológico que poderá ter numa ou noutra terra, onde a sua ausência não implica a perda de vidas humanas (CABRAL, 1949, p. 7).

Por último, a título de conhecimento, convém mencionar que, neste mesmo periódico em que houve a publicação do artigo de Cabral (*Boletim de Propaganda e Informação*), a vinda das chuvas nas ilhas foi registrada como acontecimento de grande repercussão em Cabo Verde. Sob o título “Chuvas abundantes em todas as ilhas”, a nota exemplifica a surpresa de todos com as chuvas fortes, noticiando que “após cinco anos seguidos de secas, de que resultaram gravíssimos prejuízos para a economia da Colónia, chegam, finalmente, notícias de todas as ilhas informando de chuvas abundantes” (BOLETIM DE PROPAGANDA E INFORMAÇÃO, ano I, n. 1, out. 1949).

Conclui-se, portanto, que a tensão dilemática da narrativa de *Chuva Braba* gira em torno de um único conflito, o querer bipartido, que, especificamente, no caso da personagem principal, é traduzido em “querer ficar e ter de partir”, provocado pela proposta inicial de nhô Joquinha. Este conflito possui duas facetas: tem por oponente imediato o padrinho “brasileiro” do jovem, como exteriorização do dilema partir-ficar, e tem como oponente mediato a própria indecisão do protagonista. As duas decisões completamente antagônicas de Mané Quim – primeiramente resolvendo partir com nhô Joquinha e depois tomando a resolução de voltar para Ribeira das Patas – são a exteriorização deste dilema que acompanha a personagem principal por toda a narrativa.

2.6. Presença marcante dos ideais claridosos na obra

Não somente o estado de inquietação provocado pelo querer bipartido do homem cabo-verdiano é representado em *Chuva Braba*. A atenção voltada para o cotidiano das ilhas também constitui uma preocupação do escritor claridoso. Deve-se ressaltar que os ideais norteadores do movimento Claridade - do qual Lopes fez parte - estão presentes nesta obra. Além da valorização da terra natal, expressada no forte acento telúrico que caracteriza toda a narrativa, a valorização da língua cabo-verdiana, bem como das tradições e da cultura do arquipélago pode ser observada na obra.

A língua cabo-verdiana está presente em *Chuva Braba*, principalmente por meio do uso do discurso direto, quando o narrador insere palavras e expressões da língua cabo-verdiana nos diálogos estabelecidos entre as diferentes personagens, introduzindo, desse modo, as marcas da oralidade em um texto literário escrito em língua portuguesa. O diálogo entre nha Joja e nhô Joquinha sobre a possível partida de Mané Quim com seu padrinho exemplifica isto:

- Eu vinha cá para falar do assunto do meu afilhado ... (...) Me interessa uma decisão agora mesmo porque dentro de dois ou três dias me vou. Resolvi ir de repente, recebi uma carta de S. Vicente...
- Destino de meus meninos é ir um a um (...) Depois que “Deus-haja” (referia-se ao marido morto) nos deixou, o meu codê³⁴ Joãozinho numa das voltas que foi a São’Cente meteu-se num vapor estrangeiro e nunca mais eu soube dele. Era um mocinho mexido. Não parava num lugar. De pequenino foi preguiçoso no andar, tão preguiçoso que nós esfregámos-lhe nagoia nos pés. Nagoia é um bichinho d’água que faz ir menino longe (LOPES, 1965, p. 170-171).

Neste trecho, percebe-se, também, a presença das tradições do povo ilhéu. Algumas superstições como a descrita acima, bem como algumas lendas sobre feiticeiras vindas das tradições orais cabo-verdianas, povoam o imaginário coletivo do arquipélago. Isso ocorre, por exemplo, quando o narrador, através do recurso da analepse externa, apresenta uma recordação da infância da personagem de Mané Quim, na qual este, ao brincar com seus colegas no quintal de sua casa presencia a chegada de Joana Tuda, anciã considerada feiticeira em Ribeira das Patas. Esta lhe pede água e, após ter sido atendida pelo menino, não consegue ir embora, alegando que algo impedia sua saída. Finalmente, faz um pedido revelador ao garoto:

³⁴Conforme definição do glossário situado ao final de *Chuva Braba*, é uma expressão da língua cabo-verdiana que designa o filho “mais novo dos irmãos”.

Quando não poudé mais, aproximou-se de Mané Quim, que tinha procurado a protecção da mãe e espreitava, mais decidido, da porta (o resto da petizada havia botado carreira cada um para a sua casa) e disse em segredo: “Ó mocinho! De esmola, mocinho da minh’alma. Olha, vai virar a caneca de boca pra riba pra eu poder ir”. Foi fazer o que a mulher indicou, e só assim Joana Tuda poudé transpor a cancela e seguir o seu caminho. Mãe-Joja explicou então que as feiticeiras ficam amarradas quando se emborça a vasilha por onde bebem. – “Como é que ficam amarradas sem corda?” quis ele saber. A mãe respondeu: “Eu não sei, Quim. Só sei que ficam amarradas” (LOPES, 1965, p. 123).

Nota-se que com a utilização da mitização no trecho acima, explicitando a existência de uma lenda local, o narrador deseja realçar o vínculo telúrico que liga, de forma definitiva, o homem cabo-verdiano a sua terra. Assim, ao trazer à tona esta recordação da infância da personagem principal, o narrador expressa a ideia de que o “laço” (palavra muito utilizada na obra como metáfora de “ligação”) de Mané Quim com sua terra natal é indestrutível, como demonstra esta importante passagem da narrativa:

Hoje parecia-lhe que a laçada que o prendia a esse chão devia ser tão forte e ter tão misteriosa origem como aquela que, outrora, prendera a feiticeira Tuda ao terreiro da sua casa. Não só o corpo, mas a alma também entregava-se à prisão da terra que o vira crescer e fazer-se homem. Como o fogacho do relâmpago e o estampido do trovão, era um apego que o cegava e ensurdecia para outras paragens e para outras vozes arredadas. Havia outras terras melhores e muito ricas, dissera-lhe o padrinho. Com chuvas abundantes, rios a correr para o mar, com estradas largas e sem fim. Sim, eram melhores para os outros. Mané Quim não as cobiçava (LOPES, 1965, p. 123).

Também na segunda parte da narrativa os costumes cabo-verdianos estão presentes. A culinária do arquipélago, com seu prato típico, a cachupa (principal refeição diária, cujos ingredientes incluem carne ou peixe, milho e feijão branco) é citada, como se pode observar no diálogo entre nhô Joquinha e Maria Lé, dona da pensão que padrinho e afilhado procuram logo que chegam em Porto Novo:

- O que digo ao senhor é que muita gente não gosta de eu pôr cachupa na mesa ...
(...)
- Essa gente não presta, disse Joquinha depois de esvaziar o copo de vinho (...). Pois é isto, ora sim, essa gente não presta. Gente fina. Vá você perguntar a um cabo-verdiano em qualquer lugar no cabo do mundo: “Que é que gostaria de comer agora mesmo?”. A preto ou a branco, a rico ou a pobre. Soberba faz muito finório dizer que não gosta de cachupa. É comida de pobre, é comida de preto. Ah, ah, ah! Aqui na sua terra. Mas em pisando terra longe não pensam senão na cachupa e no cuscuz (LOPES, 1965, p. 195).

Nota-se, portanto, a intenção e a preocupação de Manuel Lopes, enquanto escritor claridoso, em inserir na narrativa a língua cabo-verdiana, as tradições e os costumes do povo

do arquipélago, valorizando o contexto cultural das ilhas e trazendo isto para um texto literário.

3. *Chuva Braba*: representação de uma nova consciência cabo-verdiana

Ao se refletir sobre todas as questões discutidas até aqui, nota-se que Lopes não expõe apenas o drama cabo-verdiano das secas e da emigração em *Chuva Braba*, mas enaltece a cultura, as tradições, os costumes e as crenças de seu país, bem como sua língua, incorporada a um texto literário, algo raro até então. A narrativa espelha, desse modo, o ideal claridoso de busca e de valorização do modo de ser do povo das ilhas.

Torna-se, então, evidente que *Chuva Braba* traz consigo a reflexão sobre a realidade do arquipélago, com a problemática das secas e da lenta, silenciosa e progressiva degradação de uma natureza e de um povo que encontra na emigração a única solução para os seus problemas. Explicita-se, em todo o enredo, a tensão existente entre o apelo marítimo à evasão e o arraigado amor à terra, originando o querer bipartido no indivíduo, representado pela personagem principal de Mané Quim. Porém, a narrativa traz, ao mesmo tempo, a mensagem telúrica e claridosa de que é necessário acreditar e apostar na terra amada, tendo como forças motrizes a fé e a esperança em um futuro melhor com a vinda das “boas águas”.

Todo o complexo cenário enfrentado pelo homem cabo-verdiano constituiu a principal preocupação dos escritores e intelectuais claridosos, dando ensejo ao seu projeto literário e cultural, de forma a “aprofundar e enaltecer os valores regionais, solidificando dessa maneira a especificidade social e cultural do seu arquipélago” (VENÂNCIO, 1992, p. 58).

Voltando-se para os problemas do cotidiano do arquipélago, a literatura produzida pelos claridosos possui “um projeto ideológico mediante o qual é deflagrada a polêmica em torno da consciência do país, isto é, do nacional” (HERNANDEZ, 2002, p. 136), prevalecendo o localismo sobre o cosmopolitismo.

Nos anos 30, época em que surge o movimento e a revista *Claridade*, em plena ditadura salazarista, a diáspora cabo-verdiana ainda era realidade e consequência direta de um contexto marcado por vários fatores: a insularidade ou o isolamento não apenas geográfico, mas também político, econômico e cultural das ilhas em relação a outras nações; as constantes e longas estiagens; a falta de toda sorte de investimentos por parte dos dirigentes portugueses; e, por último, um sistema político extremamente opressor.

Paradoxalmente, foi a condição insular do povo do arquipélago o fator que propiciou a consciência de uma individualização sócio-cultural e de uma identidade nacional. O homem

cabo-verdiano teve em todo este processo de despertar da noção acerca da sua individualidade e de sua cabo-verdianidade o incremento do movimento Claridade, com seu propósito de “fincar os pés na terra”. Este transcurso identitário vem a ser a última modalidade de insularidade, segundo a classificação proposta por Baptista, ou seja, a insularidade sócio-cultural, que vem a ser a consciência de uma identidade nacional “entendida como especificidade de uma adequação relacional entre os homens, e o estilo peculiar da adequação destes ao condicionalismo ambiente” (BAPTISTA, 2007, p. 22).

Percebe-se, então, que o ideário claridoso encontra-se manifestado nesta obra de Lopes, sendo o vínculo telúrico do indivíduo com a terra a base ideológica de toda a narrativa de *Chuva Braba*. Esta ligação homem-terra se encontra, segundo o próprio autor, mais intensificada no homem do campo e, em nosso entendimento, este é o motivo de Lopes ter escolhido o homem rural para ser representado na narrativa pelo protagonista Mané Quim e não o homem dos portos:

Como *décor* contextual, *grosso modo*, há o homem do interior, o rural, e o homem ribeirinho dos portos, os marinheiros de longo curso com seus relatos de terras-longes. O rural não sofre a contaminação a que está exposto o homem dos portos. A tradição marca nele o sinal contrário às aventuras “inseguras” do desconhecido, e a escolha está feita através da tradição familiar: prefere submeter-se à escravidão da terra que a qualquer outra escravidão. Entende melhor os caprichos da natureza que os dos homens, prefere ser vítima dos desígnios da terra do que dos caprichos do homem ... (LABAN, 1992, p. 88).

Este perfil do homem rural vai ao encontro do lema claridoso “fincar os pés na terra”, uma vez que tendo uma estreita ligação com a terra, reúne os elementos necessários para concretizar o ideal telúrico do movimento Claridade: mesmo com todas as dificuldades encontradas no cultivo do solo infértil e com a imensa vontade de partir para lugares melhores, o homem cabo-verdiano tem o firme propósito de ficar no arquipélago, continuando a trabalhar a sua terra e acreditando em um futuro melhor para si e para seu povo.

O telurismo, a opção de permanecer na terra natal - em oposição à real emigração cabo-verdiana voluntária e involuntária realizada há séculos e tida por solução mais rápida e fácil para o drama em que vive o homem insular - vem a ser a ideia principal dos jovens intelectuais claridosos de 1936 e que está nítida em *Chuva Braba*.

A figura do protagonista Mané Quim representa a nova mentalidade claridosa, em oposição à antiga forma de pensar e de agir do homem cabo-verdiano, representado pela personagem de nhô Joquina.

A personagem principal, mais jovem, percebe a necessidade e a importância de sua permanência em Ribeira das Patas para dar continuidade ao cultivo do solo, na esperança de virem as chuvas para as terras sedentas de água - ainda que se submeta novamente à frustração e ao sofrimento caso as secas persistam – e insiste em ficar em sua terra natal (novo modo de pensar e de agir claridoso) pois sabe que ali, mesmo com todas as dificuldades, ele encontra a sua felicidade. Desse modo, esta atitude telúrica da personagem principal de *Chuva Braba*, que o eleva à condição de herói na narrativa, pode ser representada alegoricamente como uma árvore, sendo que “no fundo das raízes, ela simboliza o extremo da força obscura do *ethos* crioulo, fixado à territorialidade que o significa como nação estável” (SANTOS-LOPES, 1997, p. XXI).

O padrinho de Mané Quim, mais velho, ao rever a sua terra natal tão castigada pelas secas, reafirma a sua crença e o entendimento daqueles favoráveis à evasão de que realmente não vale a pena investir naquele solo improdutivo e de que a melhor solução é partir daquele lugar (mentalidade da maioria dos cabo-verdianos que emigram em busca de uma vida melhor).

Esta obra, assim como as demais produções literárias do autor, reflete claramente o pensamento e o posicionamento claridoso de se voltar para o cotidiano e para os problemas das ilhas, consistindo em uma espécie de contrapartida à problemática da emigração cabo-verdiana. Desse modo, *Chuva Braba* é fruto do ato telúrico de manter firmes os pés na terra, de modo que “em contacto com a terra os pés se transformariam em raízes, e as raízes se embeberiam do húmus autêntico das nossas ilhas” (LABAN, 1992, p. 84).

Chuva Braba é uma espécie de desabafo sobre a dura realidade do arquipélago que provoca, em casos extremos, a partida de seu povo para outras paragens. Conforme o próprio autor enfatiza, a emigração dos habitantes das ilhas – fato social que constitui uma das preocupações dos intelectuais claridosos - ocorre por necessidade econômica:

Há mais cabo-verdianos fora do arquipélago do que a população retida nas ilhas, as quais não dispõem de capacidade econômica para manterem a metade desse numerário retido. Os nossos intelectuais não ignoram esse drama; não desconhecem, igualmente, a força instintiva que as raízes exercem naquele povo. Evasão não o caso literário que alguns críticos, levianamente fazem crer – é um imperativo econômico, repito, um determinante da carência alimentar. Uma realidade sociológica. A nossa literatura, ao fim e ao cabo, reflete, necessariamente, esse fenómeno (LABAN, 1992, p. 65).

Observa-se, então, que a presença da realidade social e cultural de Cabo Verde nas obras de Lopes não somente reflete os ideais claridosos como também é resultado do olhar

cuidadoso do escritor sobre as ilhas, uma vez que ele se definia como um observador atento do cotidiano do arquipélago. Tendo por base as circunstâncias concretas do difícil cotidiano cabo-verdiano da época e as lembranças oriundas de uma observação meticulosa da realidade a sua volta, o autor consegue transpor o drama das secas e a problemática da emigração para o texto literário. Porém, há um posicionamento otimista do escritor em *Chuva Braba* que incentiva o povo cabo-verdiano a buscar suas raízes e a sua identidade cultural e a apostar em sua terra, permanecendo e acreditando nela, apesar de todas as dificuldades existentes. Em entrevista concedida a José Carlos Venâncio (1992), o escritor relata os dias que passou na ilha de Santo Antão, período em que pôde observar e experimentar diretamente o trabalho do homem rural:

A região central dessa ilha, na zona de sequeiros onde fui encontrar dos mais genuínos trabalhadores agrícolas de Cabo Verde, vítimas privilegiadas das estiagens do arquipélago. Ali convivi com os homens da terra, da enxada, do trabalho duro, com os seus dramas reais; para melhor observação e convivência comprei uma pequena propriedade e construí uma casinha. Cheguei a pegar na enxada para lhes mostrar que também sabia cavar como eles. Criei amigos. Criei amizades e confiança. O período de terrível estiagem que ali passei (ano de 1942) inspirou-me mais tarde *Os Flagelados do Vento Leste* (VENÂNCIO, 1992, p. 68).

Pelo fato de se voltar para as questões sociais de sua terra natal Lopes se inscreve, assim como os demais escritores claridosos, entre os autores que possuem como característica marcante o seu engajamento literário, sendo suas produções literárias marcadas pela “preocupação e engajamento com a Mãe-Terra materializada na luta, com contornos dramáticos, do seu povo pela sobrevivência que, de forma magistral, descreve na sua obra” (ALFAMA, 1998, p. 240). Apesar do autor se considerar apenas uma testemunha comovida da realidade à sua volta, não atribuindo às suas produções literárias a qualidade de “literatura comprometida”, suas obras são não somente o resultado de sua vivência e de sua observação do real, mas também do comprometimento da geração de escritores do movimento Claridade, do qual fez parte.

O engajamento literário da geração claridosa se manifestou através do rompimento com os padrões literários lusitanos, o que ocorreu de duas formas.

Primeiramente, houve a ruptura com a estética literária existente até então, caracterizada pela manutenção da cultura clássica difundida nos liceus, manifestando-se na inserção da língua cabo-verdiana na escrita literária. A busca pela identidade cultural e nacional cabo-verdiana realizada pelos intelectuais claridosos trilhou, de certa forma, o caminho percorrido pelos modernistas brasileiros, os quais incluíram a língua falada pelo povo no texto literário, caracterizando-se “como uma apropriação feita numa perspectiva

popular, pela identificação com as articulações próprias dos registros sociolinguísticos do povo brasileiro” (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 118).

Com esta atitude, a literatura do arquipélago adquiriu voz própria, pois “a criouliização do Português foi uma das possíveis formas da autonomização da literatura cabo-verdiana e constitui uma das marcas mais salientes da claridosidade” (ALMADA, 1998, p. 176). O uso da língua portuguesa entremeada por expressões na língua cabo-verdiana exprime o engajamento de Lopes, uma vez que este “domina as duas línguas e seus registros, valendo-se dessa diversidade para promover a identidade nacional e democrático-popular do país” (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 124).

Em segundo lugar, ocorreu a mudança referente ao conteúdo das obras. Em oposição à literatura pré-claridosa que se voltava exclusivamente para a realidade portuguesa, a literatura claridosa possui como substância as questões sociais das ilhas, “inaugurando um paradigma literário aberto à escuta activa da vida e empenhado na discursivização dos seus problemas” (SANTOS-LOPES, 1997, p. XXXI). A preocupação dos escritores claridosos se direciona para o contexto social cabo-verdiano, tal como o projeto ideológico do Modernismo regionalista brasileiro, lembrando que também neste “o real conhecimento do país faz-se sentir como uma necessidade urgente e os artistas são bastante sensibilizados por essa exigência” (LAFETÁ, 2004, p. 67).

Assim, o novo olhar claridoso para Cabo Verde se realizou por meio de uma grande mudança quanto ao conteúdo das produções literárias cabo-verdianas, direcionando-se para a “procura de temas do dia a dia, o drama do homem das ilhas, o universo da seca, das fomes, da insularidade e da emigração” (SEMEDO, 1998, p. 91).

Esta nova mentalidade do grupo de intelectuais claridosos não somente assume e expõe o complexo contexto das ilhas, como também acredita no poder de superação intrínseco ao povo do arquipélago, incentivando-o a não recorrer à emigração como única solução mais viável para os problemas do cotidiano das ilhas, mas a voltar a ter esperança num futuro melhor. Com este posicionamento contrário à prática corrente da emigração, estes escritores, por meio de suas obras, buscam incutir no homem cabo-verdiano um modo otimista de encarar a realidade, completamente oposto à ideia evasioneira, configurando, assim, uma escrita pautada pelo elemento social:

Ser contra, para nossos escritores engajados significativos, não significa (...) um postulado apriorístico. É construção onde o literário e o político se disputam na síntese textual. Ser contra, por isso, não é uma adesão superficial à novidade, mas atividade produtiva capaz de construir o novo (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 272).

Nota-se, portanto, que as modificações realizadas pela literatura claridosa tanto no campo da estética quanto no campo do conteúdo devem ser consideradas conjuntamente para o pleno entendimento das produções literárias desse período. O elemento formal ou estrutural e o elemento contextual ou social de um texto literário são, portanto, indissociáveis, não comportando a análise unilateral de um ou de outro:

A integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas (...) só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o (...) ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo (CANDIDO, 2000, p. 4).

Em nosso entendimento, o elemento social (o drama das secas responsável pela miséria e pela consequente emigração do povo cabo-verdiano), ao lado das inovações estéticas propostas pelos escritores claridosos (a presença e a valorização dos costumes, das tradições e das crenças da população das ilhas bem como a inserção da língua cabo-verdiana) constituem, portanto, a base dessa literatura moderna do arquipélago, sem a qual não é possível compreendê-la. Observa-se que os fatores externos atuam na organização interna das produções literárias desses escritores de forma a não apenas indicarem questões como o ambiente, os costumes ou as características de um agrupamento de pessoas, mas também exercem um papel importante nas obras, inserindo-se entre os fatores que constituem a sua estrutura:

Quando fazemos uma análise desse tipo, podemos dizer que levamos em conta o elemento social, não exteriormente, como referência que permite identificar, na matéria do livro, a expressão de uma certa época ou de uma sociedade determinada: nem como enquadramento, que permite situá-lo historicamente; mas como fator da própria construção artística, estudado no nível explicativo e não ilustrativo (CANDIDO, 2000, p. 7).

Esta conjunção inseparável entre os fatores sociais e os fatores estéticos caracteriza a literatura cabo-verdiana, cujo engajamento literário é notório. Tal como os escritores modernistas brasileiros, que reinventaram a literatura, tanto esteticamente como ideologicamente, o fazer literário claridoso propiciou o surgimento de uma nova identidade nacional, que fincou os seus pés, a sua esperança e o seu desejo de superação de seus problemas na terra cabo-verdiana. É o que se depreende da afirmação de Abdala Junior (2007) ao definir o comprometimento social dos escritores de língua oficial portuguesa:

É dentro da ênfase social que os escritores engajados de língua oficial portuguesa procuram uma nova identificação nacional. Uma nova unidade naquilo que temos de diferente – uma alteridade mestiça, (...) com motivações próprias de cada país. Essa mestiçagem, pela ênfase promovida

pela apropriação ideológica, aponta para um devir comum, sem a tutela étnica eurocêntrica. Ela leva os escritores participantes à mesclagem crioula e não à articulação assimilacionista (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 278).

No entanto, ainda que estes escritores tenham o chão de sua terra natal como base para suas produções literárias, sabe-se que um romancista não pode retratar fielmente a realidade em que está inserido, sob pena de sua obra não atingir seu fim, qual seja, criar um mundo próprio, realizando a transposição de um dado real para o campo ilusório, a fim de representar no texto literário o contexto a sua volta e suas especificidades. Assim, a realidade representada literariamente “pode aparecer mais ou menos elaborada, transformada, modificada, segundo a concepção do escritor, sua tendência estética, as suas possibilidades criadoras” (CANDIDO, 2014, p. 69).

Seguindo esta premissa, ou seja, não realizar um trabalho documental, mas representar o contexto vivenciado, os escritores claridosos não se omitiram diante da problemática realidade de seu país, indo ao encontro do que Silviano Santiago (2000) afirma ao tratar do posicionamento dos escritores latino-americanos em relação ao colonialismo presente no Novo Mundo. Segundo ele, faz-se necessário que o escritor dos países subdesenvolvidos, por meio de suas obras, registre sua presença e saliente sua diferença em relação ao padrão cultural eurocêntrico, não se silenciando, pois “o silêncio seria a resposta desejada pelo imperialismo cultural, ou ainda o eco sonoro que apenas serve para apertar mais os laços do poder conquistador” (SANTIAGO, 2000, p. 16-17).

Os intelectuais do movimento Claridade tiveram esta mesma postura dos escritores latino-americanos, não ignorando a situação de Cabo Verde enquanto país dominado pelo colonialismo português, produzindo uma literatura autônoma, independente dos padrões lusitanos. Lopes tinha plena consciência de seu papel enquanto escritor comprometido em dar voz ao povo cabo-verdiano, chamando a atenção, através de suas produções, para a dura realidade das ilhas, mesmo sob forte censura do sistema ditatorial que vigorava no arquipélago:

Enfim, poder dizer: “o que está aqui é real e verdadeiro” (apenas deformado pela natural refração artística), não será um imperativo da consciência? Não sofro do remorso de o calar, nem cobro nada por tê-lo feito, pois não fui recrutado por esta ou aquela ideologia, mas dou graças por ter podido fazê-lo sem compromissos e sem ter que pagar algo pela coragem de ser verdadeiro, mesmo até à crueldade ... (LABAN, 1992, p. 95).

As produções literárias de Lopes demonstram a grande preocupação do autor claridoso com a realidade social, cultural, econômica e política cabo-verdiana, seja no campo

da ficção, da poesia ou do ensaio. Desse modo, a representação do contexto das ilhas em suas obras ocorre por meio da observação do real - vivenciado pelo autor enquanto esteve presente no arquipélago, mais precisamente na ilha de Santo Antão – e se caracteriza pela denúncia não somente de situações episódicas, mas de “uma situação histórica, generalizada, que se repete ciclicamente em todo o arquipélago desde o seu achamento pelos cavaleiros henriquinos, em 1460, até aos nossos dias, 1959” (VENÂNCIO, 1992, p. 68).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se, neste trabalho, analisar o romance *Chuva Braba*, do escritor cabo-verdiano Manuel Lopes, observando-se nele a presença dos ideais claridosos, voltados essencialmente para a realidade de um país assolado por um sistema colonial e ditatorial.

O profundo vínculo entre o homem e a terra natal constitui o fio condutor da narrativa, cujo tema é o constante querer bipartido característico do homem insular que vive constantemente dividido entre o desejo de permanecer em seu solo de origem e a necessidade de partir dele.

A escrita direcionada para o contexto social, cultural, político e econômico das ilhas é reflexo do projeto literário e cultural do movimento e da revista *Claridade*, cujo propósito foi bem explicitado por Lopes:

Um grupo de amigos pensou que se deveria criar uma revista que permitisse romper com a tradição clássico-romântica de motivos alheios à nossa realidade. Tínhamos matéria-prima que estimulava a nossa independência cultural. A tarefa era, portanto, fincar os pés na terra, pensar Cabo Verde, sentir Cabo Verde. Impunha-se aproveitar a matéria-prima local que os séculos de relativo abandono permitiram criar e conservar, urgia essa consciencialização (LABAN, 1992, p. 83).

As personagens de Lopes representam o homem rural, sendo o acentuado apego telúrico sua principal característica, por meio da qual se refletem os ideais claridosos. Desse modo, em *Chuva Braba*, o protagonista é um jovem cabo-verdiano da ilha de Santo Antão, caracterizado pelo profundo vínculo com sua terra natal e pela determinação em permanecer nela, consciente de que este é o único e verdadeiro caminho para sua felicidade. Esta personagem representa a nova forma de pensar claridosa, que se assenta na consciência que o povo cabo-verdiano tem sobre si e sobre sua identidade cultural e nacional, pois não é “o homem europeu ou o homem africano que representa essa sociedade, mas o homem crioulo, em cuja maneira de ser as culturas convergentes teceram mais cedo a unidade cultural cabo-verdiana” (SANTILLI, 1985, p. 23). Esta convicção identitária fomenta o homem das ilhas a continuar resistindo à difícil realidade do arquipélago e ao isolamento intrínseco à insularidade, com a firme esperança em um futuro melhor, não mais vislumbrando a emigração como solução plausível para seus problemas e para sua sobrevivência.

Através do rompimento com formas literárias antigas e que não traduziam o contexto do arquipélago, o engajamento literário da geração claridosa inovou o fazer literário cabo-verdiano, introduzindo mudanças estruturais e substanciais nas obras. Sem deixar de firmar os

pés na realidade cabo-verdiana, os escritores claridosos expressaram uma nova visão sobre as ilhas, de um modo mais otimista, mais confiante e esperançoso, dando ensejo a uma nova literatura, comprometida em valorizar a tenacidade do povo ilhéu e em tornar conhecida ao mundo a real situação desse país.

O desfecho de *Chuva Braba*, com a vitória do desejo do protagonista em não abandonar a sua terra natal deixa entrever, segundo o nosso entendimento, o profundo apego do narrador à terra e à população das ilhas, confirmando a afirmação de Walter Benjamin, segundo o qual “o grande narrador tem sempre suas raízes no povo” (1987, p. 214). Desse modo, através de seu fazer literário, o escritor cabo-verdiano comprometido com as questões sociais de seu país, ainda que possua um engajamento mais discreto, como é o caso de Lopes, tem consciência das raízes de seu povo mestiço e de sua cultura que precisa ser valorizada e respeitada, tendo por base a ideia de que “as raízes verdadeiras de qualquer nação, numa situação colonial ou na condição de antiga metrópole, estão nos múltiplos povos que a formaram e que conseguiram desenvolver culturas tão interessantes como qualquer outra” (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 261).

Com efeito, esta escrita produz uma nova literatura que rompe esteticamente e ideologicamente com a literatura pré-claridosa, “assumindo na sua plenitude o processo de consciencialização, num salto qualitativo cujas marcas ainda perduram, se detém (sic) sobre o drama da insularidade e da vivência do cabo-verdiano” (ALFAMA, 1998, p. 248).

A escrita comprometida de Lopes, assim como dos demais escritores pertencentes ao movimento Claridade, provoca a reflexão do leitor sobre as questões sociais, culturais e políticas de uma nação que sofreu as sérias consequências de uma colonização. Assim, este novo modo de percepção e de reação relativo ao contexto cabo-verdiano permite que o sujeito emissor, na figura do escritor, e o destinatário, na figura do leitor, tenham uma nova postura, passando a exercer um papel participativo e não mais passivo quanto à prática tanto da escrita como da leitura. Esta participação ativa e crítica tanto do emissor quanto do destinatário leva à reconstrução não só da literatura cabo-verdiana e do sujeito nela inserido, como também à reconstrução da ideia de nação, enfim liberta das amarras coloniais e consciente de sua identidade cultural e nacional (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 273).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Utopia e Dualidade no Contato de Culturas: o Nascimento da Literatura Cabo-verdiana*. In: **Revista USP**. Universidade de São Paulo, n. 18, 1993, p. 124-133. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26005>. Acesso em: 29 ago. 2016.

_____. **Literatura, história e política**: literaturas de língua portuguesa no Século XX. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

ALFAMA, Jorge. *Os flagelados do vento leste*. In: VEIGA, Manuel (Coord.). **Cabo Verde – Insularidade e Literatura**. Paris: Karthala, 1998, p. 239-245.

ALFAMA, Jorge Miranda. *Chiquinho, de Baltasar Lopes, o romance de Claridade*. In: VEIGA, Manuel (Coord.). **Cabo Verde – Insularidade e Literatura**. Paris: Karthala, 1998, p. 247-253.

ALMADA, David Hopffer. *Da Traversia no Deserto ao Ressurgimento de uma Nova “Azagua”*. In: VEIGA, Manuel (Coord.). **Cabo Verde – Insularidade e Literatura**. Paris: Karthala, 1998, p. 57-62.

ALMEIDA, Claudia Bernardete Veiga de. **O escravo**: entre a identidade caboverdiana e a literatura europeia. 2009. 117 p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-17082009-145351/pt-br.php>. Acesso em 10 out. 2016.

BAPTISTA, Maria Luísa. **Vertentes da Insularidade na Novelística de Manuel Lopes**. 1ª ed. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2007. Disponível em: <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/EB001.pdf>. Acesso em 04 jul. 2016.

BENJAMIN, Walter. *O narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, vol.1, 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 197-221.

BOSI, Alfredo. *Colônia, culto e cultura*. In: _____. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 11-37.

BRITO-SEMEDO, Manuel. *O modelo brasileiro e a literatura moderna cabo-verdiana: estudo comparado*. In: **África**: Revista do Centro de Estudos Africanos. Universidade de São Paulo: n. 22-23, 1999/2000/2001, p. 253-265. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/africa/article/view/74846>. Acesso em: 21 nov. 2017.

CABRAL, Amílcar Lopes. *Apontamentos sobre a poesia cabo-verdiana*. In: **Cabo Verde - Boletim de Propaganda e Informação**, n. 28, ano III, 1952, p. 5-8. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83569. Acesso em: 06 fev. 2017.

_____. *Algumas considerações acerca das chuvas*. In: **Cabo Verde - Boletim de propaganda e informação**, n. 1, ano I, 1949, p. 5-7. Disponível em:

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/caboverde/caboverde.htm>. Acesso em: 16 nov. 2017.

CANDIDO, Antonio. *Crítica e Sociologia*. In: _____. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000, p. 03-15.

_____. et al. *A personagem do romance*. In: _____. **A personagem de ficção**. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 51-80.

CARVALHAL, Tania Franco. **Literatura comparada**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

COIMBRA, José Marcel Lança. **Cabo Verde em revista**: análise da primeira fase de Claridade (1936-1937). 2001. 158 p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2001.

_____. *A revista Claridade e a ficção regionalista brasileira de 30*. In: BOTOSO, Altamir; DOCA, Heloísa Helou (Org.). **Estudos de literatura africana contemporânea**. Bauru: Canal 6, 2012, p. 117-141.

COSTA, Elga Cristina Vilela Viana Pereira da. **Chuva Braba**: o testemunho claridoso de Manuel Lopes. 2002. 287 f. PhD thesis – University of Glasgow, Reino Unido, 2002. Disponível em: <http://theses.gla.ac.uk/6574/>. Acesso em: 05 jun. 2017.

FERREIRA, Manuel. **A Aventura Crioula ou Cabo Verde uma síntese cultural e étnica**. 2. ed. Lisboa: Plátano, 1973.

_____. *Cabo Verde*. In: _____. **50 poetas africanos**. 2. ed. Lisboa: Plátano Editora, 1997, p. 141-285.

_____. (Org. coord. e dir.). **Revista Claridade**. Ed. Facsimilar. 2. ed. Praia: Instituto Caboverdeano do Livro, 1986.

GENETTE, Gérard. **Discurso da narrativa**. Tradução de Fernando Cabral Martins. Lisboa: Veja, [s.d.].

GOMES, Simone Caputo. **Cabo Verde**: literatura em chão de cultura. Cotia: Ateliê Editorial; Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2008.

_____. *Sonhos caminantes: périplos de caboverdianidade e aventuras de heteronímia poética*. In: **Revista Cerrados – Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura**. Universidade de Brasília, n. 30, v. 19, 2010, p. 329-345.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **Os filhos da terra do sol**: a formação do Estado-nação em Cabo Verde. São Paulo: Summus, 2002.

LABAN, Michel. *Encontro com Manuel Lopes*. In: _____. **Cabo Verde**: Encontro com escritores. I Vol. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1992, p. 57-98.

LAFETÁ, João Luiz. *Estética e ideologia: o Modernismo de 30*. In: _____. **A dimensão da noite e outros ensaios**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004.

LOPES, Manuel. **Chuva Braba**. 2. ed. Lisboa: Ulisseia, 1965.

LUCKÁCS, Georg. **A teoria do romance**: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. Tradução, posfácio e notas de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

MADEIRA, João Paulo. *A construção da nação em Cabo Verde: do nativismo ao nacionalismo*. In: **Revista Desafios**, n. 2, 2014, p. 149-163. Disponível em: www.unicv.edu.cv/images/stories/EdicoesUniCV/RevistaCT/revista_desafios2.pdf. Acesso em: 10 out. 2017.

MARGARIDO, Alfredo. **Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa – ensaios**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

MARIANO, Gabriel. **Cultura Caboverdiana – Ensaaios**. Lisboa: Vega, 1991.

MARTINHO, Ana Maria Mão-de-Ferro. *Os flagelados do vento leste: predestinação e exemplo*. In: **Letras & Letras**. Porto, n. 37, ano IV, dez. 1990, p. 10.

MONTEIRO, Adílson Emanuel Vieira Varela Monteiro. **A Claridade e a assunção da realidade cabo-verdiana**: Os Flagelados do Vento Leste, do claridoso Manuel Lopes, entre a ficção e a realidade do arquipélago. 2013. 124 p. Dissertação de Mestrado – Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ual.pt/handle/11144/338>. Acesso em: 10 out. 2016.

OLIVEIRA, Jurema José de. **As Literaturas Africanas e o Jornalismo no Período Colonial**. Disponível em: <http://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/294-as-literaturas-africanas-e-o-jornalismo-no-per%C3%ADodo-colonial>. Acesso em 12 jan. 2017.

OLIVEIRA, Vera Lúcia. *Brasil e Cabo Verde: duas margens do mesmo mar*. In: **Navegações – Revista de Cultura e Literaturas de Língua Portuguesa**, n. 1, v. 3, 2010, p. 84-87. Disponível em: [http://revistaseletronicas.pucrs.br/Capa/v.3/n.1\(2010\)/Oliveira](http://revistaseletronicas.pucrs.br/Capa/v.3/n.1(2010)/Oliveira). Acesso em: 03 abr. 2017.

OSÓRIO, Oswaldo. *Uma Literatura Nascente: a Poesia anterior a Claridade*. In: VEIGA, Manuel (Coord.). **Cabo Verde – Insularidade e Literatura**. Paris: Karthala, 1998, p. 109-113.

PACHECO, Maria Cristina. *Manuel Lopes: um ensaísta (talvez) esquecido*. In: **Letras & Letras**. Porto, n. 37, ano IV, dez. 1990, p. 10.

PEREIRA, Márcio Roberto. *A subjetividade do exílio (sobre “O Jamaica Zarpou”, de Manuel Lopes)*. In: RAPUCCI, Cleide Antonia; CARLOS, Ana Maria (Org.). **Cultura e Representação – Ensaaios**. Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2011, p. 181-192.

QUERIDO, Jorge. **Um demorado olhar sobre Cabo Verde**. 1ª ed. [S.l.]: Chiado Editora, 2011.

REUTER, Yves. **Introdução à análise do romance**. Tradução de Angela Bergamini. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ROMANO, Luís. *Cem anos de literatura caboverdiana: 1880/1980*. In: **África**: Revista do Centro de Estudos Africanos. Universidade de São Paulo, n. 7, 1984, p. 38-56. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/africa/article/view/90892>. Acesso em: 20 mar. 2017

SALLA, Thiago Mio. *A revista Claridade e o discurso freyreano: regionalismo e aproximação entre a elite letrada cabo-verdiana e a metrópole portuguesa nos anos 1930*. In: **Via Atlântica**. São Paulo, n. 25, 2014, p. 103-117. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/download/69495/97318>. Acesso em: 09 jan. 2017.

SANTIAGO, Silviano. *O entre-lugar do discurso latino-americano*. In: _____. **Uma literatura nos trópicos**: ensaios sobre dependência cultural. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 9-26.

SANTILLI, Maria Aparecida. **Estórias africanas**: história e antologia. São Paulo: Ática, 1985.

_____. *Tempos de Claridade*. In: _____. **Literaturas de língua portuguesa**: marcos e marcas – Cabo Verde: ilhas do Atlântico em prosa e verso. São Paulo: Arte & Ciência, 2007, p. 23-24.

SANTOS, Robson dos. *Cultura e tradição em Gilberto Freyre: esboço de interpretação do Manifesto Regionalista*. In: **Sociedade e Cultura**. Goiânia, n. 2, v. 14, 2011, p. 399-408. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/17613>. Acesso em: 13 mar. 2017.

SANTOS, Rubens Pereira dos. *Cabo Verde – uma literatura crioula*. In: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (Org.). **Literaturas em movimento**: hibridismo cultural e exercício crítico. São Paulo: Arte & Ciência, 2002, p. 223-232.

_____. *As literaturas nacionais e o processo de construção de identidades: as literaturas africanas de língua portuguesa*. In: RAPUCCI, Cleide Antonia; OLIVEIRA, Ana Maria Carlos (Org.). **Cultura e representação - Ensaios**. Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2011, p. 203-217.

SANTOS-LOPES, Manuel. **Falucho Acorado**. 1ª ed. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

SEMEDO, José Maria. *O Milho, a Esperança e a Luta*. In: VEIGA, Manuel (Coord.). **Cabo Verde – Insularidade e Literatura**. Paris: Karthala, 1998, p. 81-92.

SPÍNOLA, Daniel. *Sementeira, Chuva e Seca*. In: VEIGA, Manuel (Coord.). **Cabo Verde – Insularidade e Literatura**. Paris: Karthala, 1998, p. 47-56.

VENÂNCIO, José Carlos. *Cabo Verde - recordando o flagelo da fome em Cabo Verde: uma conversa com o escritor Manuel Lopes*. In: _____. **Literatura e Poder na África Lusófona**. 1ª ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992, p. 67-71. Disponível em: <http://www.casadasafricanas.org.br/wp/wp-content/.../Literatura-e-poder-na-Africa-lusofona.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2017.

ANEXOS

ANEXO A

Poética

Estou farto do lirismo comedido
Do lirismo bem comportado
Do lirismo funcionário público com livro de ponto expediente proto-
[colo e manifestações de apreço ao sr. diretor

Estou farto do lirismo que pára e vai averiguar no dicionário o cunho
[vernáculo de um vocábulo

Abaixo os puristas

Todas as palavras sobretudo os barbarismos universais
 Todas as construções sobretudo as sintaxes de exceção
 Todos os ritmos sobretudo os inumeráveis

Estou farto do lirismo namorador
Político
Raquítico
Sifilítico
De todo lirismo que capitula ao que quer que seja fora de si mesmo.

De resto não é lirismo
Será contabilidade tabela de co-senos secretário do amante exemplar com
[cem modelos de cartas e as diferentes
[maneiras de agradar às mulheres, etc.

Quero antes o lirismo dos loucos
O lirismo dos bêbedos
O lirismo difícil e pungente dos bêbedos
O lirismo dos clowns de Shakespeare

- Não quero mais saber do lirismo que não é libertação.

(Bandeira, Manuel. **Estrela da vida inteira**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1982).

ANEXO B

Você, Brasil

Para o poeta Ribeiro Couto

Eu gosto de você, Brasil,
porque Você é parecido com a minha terra.
Eu bem sei que Você é um mundão
e que a minha terra são
dez ilhas perdidas no Atlântico,
sem nenhuma importância no mapa.
Eu já ouvi falar das suas cidades:
A Maravilhosa do Rio de Janeiro,
São Paulo dinâmico, Pernambuco, Baía de Todos-os-Santos,
ao passo que as daqui
não passam de três pequenas cidades.
Eu sei tudo isso perfeitamente bem,
mas Você é parecido com a minha terra.

É o seu povo que se parece com o meu,
é o seu falar português
que se parece com o nosso,
ambos cheios de um sotaque vagaroso,
de sílabas pisadas na ponta da língua,
de alongamentos timbrados nos lábios
e de expressões terníssimas e desconcertantes.
É a alma de nossa gente humilde que reflete
a alma da sua gente simples,
ambas cristãs e supersticiosas,
sentindo ainda saudades antigas
dos serões africanos,
compreendendo uma poesia natural
que ninguém lhes disse,
e sabendo uma filosofia sem erudição
que ninguém lhes ensinou.

O gosto dos seus sambas, Brasil, das suas batucadas,
dos seus cateretês, das suas toadas de negros,
caiu também no gosto da gente de cá,
que os canta e dança e sente
com o mesmo entusiasmo
e com o mesmo desalento também.
As nossas mornas, as nossas polcas, os nossos cantares,
fazem lembrar as suas músicas,
com igual simplicidade e igual emoção.

Você, Brasil, é parecido com a minha terra.
As secas do Ceará são as nossas estiagens,
com a mesma intensidade de dramas e renúncias.

Mas há uma diferença no entanto:
 é que os seus *retirantes*
 têm léguas sem conta para fugir dos flagelos,
 ao passo que aqui nem chega a haver os que fogem
 porque seria para se afogarem no mar...

Nós também temos a nossa cachaça,
 o grog de cana que é bebida rija.
 Temos também os nossos tocadores de violão
 e sem eles não haveria bailes de jeito.
 Conhecem na perfeição todos os tons
 e causam sucesso nas serenatas,
 feitas de propósito para despertar as moças
 que ficam na cama a dormir nas noutes de lua cheia.
 Temos também o nosso café da Ilha do Fogo
 que é pena ser pouco,
 mas – Você não fica zangado? –
 é melhor do que o seu.

Eu gosto de Você, Brasil.
 Você é parecido com a minha terra.
 O que é é que lá tudo é à grande
 e tudo aqui é em ponto mais pequeno...

Eu desejava fazer-lhe uma visita
 mas isso é cousa impossível.
 Queria ver de perto as cousas espantosas que todos me contam
 de Você,
 assistir aos sambas nos Morros,
 estar nessas cidadezinhas do interior
 que Ribeiro Couto descobriu num dia de muita ternura,
 queria deixar-me arrastar na onda da Praça Onze
 na terça-feira do Carnaval.
 Eu gostava de ver de perto o luar do Sertão,
 de apertar a cintura de uma cabocla
 - Você deixa? –
 e rolar com ela num maxixe requebrado.

Eu gostava enfim de o conhecer mais de perto
 e Você veria como sou um bom camarada.
 Havia então de botar uma fala
 ao poeta Manuel Bandeira,
 de fazer uma consulta do Dr. Jorge de Lima
 para ver como é que a Poesia receitava
 este meu fígado tropical bastante cansado.
 Havia de falar como Você,
 com um i no si
 - “si faz favor” -,
 de trocar sempre os pronomes para antes dos verbos
 - “mi dá um cigarro?” -

Mas tudo isso são cousas impossíveis – Você sabe? –
Impossíveis.

(Caderno de um ilhéu, 1956)

ANEXO C

Terra-Longe

Aqui, perdido, distante
das realidades que apenas sonhei,
cansado pela febre do mais-além,
suponho
minha mãe a embalar-me,
eu, pequenino, zangado pelo sono que não vinha.

“Ai, não montes tal cavalinho,
tal cavalinho vai terra-longe,
terra-longe tem gente-gentio,
gente-gentio come gente”.

A’doce toada
meu sono caía de manso
da boc de minha mãe:

“Cala, cala, meu menino,
terra-longe tem gente-gentio,
gente-gentio come gente”.

Depois vieram os anos,
e, com eles, tantas saudades!...
Hoje, lá no fundo, gritam: vai!
Mas a voz da minha mãe,
a gemer de mansinho,
cantigas da minha infância,
aconselha ao filho amado:

“Terra-longe tem gente-gentio,
gente-gentio come gente”.

Terra-longe! terra-longe!...
- Oh mãe que me embalaste!
- Oh meu querer bipartido!

(CLARIDADE, n. 4, p. 12)

ANEXO D

O poeta foi para a terra-longe

Tão distante quanto me levam atrás as minhas recordações, vejo-o assim, explosivo e concentrado, consumindo a chama interior no olhar arregalado às coisas deste mundo.

Pedro Corsino tinha a temperatura poética desses velhos infantis e bíblico, que na nossa ilha encheram a infância de nós ambos com mensagens maravilhosas de horizontes que ficam muito além da linha do mar. Para eles, a Terra-Longe era povoada de “gente gentio”. Terra de perigos e aventuras, mas todos queriam ter ido para lá, a completar a sua alma. Era uma tensão ingênua de pioneiro: navios-de-baleia, nomes bárbaros de ilhas estranhas, cidades americanas, naufrágios prestigiados pela luta dos veleiros com o mar – mas era uma oportunidade de se compensar a vida estreita das ilhas com a primeira revelação viril de uma vida combativa de homem.

Ficou sempre essa nostalgia na alma do poeta, em quem a capacidade de se debruçar sobre os abismos interiores superava déficits provincianos de cultura.

Foi enterrado como nhô Chic’Ana, como todos os párias e humildes, a quem cruelmente sentia não poder oferecer outra coisa que não fosse a sua adesão unânime e total. Antes de morrer, recomendou que queria emigrar para a Terra-Longe num esquife de piteira e envolvido numa manta velha.

Talvez para que na sua cama-de-chão ele sentisse mais presente e imediata esta boa e trágica terra das ilhas.

Deve ser por isso que a sua imagem ficou tão perto do nosso coração e da nossa inteligência.

Para que sejamos cada dia, humildemente, mais humanos.

(CLARIDADE, n. 4, p. 13)

ANEXO E

Consummatum

Queria que chegasses, finalmente,
numa manhã qualquer,
- estrela fria de alva ou sol ardente
cujo sorriso bom
me pudesse prender

Que tivesses o dom
de me encantar e conter ...

Queria que chegasses ...
Que valesse o mundo
que sonhei ter ...

Ah! quanto eu tenho para te contar!
Ah! quanto eu tenho para te dizer!

- Renunciar inteiramente
a este martírio de viver mil vidas!
... Que tu fôsses o fim que mais cobiço,
se afinal
êsse fim existisse
e continuasse sempre igual ...

... Para depois de ter-me libertado
e morto assim o nomadismo inquieto
do meu mundo interior,
- minha ânsia de descobrir qualquer coisa melhor -;
ao destruir, por amor de ti,
todos os parasitas de oiro da eternidade que vivi;
depois de sentir minha alma nua e o espírito nu
e não restar para o meu desejo e meu destino
senão uma só realidade
que és tu;
enfim, depois de te dizer,
curvado sobre ti como à beira de um abismo:
“Só te esperava para me renunciar!”

-

- dar-te o último soluço que eu não pudesse conter,
e, (como um mundo que acabasse sem paroxismo)
curvar-me e olhar
sem saudade, o Mim-Mesmo acabado de morrer ...

(CLARIDADE, n. 4, p. 14)

ANEXO F

Vozes

Na noite que flutua,
sem estrelas e sem lua,
oiço como que uma voz do além
(como que a voz dos mortos)
que vem
não sei de que lugar ...

Pergunto ao homem solitário dos portos:

- “Que grito longo e profundo
é este que oiço vir na noite escura
- como a voz de uma mãe que procura, procura –
Ó vagabundo dos portos?”

“É a ressaca – a voz do mar.

... Foi-se o navio
não quis me levar ...”

Na noite vasta e líquida,
voga o navio, irmão dos horizontes ociosos.
Sobre as ondas flutua,
aos pedaços vivos, a lua.
E pergunto ao homem de entre-mar-e-céu
que ao escutá-la, estremeceu:
- “Marinheiro, sonhador dos longes sobre o mar,
que voz longa e profunda é esta
como um vento tangendo os nervos da floresta?”
“É a ressaca – a voz dos portos a chamar.
no porto perdido
um lenço a acenar ...”

(CLARIDADE, n. 7, p. 1)

